

Verônica Busato

200206399

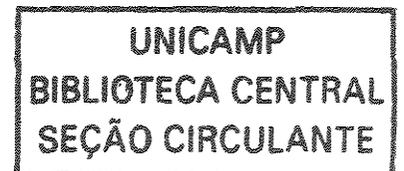
A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” NO CAMPO DA NEUROLINGÜÍSTICA: UM ESTUDO ENUNCIATIVO

Dissertação apresentada ao Curso de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Lingüística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Edwiges Maria
Morato (UNICAMP)

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem

2001



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	B96n
V.	
PREÇO	47542
FECH.	83.7/02
C	<input type="checkbox"/>
D	<input type="checkbox"/>
X	<input checked="" type="checkbox"/>
PRECOS	R\$ 11,00
DATA	06-02-02
N.º CPD	

CM00163091-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Busato, Verônica

B96n A noção de "metalinguagem" no campo da neurolingüística: um estudo enunciativo / Verônica Busato. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Edwiges Maria Morato
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Afasia. 2. Neurolingüística. 3. Cognição. 4. Metalinguagem. I. Morato, Edwiges Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca examinadora


Profª Drª. Edwiges Maria Morato - Orientadora

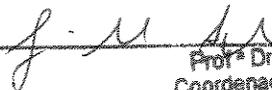
Profª Drª. Maria Margarida Martins Salomão
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Profª Drª. Maria Irma Hadler Coudry
(UNICAMP)

Profª Drª. Rosana do Carmo Novaes Pinto
(Universidade Metodista de Piracicaba)

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Verônica Busato

e aprovada pela Comissão Julgadora em
12/11/01.


Data: 30/08/2001

Profª Drª. SUZI FRANKL SPERBER
Coordenadora Geral de Pós-Graduação
IEL/Unicamp
Matr 04631-1

Dedico esta tese

Aos meus pais, *Jayme e Nely*, por me incentivarem sempre na realização dos meus sonhos,

Ao *Jairo*, companheiro de todas as horas, por iluminar nossas vidas com sua alegria e entusiasmo constantes,

Às minhas filhas *Tatiana e Carolina*, pelo carinho, pela compreensão, ao longo deste caminho,

À toda a minha família e aos amigos, por tanto apoio e afeto.

AGRADECIMENTOS

À Edwiges Maria Morato, a Dudu, minha orientadora, pela dedicação, entusiasmo e competência com que me conduziu neste percurso. Minha gratidão, sobretudo, por contribuir na minha formação científica, estimulando-me a seguir os meus próprios caminhos.

À Maria Irma Hadler Coudry, a Maza, meu respeito pela relevância do seu trabalho junto à pesquisa neurolingüística. Agradeço, em especial, sua contribuição por ocasião da qualificação desta Dissertação.

À Profª Maria Margarida Martins Salomão, pela sua presença por ocasião da qualificação desta Dissertação, contribuindo com seu parecer e importantes sugestões.

Às amigas da Neurolingüística, Ana Paula, Lucilene, Silvinha, Cláudia, Heloísa, pela força e pela troca nestes anos de convivência. Minha gratidão especial à Elenir, pelo apoio incondicional.

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
APRESENTAÇÃO	15

CAPÍTULO 1

A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” E OS ESTUDOS NEUROLINGÜÍSTICOS

1.1. Introdução.....	21
1.2. O que nos diz a Afasiologia tradicional: “A afasia é um problema de linguagem interna”.	22
1.3. O que nos diz JAKOBSON (1960): “ <i>A afasia pode ser definida, amiúde, como um problema para realizar operações metalingüísticas.</i> ”	34
1.4. A Neurolingüística incorpora a noção de “metalinguagem”.	43
1.5. Como o conceito de “metalinguagem” tem sido abordado em Lingüística e em Neurolingüística.	45

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” NA PSICOLINGÜÍSTICA

2.1. Introdução.....	59
2.2. A discussão sobre a “metalinguagem” na Psicolingüística	60
2.3. A Psicolingüística Gerativa	62
2.4. A visão da Psicolingüística Sócio-interacionista.....	64
2.5. A discussão “consciência <i>versus</i> inconsciência” em torno da “metalinguagem”	76
2.6. BAKHTIN: A questão da consciência na/sobre a linguagem do ponto de vista enunciativo.....	79

CAPÍTULO 3

A REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” NO TERRENO DAS TEORIAS ENUNCIATIVAS

3.1. Introdução.....	83
3.2. A linguagem: “a grande matriz semiótica”.....	84
3.3. Os estudos de REY-DEBOVE: uma proposta de trazer a discussão sobre o conceito de “metalinguagem” para o campo lingüístico.....	90
3.4. As formas meta-enunciativas e sua relação com a “metalinguagem”	94
3.5. A questão da “distância” vista em relação à da subjetividade.....	100
3.6. Metalinguagem e metaenunciação no campo da Neurolingüística.....	106

CAPÍTULO 4

Considerações Finais	113
ANEXO: Dados sobre os sujeitos citados neste estudo.....	123
ABSTRACT.....	125
BIBLIOGRAFIA	127

RESUMO

Palavras-chave: afasia - Neurolingüística – cognição - metalinguagem

A noção de metalinguagem, de origem lógica, foi trazida para os estudos afasiológicos por JAKOBSON (1954, 1956, 1960) para explicar problemas lingüísticos apresentados por sujeitos afásicos. Posteriormente, LEBRUN (1983) serve-se também dessa noção motivado pelo esforço de retirar das explicações sobre a afasia o peso da concepção herdada da Afasiologia clássica de que a afasia seria um problema de linguagem interna, ou seja, reputada ao domínio mental.

Esta Dissertação tem como proposta discutir a noção de metalinguagem no campo da Neurolingüística, focalizando, em especial, o estudo das afasias.

Em primeiro lugar, procura-se apontar o contexto teórico em que o conceito passou a ser utilizado nos estudos da área e as implicações que resultaram para a compreensão do fenômeno afásico. Em segundo lugar, pretende-se verificar como, a partir de estudos enunciativos atuais e dos postulados vygotkianos sobre a linguagem e sobre a relação entre linguagem e cognição, a noção pode ser reinterpretada, oferecendo novos elementos para o entendimento do fenômeno afásico, bem como orientando o olhar que se têm sobre a linguagem de sujeitos afásicos nas situações de avaliação e acompanhamento terapêutico.

Para realizar este percurso, além de apontar como a noção foi tratada em estudos lingüísticos dos anos 80 do século XX, passa-se por reflexões na área de Psicolingüística uma vez que o tema neste campo tem sido relacionado ao interesse crescente da criança sobre a linguagem.

Para ilustrar as reflexões sobre a metalinguagem, vista do ângulo de uma perspectiva enunciativa da linguagem e da relação entre linguagem e cognição, apoiar-se-á em exemplos com dados já registrados por pesquisadores da área de Neurolingüística do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

APRESENTAÇÃO

Esta Dissertação¹ tem como objetivos retomar a discussão da noção de metalinguagem no interior dos estudos neurolingüísticos e procurar verificar como os fenômenos a ela relacionados podem ser analisados à luz de uma abordagem enunciativa.

A noção foi trazida para as reflexões lingüísticas sobre a afasia por JAKOBSON (1954/81, 1956/88, 1960/81), sendo incorporada posteriormente aos estudos neurolingüísticos, ao ser tratada por LEBRUN (1983).

É, pois, uma noção fundamental para a reflexão neurolingüística, já que tem sido relacionada às explicações teóricas que cercam as afasias². Um conceito que teve origem na Lógica, tem sido também aplicado no entendimento de fatos das línguas naturais, para salientar a capacidade reflexiva da linguagem, ou seja, a possibilidade de tomar a si mesma como objeto.

Como salienta REY-DEBOVE (1978/86), o interesse pelos fenômenos lingüísticos que dizem respeito à noção de metalinguagem (como as palavras autonímicas) remonta ao início do século IV a.C. sendo, já nesta época, preocupação de pensadores, filósofos, gramáticos e exegetas.

A autora afirma que, dentro da tradição ocidental, as questões referentes à metalinguagem aparecem vinculadas inicialmente ao domínio dos lógicos e dos filósofos da linguagem. Por volta do século XIV, o tema não suscitava ainda a atenção dos gramáticos, mas instigava filósofos como HOBBS e LEIBNIZ.

É somente ao fim do século XIX que ressurgiu o interesse pelo assunto e que o conceito é construído ao nível da epistemologia das ciências lógico-matemáticas. Explica REY-DEBOVE que:

¹ Esta Dissertação integra um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “A construção meta-enunciativa no discurso de sujeitos com afasia e neurodegenerescência: subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de um protocolo de investigação neurolingüística” (1999, 2001a) que se encontra em andamento, na área de Neurolingüística do Departamento de Lingüística do IEL-UNICAMP. Esse projeto, coordenado pela Profa.Dra.Edwiges Maria Morato e apoiado pelo CNPq, tematiza o problema da metalinguagem numa perspectiva enunciativa, analisando formas meta-enunciativas no contexto das afasias e neurodegenerescências.

² Segundo COUDRY, “trata-se de uma perturbação nos processos de significação, em que há alterações em um dos níveis lingüísticos, com repercussão em outros, no funcionamento discursivo. Causada por lesão adquirida no sistema nervoso central em virtude de acidentes vasculares cerebrais, traumatismos crânio-encefálicos ou tumores, a afasia, em geral, é acompanhada por alterações de outros processos cognitivos e sinais neurológicos (como a hemiplegia, as agnosias, as apraxias, a discalculia). Um sujeito é afásico quando, do ponto de vista lingüístico, o funcionamento de sua linguagem prescinde de determinados recursos de produção e de interpretação” (1993:55).

“Dès les travaux de BOOLE, la logique est considérée comme inséparable des mathématiques. Mais alors que pour BOOLE, la logique est considérée comme une partie des mathématiques, pour les “réductionnistes”, tels FREGE, puis HILBERT, les fondements des mathématiques se réduisent à la logique [...]

Au début do XX^e siècle, la théorie réductionniste trouve sa pleine expression dans les Principia Mathematica de WHITEHEAD et RUSSEL (1910-1913), et en 1924, le Cercle de Vienne (positivisme logique) se donne pour tâche l’élaboration d’une langue commune aux sciences, qui en garantisse l’unité (Unified Science). Une analyse directe de l’ logique et des mathématiques en dégage les aspects linguistiques: structures syntaxiques (CARNAP), sémantiques (TARSKI) et pragmatiques (MORRIS). L’épure linguistique, ainsi obtenue est le métalangage commun aux mathématiques, à la logique et aux langues naturelles. Ce langage formalisé suffit à rendre compte de la pensée scientifique, qui est une activité verbale et tautologique, c’est-à-dire fondée sur l’analyticité³”(op.cit.:6).

Segundo REY-DEBOVE (op.cit.), o termo que exprime a noção de metalinguagem parece ter sido forjado por TARSKI em polonês (*Metajęzyk*, 1931).

LYONS (1977) assinala que a distinção entre metalíngua e língua-objeto foi estabelecida por TARSKI (1935) que, a partir dela, vai explorar a noção de verdade. Nas palavras de LYONS: *“A definição de Tarski pretende captar e tornar mais precisa a concepção de verdade incorporada na chamada teoria da correspondência, segundo a qual uma proposição é verdadeira se (e apenas se) denotar ou fizer referência a um estado de coisas que existe de fato no mundo que a proposição se propõe a descrever”* (op.cit.:140). O autor esclarece que quando se usa uma língua para descrever

³ Gostaria de esclarecer que, ao longo deste trabalho, estarei citando textos em espanhol, francês e inglês, cujas traduções encontram-se em nota de rodapé.

“A partir dos trabalhos de BOOLE, a lógica é considerada como inseparável da matemática. Enquanto que para BOOLE a lógica é considerada como uma parte da matemática, para os reducionistas, tais como FREGE, depois HILBERT, os fundamentos da matemática se reduzem à lógica [...]

No início do século XX, a teoria reducionista encontrou sua plena expressão no Principia Mathematica de WHITEHEAD e RUSSEL (1910-1913), e, em 1924, O Círculo de Viena (positivismo lógico) se dá como tarefa a elaboração de uma língua comum às ciências, para garantir a unidade (Unified Science). Uma análise direta da lógica e da matemática extrai delas os aspectos lingüísticos: estruturas sintáticas (CARNAP), semânticas (TARSKI) e pragmáticas (MORRIS). O depuramento lingüístico assim obtido, é a metalinguagem comum à matemática, à lógica e às línguas naturais. Esta linguagem formalizada é suficiente para dar conta do pensamento científico, que é uma atividade verbal e tautológica, ou seja, fundada sobre a “analyticé”.” (minha tradução)

outra, diz-se que a língua que está a ser descrita é a língua-objeto e que a língua que é usada para a descrição é a metalingua.

ARRIVÉ (1994), lembrando que historicamente as teorizações das metalinguagens lingüísticas tiveram origem nas das metalinguagens lógicas, propõe esta dicotomia em sua reflexão sobre a metalinguagem em torno do conhecido aforismo lacaniano “*Não há metalinguagem*”. O autor destaca que tal distinção é delicada, já que não é impossível construir metalinguagens lingüísticas com base no modelo das metalinguagens lógicas.

Com relação às metalinguagens lógicas, ARRIVÉ pontua que “*o objeto que se propõem é uma linguagem formal. Os elementos de uma linguagem formal não se confundem com os de uma língua natural: não são signos – uniões, eventualmente homonímicas e/ou sinonímicas, de significantes e significados -, mas símbolos, afetados de maneira biunívoca a objetos de pensamento*” (op.cit.:119). O autor enfatiza que, com respeito a essa linguagem-objeto, a metalinguagem intervém de dois modos: a língua natural funciona como metalinguagem com relação à linguagem formal, atribuindo um estatuto a cada símbolo; as metalinguagens lógicas funcionam umas em relação às outras como metalinguagens, com exceção, evidentemente, da primeira, linguagem-objeto pura. Constituem assim uma estratificação hierarquizada, baseada na separação dos diferentes estratos. É a implicação do teorema de TARSKI, segundo o qual a noção de verdade relativa a um sistema não pode ser formulada no interior do sistema. ARRIVÉ enfatiza que: “[...] *as metalinguagens lógicas se constroem com base no modo da estratificação (ela própria baseada na distinção e na separação) e da hierarquização*” (op.cit.:120).

Quanto às metalinguagens lingüísticas, ARRIVÉ ressalta que “*parece que historicamente [...] foi HJELMSLEV quem introduziu o conceito em Lingüística, assinalando explicitamente a sua procedência lógica (1968-1971, pp. 138 e 150; sabe-se que a primeira edição, em dinamarquês, dos Prolegômenos remonta a 1943)*” (op.cit.: 120). Segundo o autor, as teorias lingüísticas podem ser repartidas em duas classes, conforme a metalinguagem seja interna ou externa à língua-objeto. JAKOBSON e HARRIS são considerados como pertencentes ao primeiro grupo, SAUMJAN e MONTAGUE ao segundo e, temos ainda HJELMSLEV, que, de acordo com ARRIVÉ, não assume uma posição definida em relação a esta questão.

LYONS afirma que “*é assunto de considerável controvérsia filosófica se devemos considerar a linguagem corrente, com toda a sua riqueza, complexidade e alegadas inconsistências, como algo de básico e de irreduzível, ou pensá-la como sendo, em certo sentido, derivada (ou*

derivável) de um tipo de linguagem mais simples e regular com propriedades semelhantes às que se encontram incorporadas nas linguagens formais. Os chamados filósofos da linguagem vulgar tiveram tendência para seguir a primeira perspectiva, os semânticos formais, a segunda. Por conseguinte, não é por acaso que os filósofos da linguagem vulgar têm normalmente falado em termos de uso e menção, e os semânticos formais em termos de língua e metalingua” (op.cit.:19).

Ainda de acordo com LYONS, um dos traços mais característicos das línguas naturais é a sua capacidade para se descreverem ou se referirem a elas próprias. Este traço ou propriedade é chamado de reflexividade. De acordo com o autor, coloca-se, então, a necessidade para o lingüista de estabelecer uma distinção entre o uso reflexivo e o não-reflexivo (ou normal, segundo ele) da linguagem. O autor esclarece que, para os lógicos, a distinção era considerada relevante pela necessidade de se evitarem deduções falaciosas frente a silogismos.

É importante salientar que LYONS, no capítulo 1 de seu livro “Semântica”, adota a definição de semântica como o estudo do significado. Vincula então a discussão sobre o significado basicamente à possibilidade de se substituir termos da frase, verificando se apresentam equivalência, ou se as frases podem ser parafraseadas. A idéia de intenção do locutor é ressaltada, com vistas à comunicação, não só com a finalidade de identificar (referir) algum elemento em especial para o ouvinte, como também no sentido do que os locutores de uma língua pretendem dizer ao usar palavras e frases. Em outras palavras, o autor encaminha a discussão sobre a reflexividade na direção de apontar relações de “similaridades e diferenças” entre os vários significados das palavras ou sintagmas. Parece ser em torno deste enfoque que JAKOBSON desenvolve sua reflexão sobre a função metalingüística, conforme será visto mais à frente.

Considera-se que é JAKOBSON quem promove explícita e sistematicamente a discussão sobre a metalinguagem em Lingüística, ao pontuar que este conceito é fundamental para esta ciência, quando mostra seu papel na aquisição da linguagem, no aprendizado de línguas estrangeiras, na efetivação da comunicação entre os falantes e na manutenção do domínio de uma língua.

Em vários trabalhos (1954/81, 1956/88, 1960/81, 1978/88) JAKOBSON discute a função metalingüística. Referindo-se às idéias de CARNAP e TARSKI, JAKOBSON serve-se da distinção lógica entre língua-objeto e metalinguagem para pensar esta função como aquela em que o falante faz uma “checagem” do código lingüístico. Na afasia, segundo o autor, haveria dificuldades em operar com o eixo paradigmático do funcionamento da linguagem, ou seja, para realizar operações de seleção e substituição de constituintes lingüísticos. JAKOBSON defende a necessidade de uma

atitude/capacidade para realizar tais operações, fundamental, de acordo com ele, para a aquisição da linguagem e de outras línguas, assim como no uso cotidiano.

Neste contexto, a metalinguagem fica reduzida à função metalingüística (Cf. ARRIVÉ, 1994), uma vez que a linguagem, para JAKOBSON, é vista basicamente como código, apesar do viés funcionalista do autor.

De acordo com FRANÇOZO (1987), as explicações teóricas sobre as afasias e suas taxonomias foram fortemente relacionadas ao conceito de “linguagem interna”. Levantando o estatuto ontológico que este conceito recebeu ao longo de sua história, verificou que, na Afasiologia do século XIX, “*este conceito não é mais que o conceito de representação mental da linguagem*” (op.cit.:152). A concepção de linguagem que está na base desses estudos é representacionista: haveria uma relação simétrica entre a linguagem e o mundo, a linguagem seria uma espécie de retrato fiel da realidade. A linguagem representaria algo através de seu caráter lógico, como se a língua fosse um sistema de representação apoiada no mundo. Assim, como FRANÇOZO aponta, nos estudos afasiológicos iniciais, a relação entre linguagem e pensamento ou é externa, na medida em que estes são elementos heterogêneos entre si, ou é interna, de forma que a linguagem desempenharia uma função instrumental frente ao pensamento.

Na área de Neurolingüística, LEBRUN (1983) propõe o emprego do termo “metalinguagem” no lugar do termo “pensamento categorial ou atitude abstrata” de GOLDSTEIN (1948), com o intuito de deslocar as explicações para as afasias do domínio mental para uma discussão propriamente lingüística. Nas palavras do autor: “*parece que o que GOLDSTEIN e GELB chamaram de atitude abstrata ou pensamento categorial e consideraram como uma capacidade mental generalizada, é de fato, uma capacidade verbal, isto é, a habilidade de usar a metalinguagem*” (op.cit.:38). LEBRUN analisa dados citados por GOLDSTEIN (1933, 1948) que ilustram dificuldades apresentadas por pacientes com afasia amnésica, apontando em especial problemas em usar a linguagem em situações em que têm que dar uma resposta verbal, fora de um contexto concreto de interlocução.

Para o autor, “*metalinguagem significa o uso da linguagem para se referir à própria linguagem ou a qualquer parte dela. É diferente da linguagem como objeto, que é o uso da linguagem a fim de se referir a algo que não é verbal*” (op.cit.:35).

O presente estudo pretende apontar que as idéias de JAKOBSON e de LEBRUN, ao relacionarem distúrbios afásicos com problemas para operar com a metalinguagem, acabaram sendo

assimiladas aos estudos neurolingüísticos de forma a apenas substituir antigos conceitos cristalizados na Afasiologia, sem que se tenha sequer discutido as implicações epistemológicas dessas mudanças. Ou seja, o que parece se evidenciar é que, de fato, não houve um deslocamento teórico na concepção da afasia: esta continua sendo definida basicamente como um distúrbio de língua(gem) cuja explicação é remetida para a esfera dos conteúdos mentais (internos, psicológicos).

A posição de JAKOBSON é representativa de um grupo de autores que concebe a metalinguagem independentemente da linguagem, caracterizada essencialmente como uma operação mental, como na visão de CHOMSKY e LYONS, por exemplo. Outro grupo de autores entende que a metalinguagem está integrada à linguagem de maneira constitutiva. Parece ser esta a idéia tanto de LACAN, ao afirmar que “não há metalinguagem”, quanto a de lingüistas como BENVENISTE, BAKHTIN, AUTHIER-RÉVUZ, MAINGUENEAU (MORATO, 1999). Esta posição, ou seja, a de que “não há metalinguagem” fora da linguagem, também tem sido defendida entre nós por autores como MORATO (1999, 2001a) e POSSENTI (1992, 1999a).

Visto que, nos estudos de JAKOBSON e de LEBRUN, que se servem da noção de metalinguagem para descrever problemas de/com linguagem enfrentados por sujeitos afásicos, supõe-se, em geral, uma relação de subordinação da linguagem a conteúdos cognitivos, do tipo “capacidade”, “atitude”, mantendo-se um visão referencialista de linguagem, pretendo verificar a possibilidade de entendê-la de forma integrada à linguagem, tomando-se uma perspectiva enunciativa tanto do fenômeno lingüístico, quanto da relação entre linguagem e cognição.

Nesse sentido, procurarei apontar nesta Dissertação, as implicações deste re-estudo da noção de “metalinguagem” para:

1. o entendimento ou análise dos fenômenos afásicos;
2. os procedimentos avaliativos da linguagem e de acompanhamento terapêutico em contextos patológicos.

CAPÍTULO 1

A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” E OS ESTUDOS NEUROLINGÜÍSTICOS

1.1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo procurarei verificar o que significa dizer, no estado atual da Neurolingüística, que a afasia diz respeito basicamente a um problema de metalinguagem.

Será preciso abordar inicialmente a maneira como tem sido definida a afasia ao longo da história dos estudos a ela dedicados. Para esta tarefa, retomarei algumas idéias centrais apresentadas por FRANÇOZO (1987) em sua tese de doutoramento intitulada “Linguagem Interna e Afasia”, já que o autor, nesse estudo, propõe-se recuperar, a partir de uma revisão de alguns momentos da história da Afasiologia, os diferentes estatutos ontológicos que recebeu o conceito de linguagem interna. A partir do trabalho de FRANÇOZO, poder-se-á visualizar quais as concepções de linguagem e da relação pensamento-linguagem vinculadas a cada formulação a respeito da linguagem interna.

Após este percurso, procurarei apontar que a Neurolingüística acaba por incorporar a noção de metalinguagem dos estudos lingüísticos de JAKOBSON sobre as afasias, mas ainda apoiada na mesma concepção de linguagem e da visão da relação pensamento/linguagem da Afasiologia clássica.

A introdução do conceito “epilinguagem”, por CULIOLI (1968), vem estabelecer a distinção entre atividades lingüísticas, metalingüísticas e epilingüísticas, reservando para as atividades metalingüísticas um trabalho especificamente voltado para a reflexão sobre aspectos nocionais da linguagem. Estarei mostrando que esta distinção passa a ser usada em estudos lingüísticos e neurolingüísticos dos anos 80, sendo superada apenas por uma visada enunciativo-discursiva dos procedimentos meta (AUTHIER-RÉVUZ, MAINGUENEAU, POSSENTI, MORATO).

1.2 - O QUE NOS DIZ A AFASIOLOGIA TRADICIONAL: “A AFASIA É UM PROBLEMA DE LINGUAGEM INTERNA”

FRANÇOZO, em sua tese de doutoramento (1987), procura recuperar os diversos sentidos que o conceito de linguagem interna (doravante LI) recebeu ao longo da história da afasia, partindo do ponto de vista de que problemas conceituais estariam impedindo maiores desenvolvimentos do estudo da afasia, seja porque nele estão implicados problemas filosóficos como o do reducionismo, seja porque tendo sido utilizado em contextos histórica e teoricamente diferentes, nem sempre é possível comparar distintas definições do conceito.

Para o autor, não só o conceito de dissociação é operante em toda tradição de estudo da afasia, como também pode ser assim considerado o conceito de LI. Em outras palavras, o que FRANÇOZO demonstra ao longo de seu estudo é que o conceito de LI está ligado ao núcleo da definição de afasia enquanto uma entidade nosológica, estando presente na sua explicação desde o início de sua história até os estudos mais recentes, dos autores soviéticos.

Adotando um ponto de vista histórico e uma metodologia de análise semântica, FRANÇOZO busca levantar quais foram as noções que formaram a pré-ideia (Cf. FLECK, 1979) de LI. O autor identifica, então, a presença de duas noções: a especificidade da representação mental da linguagem e sua função instrumental frente ao pensamento.

Assim, rever aqui, de forma breve, o pensamento de alguns autores que remetem as explicações da afasia, implícita ou explicitamente, ao conceito de LI, permitir-me-á frisar qual é a relação entre pensamento e linguagem subjacente às principais formulações, pois, como salienta FRANÇOZO, esta relação aparece incondicionalmente nas explicações da LI e, portanto, da afasia. Tem-se como objetivo apontar em que contexto desta história o conceito de metalinguagem passa a vigorar, recebendo, também ele, um lugar na definição da afasia. Pretendo dialogar, ao longo desta Dissertação, com o estudo de FRANÇOZO, visto que a revisão por ele feita serve não só de base para os estudos que envolvem questões conceituais na afasia, mas também porque, como ele próprio salientou em sua conclusão, a discussão sobre o domínio mental da linguagem deve ser continuada.

Destacarei os pontos principais de cada formulação de LI com relação ao que FRANÇOZO considera como as quatro fases que caracterizaram os estudos da afasia, a partir de questões do âmbito da psicologia, já que seu objetivo era privilegiar a compreensão da relação pensamento-linguagem dentro das principais formulações.

A primeira fase corresponde ao início do estudo da afasia e se caracteriza pelo esquema conceitual do empirismo sensacionista. Salientarei inicialmente, em especial, a visão de BOUILLAUD, citando brevemente BROCA. As idéias destes autores são muito semelhantes, estando pautadas na Frenologia de GALL⁴, ou seja, na psicologia das faculdades mentais.

De acordo com FRANÇOZO, foi BOUILLAUD (1825) o primeiro a distinguir entre uma linguagem interna e uma externa nos estudos da afasia, ao empregar explicitamente as expressões “parole intérieure” e “parole extérieure” para designar as duas faculdades relacionadas à linguagem, respectivamente, uma, cuja tarefa é “*créer des mots comme signes de nos idées*”(criar as palavras como signos de nossas idéias) e outra, cuja tarefa é “*articuler ces mêmes mots*” (articular estas mesmas palavras) (HECAEN & DUBOIS: 29-30 *apud* FRANÇOZO, *op.cit.*:72). Para BOUILLAUD, cada uma destas faculdades seria função de um centro neural: um que preside a produção dos movimentos articulatorios, e outro, um verdadeiro centro intelectual, responsável pelas idéias e sua relação.

BROCA (1861b), seguindo BOUILLAUD, estabelece uma faculdade geral da linguagem que corresponderia a uma capacidade “semiótica” de relacionar idéias a signos, a qual poderia ser expressa não só pela fala como por outras modalidades. Além desta faculdade, BROCA preconiza a “faculdade da linguagem articulada”: um tipo especial de memória que equivaleria à capacidade de “traduzir” signos em imagens mentais dos movimentos. Segundo FRANÇOZO, esta faculdade não serviria apenas como “depósito” de imagens, como as outras faculdades, mas daria conta de fatos estruturais da linguagem. No quadro descrito por BROCA como “afemia⁵” haveria um distúrbio dos

⁴ Vale lembrar que foi a partir das idéias de GALL que a linguagem pôde adquirir um estatuto nosológico próprio. O que preponderava era o ensinamento medieval de que eram três as faculdades mentais: do senso comum, da razão e da memória, localizadas anatomicamente nos três ventrículos cerebrais. Apesar desta lista de faculdades definidas funcionalmente ter sido ampliada durante a vigência do empirismo britânico até HARTLEY, a linguagem não era reconhecida em termos de uma faculdade da mente que tivesse sua localização nos lobos ou ventrículos cerebrais.

⁵ De acordo com FREITAS (1997), foi BROCA (1861) o primeiro a postular uma localização para a linguagem, mostrando ser ela independente de outros processos cognitivos. Descreveu o primeiro caso de afasia motora, localizando a área da linguagem ao pé da terceira circunvolução frontal do hemisfério esquerdo. Até hoje a denominação dada à correlação entre uma lesão nessa área e os sintomas observados em sua decorrência é a de *Afasia de Broca*, muitas vezes tomada como sinônimo de “*afasia motora*” ou até mesmo de *agramatismo*.

mecanismos responsáveis pela fala que a tornaria difícil ou impossível, mas não impediria a comunicação, uma vez que o sujeito poderia ainda empregar outras formas de linguagem, como a escrita ou a mímica. Como aponta FREITAS (1997), *“O afêmico conservaria perfeitamente as relações entre o pensamento e a palavra, mas perderia a capacidade de expressar essas relações pelos movimentos coordenados formados e estabilizados através de uma prática prolongada. Ele perderia [...] não a memória da palavra, mas a memória dos movimentos necessários para a articulação da palavra”* (op.cit.:6).

Fica, portanto, marcada a dicotomia linguagem interna e linguagem externa (fala ou linguagem articulada), caracterizando-se a afasia como um problema da ordem da língua, e não da fala. Nesse sentido, afirma FRANÇOZO:

“[...] a concepção dualista de que fenômenos de linguagem compreendem um lado orgânico e outro mental desfrutou, em alguma medida e por algum tempo ao menos, o estatuto de doutrina “oficial” entre os integrantes da profissão médica durante a fase inicial dos estudos da afasia. Isto é, a conclusão aponta inequivocamente para a aceitação da existência de faculdades específicas para a linguagem. Além disso, deve-se notar que a linguagem interna foi enfocada como pertencendo ao lado mental, e não ao orgânico” (op.cit.:75).

Saliento agora alguns pontos da discussão apresentada por FRANÇOZO sobre BALLETT, outro autor que pode ser incluído na primeira fase dos estudos afasiológicos. A monografia escrita pelo autor, *“Le langage interieur et les diverses formes de l’aphasie”* (BALLETT, 1888), parece ter sido a única publicação inteiramente dedicada à relação entre LI e afasia no âmbito da psicologia das faculdades, apesar de não ter recebido destaque na história da afasia. Dedico um espaço maior para suas idéias centrais, bem como para a interpretação que lhes dá FRANÇOZO, visto que podem elucidar questões que servem de base para entendermos as formulações gerais que envolveram a relação da linguagem com o domínio mental.

Observa FRANÇOZO que a “psicologia” de BALLETT tem um caráter eclético, já que ele parte de idéias sensacionistas, mas apóia-se também no associacionismo; adere à concepção de faculdades mentais, mas admite que algumas delas podem ser específicas para certos conteúdos.

Na teoria psicológica de BALLEET as sensações são tidas como o fenômeno psicológico primitivo e a associação o procedimento intelectual secundário. O movimento, no que concerne à vida mental, é uma noção derivada, na medida em que o que é guardado pela memória e associado pela inteligência, são os seus resíduos sensoriais e não o próprio movimento. Para BALLEET, haveria na mente (ou no cérebro, pois, como lembra FRANÇOZO, ele alterna termos psicológicos com termos fisiológicos) “centros” sensoriais que seriam como “depósitos” cuja função é manter a memória das sensações. Seria a associação de duas ou mais imagens (no caso da ativação de canais sensoriais múltiplos) que ocasionaria a emergência de uma idéia. A função de centralizar ou relacionar as imagens simultaneamente seria da responsabilidade de outro “centro celular”, chamado centro intelectual ou inteligência. Assim, à faculdade da memória caberia estocar resíduos sensoriais (imagens), enquanto que a faculdade da inteligência seria capaz de lidar com elas de uma maneira significativa, criando relações.

Para BALLEET, além de centros que servem às modalidades sensoriais, há outros, distintos destes, em que as imagens relacionadas às funções lingüísticas são mantidas. Tem-se, então, um centro especial para as imagens auditivas verbais ao lado de um centro genérico para imagens auditivas.

Passarei neste momento a elucidar as idéias de BALLEET no que tange mais propriamente à representação mental da linguagem (que, conforme observa FRANÇOZO, resume-se a palavras).

BALLEET defende duas teses que fundamentam sua definição de afasia e de LI. A primeira diz respeito à formulação de que as idéias podem existir sem as palavras que as representam, sendo constituídas sem ou previamente às palavras (BALLEET, 1888:6-9). Por outro lado, a teoria de BALLEET não admite explicar as palavras sem referência às idéias, o que, enfatiza FRANÇOZO, ontologicamente, vincula-se à questão das imagens. Esta tese está relacionada à questão da prioridade lógica do pensamento sobre a linguagem (Cf. DASCAL, 1982), uma vez que, para BALLEET, a separabilidade entre palavras e idéias equivale à independência lógica do pensamento em relação à linguagem, e também à dependência lógica da linguagem em relação ao pensamento.

A segunda tese de BALLEET (1888:9) é que as palavras são etiquetas que se aplicam às idéias. Há dois sentidos em que o conceito de etiqueta é usado.

O primeiro sentido, esclarece-nos FRANÇOZO, diz respeito à representação mental da linguagem. Como foi dito acima, cada uma das imagens das palavras (a sua representação mental)

evoca uma idéia. Para BALLETT (1888:14-16), portanto, a palavra, como entidade psicológica, é composta de:

- I- uma imagem auditiva (a escuta de uma palavra)
- II- uma imagem visual (a leitura de uma palavra)
- III- uma imagem motora articulatória (a fala de uma palavra)
- IV- uma imagem motora gráfica (a escrita de uma palavra)

A LI, para BALLETT, vai se constituir, então, do conjunto dessas imagens-signo (palavras como entidades mentais). As palavras são, neste contexto, signos de idéias, suas “traduções” ou “transformações”, nos termos de FRANÇOZO. Para cada uma dessas imagens, há um centro especial ligado tanto aos centros sensoriais quanto ao centro intelectual. Dessa forma, tanto as imagens-palavra evocam idéias que lhe correspondem, como o contrário também acontece.

FRANÇOZO indica que o segundo sentido que pode ser depreendido da afirmação de BALLETT de que as palavras, enquanto representações mentais, “*peut faire l’office de l’idée*” (podem fazer o papel da idéia), está relacionado ao que DASCAL (1978:136-139) chama de papel psicotécnico das palavras. No caso de BALLETT, aponta FRANÇOZO, a função das palavras em relação às idéias é mnemotécnica na medida em que seu papel é basicamente o de fixar e evocar idéias, que serão posteriormente manipuladas pela inteligência.

FRANÇOZO aponta semelhança na concepção de BALLETT com a de HOBBS. O pensamento, neste contexto, tem um funcionamento próprio, constitui-se em um “discurso mental”⁶.

BALLETT explica a afasia em termos de sua concepção de LI, ou seja, é o comprometimento de uma das modalidades da LI (pelo “desaparecimento” de um dos tipos de imagens-signo) que irá responder pelo distúrbio afásico. FRANÇOZO conclui que, para BALLETT, há um discurso mental, que não é a LI, mas que a pode mobilizar. Para BALLETT, portanto, o papel da LI é mnemotécnico e sua relação com o pensamento é externa.

⁶ FRANÇOZO (*op.cit.*:98) lembra que, segundo DASCAL (1978:144), a concepção de “discurso mental” apresentada por HOBBS é tipicamente “inspecionista” (no sentido que REEVES (1969:11-12) emprega o termo). FRANÇOZO apresenta uma síntese da visão inspecionista do pensamento:

- (a) o estudo do pensamento é o estudo dos elementos de conteúdo que o compõem;
- (b) esses elementos são “idéias” ou “imagens”;
- (c) eles são “apresentados” ao espírito, ou, o que vem a dar no mesmo, sucedem-se frente ao “olhar do espírito”;
- (d) eles obedecem a leis de associação por contigüidade, semelhança e contraste.

Considero relevante salientar no interior deste trabalho o comentário que FRANÇOZO faz sobre o postulado de BALLETT com relação à existência de faculdades específicas para a linguagem, sob a forma de quatro “centros” mentais, cujo papel, como já vimos, é o de armazenar imagens verbais ou imagens-signo que são mobilizadas pela inteligência tanto para uso comunicativo como mental. Diz o autor:

“Há que se notar, também, que esses centros são de responsabilidade de uma disposição inata do organismo humano, e não resultado de aprendizagem. Há, aqui, uma sutileza a esclarecer: a faculdade para a linguagem não é aprendida, mas a linguagem sim [...]. Convém notar que essa distinção assemelha-se àquela apontada por CHOMSKY (1981:13ss) entre capacidades de primeira e de segunda ordem. A capacidade de primeira ordem é a de fazer algo, sob circunstâncias apropriadas, sem necessidade de instrução ou treinamento. Assim, um nadador terá a capacidade (de primeira ordem) de nadar seja quando está na água, seja quando está dormindo. A capacidade de segunda ordem, por sua vez, é a capacidade de adquirir uma capacidade de primeira ordem. Com relação à linguagem, para CHOMSKY, os seres humanos têm uma capacidade de segunda ordem (que é inata) de adquirir linguagem e, por outro lado, podem conhecer uma língua, isto é, estar de posse de seu sistema de regras e representações, que é uma capacidade de primeira ordem. Assim, à semelhança de CHOMSKY, poderíamos dizer que a faculdade para a linguagem em BALLETT é uma capacidade de segunda ordem, e a aquisição de uma língua é resultado do exercício de uma capacidade de primeira ordem” (op.cit.:99).

Contudo, observa FRANÇOZO mais adiante, “[...] saber uma língua é dispor da capacidade de seguir suas regras, o que é uma capacidade mentalmente representada, segundo CHOMSKY (1981:14) – e essa representação não faz parte da concepção de LI de BALLETT. [...]” (op. cit.:114).

Segundo FRANÇOZO, o que parece é que BALLETT acabou por aceitar de certa forma a concepção que então firmava-se na Afasiologia, isto é, de que a organização do sistema nervoso central, no que concerne à linguagem, implica apenas processos sensoriais e motores. Afirma FRANÇOZO que “Essa concepção, que se inicia com o estudo fisiológico de FRISTCH e HITZIG (1870) sobre a localização de ‘centros’ motores no sistema nervoso central de animais em laboratório, foi formulada inicialmente por WERNICKE (1874) e pode ser assim resumida: I) a linguagem e o pensamento são originalmente distintos; e, II) o aspecto constitutivo da linguagem não é o conceitual, isto é, não é a relação entre o signo e o conceito, mas a organização cerebral

que coloca em relação as imagens verbais auditivas e motoras. Uma tal interpretação, que coloca lado a lado concepções associacionistas e localizacionistas faz da linguagem um sistema estático de traços depositados no córtex cerebral (CAZAYUS, 1977: 29 apud FRANÇOZO), e que nada tem a ver com o pensamento” (op.cit.:120).

Com relação à segunda fase, considera FRANÇOZO que é o esquema WERNICKE-LICHTHEIN (1885) uma boa expressão da perspectiva associacionista no estudo da afasia.

Uma das assunções do esquema WERNICKE-LICHTHEIN destacada por FRANÇOZO é a consideração dos dois aspectos relacionados à concepção da palavra como signo: sua forma⁷ e seu sentido. A forma do signo é algo da natureza de uma integração essencialmente auditiva, e o pensamento corresponde a uma representação dos objetos, a uma elaboração de conceitos a partir do que é apreendido pela vista e pelo tato, mediante processos de abstração e síntese. Linguagem e pensamento, assim, são entendidos separadamente. A afasia seria acarretada por um dano na esfera auditiva, enquanto que as alterações relativas ao sentido das palavras corresponderia a distúrbios visuais e/ou táteis.

Outra assunção diz respeito à classificação das condições afásicas. Postula LICHTHEIN a existência de quatro centros da palavra: o auditivo verbal, o da articulação verbal, o das representações visuais (verbais) e o da inervação dos órgãos relacionados à escrita. As afasias poderiam ser devidas tanto à lesão em um desses centros, como nas vias neuroanatômicas que os associariam, estabelecendo-se a possibilidade de uma extensa tipologia.

Gostaria de destacar a constatação de FRANÇOZO de que, mesmo fundamentados em pressupostos associacionistas, LICHTHEIN e WERNICKE acabam por identificar “centros” com base numa análise estritamente funcional que distingue domínios ou funções por meio de uma relação que privilegia seus conteúdos, evidenciando, também eles, a especificidade das representações mentais da linguagem.

Na fase associacionista, FRANÇOZO mostra que, apesar de as idéias de LICHTHEIN negarem qualquer relação entre a afasia e a inteligência, pode-se postular alguma relação entre

⁷ Vale lembrar que, no modelo de linguagem concebido por WERNICKE, o centro *a* contém o Wortklangbilder (as imagens sonoras das palavras), enquanto o centro *b* estoca o Wortbewegungsbilder (as imagens dos movimentos motores da fala). As representações sensoriais e motoras das palavras, *a* e *b*, eram vistas de forma independente uma da outra, mas, juntas, elas constituem o “conceito da palavra” (Wortbegriff). (Cf. DE BLESER, CUBELLI & LUZZATTI, 1993)

pensamento e linguagem quando se aponta, através do conceito de a-simbolia, que disfunções intelectuais podem ocasionar a afasia (FINKELNBURG,1870; KUSSMAUL,1876).

Pode-se verificar até aqui, de acordo com o que foi apontado por FRANÇOZO, que, mesmo para os associacionistas, a afasia seria decorrente de afecções de canais de representação sensoriais (visuais, auditivos *etc.*) e, portanto, um problema da representação interna da linguagem.

De acordo com FRANÇOZO, a reação ao associacionismo no estudo da afasia foi um movimento bastante amplo, que incluiu HUGHLINGS JACKSON (1874), von MONAKOW (1914), HEAD (1926) e GOLDSTEIN (1948). Para FRANÇOZO, o que estes autores têm em comum é o fato de postularem que a afasia é, em essência, um distúrbio uno, possivelmente decorrente de distúrbio de funções intelectuais especializadas.

Conforme FRANÇOZO, GOLDSTEIN (1948), assim como LURIA, inspira-se nos trabalhos de VYGOTSKY (1962/87) para definir a linguagem interna. Vale lembrar, tomando-se a metáfora da profundidade usada por FRANÇOZO, que para ambos os autores, a LI situa-se numa região de profundidade média, entre a linguagem (rasa) e o pensamento (profundo).

Considero importante apresentar sinteticamente as idéias de VYGOTSKY sobre a LI, não só para explicitar o pensamento de GOLDSTEIN e de LURIA, como também para nos prepararmos para as reflexões que serão desenvolvidas mais à frente, quando for considerada uma perspectiva enunciativa da relação entre linguagem e cognição.

A partir de um enfoque genético⁸, o conceito de internalização para VYGOTSKY dá respaldo à sua postulação de uma estreita correspondência entre a linguagem e o pensamento. Sua solução é única, por apoiar-se, segundo FRANÇOZO, em duas premissas pouco comuns em outros quadros teóricos: *“Por um lado, [...], a internalização está relacionada primariamente a processos sociais. Por outro, a análise da internalização baseia-se na análise de mecanismos semióticos, especialmente a linguagem, que fazem a mediação entre o social e o individual”* (op.cit.:184).

De acordo com VYGOTSKY (1962), são dois os papéis da linguagem frente às funções cognitivas superiores: a linguagem permite o desenvolvimento da capacidade de abstração e categorização, e também a auto-regulação do comportamento. Com relação ao primeiro, VYGOTSKY postula um deslocamento, durante o desenvolvimento da criança, no que tange ao

⁸ Segundo FRANÇOZO, o “[...] enfoque genético faz das funções ou estruturas cognitivas uma questão de “construção” ou de “interação”. Essa característica o distingue do cognitivismo “racionalista” cujo postulado central é o caráter inato das estruturas mentais (que se “desenvolvem” por maturação)” (op.cit.:182).

sentido das palavras, em que sua primeira função seria “apontar” referentes, garantindo um vínculo comunicativo e social mínimo entre a criança e o adulto, caminhando para um domínio das categorias de sentido que elas veiculam. A função de auto-regulação do comportamento também é resultado da mediação da linguagem, inicialmente organizando a atenção da criança por meio das instruções verbais dadas pelo adulto e, posteriormente, como forma de atividade intrapsicológica em que a criança pode dar instruções a si mesma. Segundo FRANÇOZO, pode-se ver, assim, como VYGOTSKY dá conta do postulado de que a linguagem tem um papel instrumental frente ao pensamento e ainda ocupa uma posição específica frente às outras funções mentais.

Vale registrar o comentário de FRANÇOZO nesse sentido: *“É claro que não se pode, no contexto do pensamento de VYGOTSKY, falar em representação mental da linguagem, seja no sentido dos sensacionistas (isto é, como um conjunto de imagens) nem no sentido do cognitivismo “racionalista” (isto é, em termos de mecanismos ou conhecimentos inatos). Mas pode-se falar de uma representação de um sistema semiótico mediado e mediador de funções cognitivas, construído a partir da interação social”* (op.cit.:192).

GOLDSTEIN (1948), apoiado nas idéias de VYGOTSKY sobre o processo de internalização da linguagem, acentua que a LI está inicialmente bastante identificada com a linguagem social, ou, em seus termos, com as instrumentalidades da linguagem. Ocorre uma diminuição da dependência da LI em relação à linguagem externa com o desenvolvimento da criança, assumindo, no adulto, uma estrutura própria (abreviada em relação à linguagem externa).

Um princípio geral dentro da concepção holística do funcionamento do organismo (e, portanto, também da linguagem) para GOLDSTEIN é o de desdiferenciação. Explica FRANÇOZO que *“a desdiferenciação implica na perda de uma Gestalt ou seja, na perda de uma estruturação da experiência em termos da relação entre figura-fundo”* (op.cit.:163). Goldstein também utiliza a distinção entre linguagem concreta e linguagem abstrata, que refletem, como bem salienta FRANÇOZO, “duas modalidades de ‘ação’ mental”. Vale complementar que, para GOLDSTEIN, diriam respeito ao que ele denomina, respectivamente, “conduta/atitude concreta”, “conduta/atitude abstrata” ou “pensamento categorial”.

Para FRANÇOZO, as instrumentalidades da fala são o cerne da LI segundo GOLDSTEIN. Apesar de admitir que não há muita clareza na explicitação deste conceito no livro do autor,

FRANÇOZO o aproxima do conceito de “Wortbegriff” (conceito das palavras), caracterizado por GOLDSTEIN apenas como uma experiência em princípio diferente dos fenômenos sensoriais e motores (1948:93), como no conceito original, cunhado por WERNICKE (1874). Uma vez que, para GOLDSTEIN, o que distingue uma afasia causada pelo distúrbio da LI das outras afasias é o comprometimento do “conceito das palavras”, considera-o FRANÇOZO como uma das características ou propriedades distintivas da LI. Assim, a representação mental da linguagem é concebida por GOLDSTEIN em termos deste conceito.

A correta formação da LI requer processos mentais intactos. Assim, tanto desarranjos relacionados ao pensamento (processos não-lingüísticos) podem levar a problemas com a LI (como no caso da afasia transcortical motora), como o distúrbio do aspecto motor da fala pode perturbar a LI (na medida em que ela se relaciona com as instrumentalidades da fala) e, secundariamente, pode perturbar os processos de pensamento. GOLDSTEIN explicita que tal condição ocorre em pacientes que apresentam anomia ou dificuldade de encontrar palavras (“word finding difficulty”). Dá-se uma manifestação da desdiferenciação da linguagem (interna) que provoca a emergência (“the coming to the fore”) de processos de pensamento, que, sem apoio nos processos da LI, acabam eles próprios por apresentarem-se de maneira defeituosa. Por esta formulação de GOLDSTEIN, observa FRANÇOZO, é que a LI parece ter para ele um papel psicotécnico frente ao pensamento, semelhante ao postulado por BALLETT. Porém, no caso de GOLDSTEIN, o que a linguagem fixaria ou suportaria é uma relação figura-fundo que organiza o pensamento.

Da quarta fase dos estudos da afasia, que se estende aproximadamente da Segunda Grande Guerra até nossos dias, FRANÇOZO destaca a obra de LURIA, por inscrever-se numa tradição de pensamento psicológico, e por ser das poucas, na atualidade, a servir-se do conceito de LI na explicação da afasia.

FRANÇOZO aponta que as idéias de LURIA sobre a LI diferem das de VYGOTSKY, provavelmente pela ênfase dada por LURIA aos mecanismos neuropsicológicos em detrimento dos processos (semióticos e sociais), através dos quais VYGOTSKY analisa a cognição. Segundo LURIA (1966), haveria duas síndromes afásicas em que a LI estaria comprometida: a afasia motora eferente e a afasia dinâmica. Na primeira, a estrutura superficial de sentenças estaria comprometida, acarretando apenas dificuldade de expressão. Na segunda, haveria ausência da capacidade de exprimir-se espontaneamente por problemas com a organização do pensamento em uma seqüência

de palavras na LI, ou, em outros termos, com a sua função predicativa. A afasia dinâmica é, em geral, resultado de lesão das áreas mais anteriores do córtex pré-frontal esquerdo. Como FRANÇOZO aponta, fundamentado em AKHUTINA, o modelo de LI preconizado por LURIA dispõe de vários níveis, um deles seria o responsável por “formar o esquema linear de uma sentença”.

São destacadas por FRANÇOZO as seguintes propriedades da LI para LURIA: há uma representação internalizada da linguagem; estruturalmente, essa representação apresenta-se abreviada com relação à linguagem externa; a LI teria duas funções frente ao pensamento: fornecer os meios de categorizar a experiência e fornecer os meios de planejar (regular) o comportamento inteligente.

Para finalizar, ressalto a constatação a que chega FRANÇOZO: “Se [...] aceitamos que a especificidade da representação mental da linguagem está indistintamente presente nas diversas teorias da afasia, e é responsável pela definição de faculdades, funções, componentes, módulos ou centros de linguagem, então essa propriedade, enquanto definidora da LI, perde muito de seu caráter distintivo. [...] Dito de outra forma, o conceito de LI não é mais que o conceito de representação mental da linguagem” (op.cit.:152). Assim, o que o autor põe em evidência é que, na Afasiologia do século XIX, e em grande parte da produzida no século XX, o que tem preponderado é uma explicação para a afasia que parte, explícita ou implicitamente, do postulado de uma LI que é fortemente relacionada a um domínio mental em que a linguagem está “representada” por imagens sensorio-perceptivas conservadas em “centros” cerebrais específicos. A relação entre a linguagem e o pensamento é, ou de exterioridade, na medida em que estas seriam duas instâncias independentes entre si (e o pensamento seria anterior à linguagem), ou haveria uma relação interna entre elas, que se caracterizaria por uma relação de instrumentalidade da linguagem frente ao pensamento, isto é, a linguagem é vista como ferramenta do pensamento.

Assim, vê-se que, no fundo, a concepção de linguagem que tem marcado os estudos afasiológicos é representacional: lembrar é relembrar, ou seja, a realidade pré-existe, há um lugar anterior, superior frente à linguagem. Têm-se uma concepção de signo que o reduz à relação de representação entre dois elementos totalmente heterogêneos - som ou letra (a matéria ou o corpo da linguagem), idéia ou pensamento (o espírito ou a alma da linguagem), dentro da tradição clássica. Conforme LAHUD (1977), essa teoria binária do signo marca o pensamento dos gramáticos de Port-

Royal, em que *“o funcionamento do signo é plenamente absorvido no elemento da representação”* (op. cit.:28). Nesta perspectiva, *“[...] o signo englobaria duas idéias: uma da coisa que representa; a outra da coisa representada, e sua natureza consiste em excitar a segunda pela primeira”* (ARNAULD & NICOLE, 1662:80, apud LAHUD, op.cit.:28).

A concepção de significação implicada nessa definição de signo é chamada por LAHUD, adotando a terminologia de WILLIAM ALSTON, de ideacional. Segundo LAHUD, esta concepção está sempre subentendida quando se pensa na linguagem como *“o meio ou instrumento de comunicação de idéias”* ou como *“uma representação física e externa de um estado interno”*. Como ressalta MORATO, no texto intitulado *“Processos de significação e pesquisa neurolingüística”* (1997), o que existe de significação na visão clássica é aquilo que está codificado como significado, é aquilo que ele representa dos objetos e dos estados de coisas, sendo suprimida a relação da língua ou da cognição com seu exterior discursivo.

Também é MORATO que destaca em seu livro *“Linguagem e Cognição – As reflexões de L.S.Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem”* (1996), comentando sobre as teorias vigentes à época de VYGOTSKY (e que, viu-se acima, também estão presentes no início da Afasiologia), que a construção do sentido ou da significação se dá por razões internas, representativas, psicológicas, enfim, por outros domínios situados à margem ou mesmo fora da linguagem (e da lingüística): externas ao sujeito.

Vale salientar, ainda, para fechar esta seção do trabalho, algumas idéias ressaltadas por FRANÇOZO a partir de determinadas conseqüências extraídas de sua investigação. Um primeiro ponto observado pelo autor é que o tipo de análise de que se serviu, buscando levantar as propriedades semânticas do conceito, *“[...] permite lidar com mudanças no estatuto ontológico de um conceito sem ter que rejeitá-lo in limine.[...] Assim, não seria preciso ignorar a variação conceitual da LI (ou qualquer outra ferramenta teórica); ao contrário, ela seria um dos objetos de investigação da pesquisa afasiológica”* (op.cit.:236). Outra questão a esta relacionada é que *“Esse tipo de análise permite ainda ver que, epistemologicamente, conceitos que têm um papel teórico fundamental não são rigidamente fixados com um certo estatuto ontológico (e, portanto, são inúteis fora do contexto teórico onde surgiram) e nem são completamente fluidos (e, portanto, inúteis porque escapam a qualquer esforço de sistematização). Ao contrário, conceitos teoricamente fundamentais obedecem a certos condicionamentos que não devem ser desconhecidos por aqueles que os usam [...]”* (op.cit.:237).

Acredito que a noção de metalinguagem, tendo sido tomada como elemento de explicação da afasia, é também um dos conceitos teoricamente fundamentais para o estudo neurolingüístico.

1.3. – O QUE NOS DIZ JAKOBSON (1960): “A AFASIA PODE SER DEFINIDA, AMIÚDE, COMO UM PROBLEMA PARA REALIZAR OPERAÇÕES METALINGÜÍSTICAS”

JAKOBSON (1960; 1969; 1988) é considerado o primeiro lingüista a dedicar-se sistematicamente ao estudo das afasias. (LANDI, 1994; MORATO, 2001)

MORATO (2001) observa que JAKOBSON, ao se dedicar ao estudo das afasias, estava de fato interessado na elaboração de uma teoria geral da linguagem que a explicasse em seu todo: aquisição, funcionamento, estrutura, alterações *etc.*, voltando-se não só para os dados sistemáticos, mas também para os episódicos, idiossincráticos, como os que se revelam na linguagem infantil, na linguagem dos sujeitos afásicos, nas manifestações poéticas. MORATO ainda destaca que é a partir dessa primeira incursão da teorização lingüística (já que, segundo a autora, as anteriores nada mais fizeram que coadjuvar as investigações de neurologistas) que se passou a acreditar na contribuição da lingüística para a descrição da semiologia e do diagnóstico das afasias.

Gostaria, nesse momento, antes de apresentar propriamente a discussão sobre a metalinguagem para JAKOBSON, de resgatar alguns pontos das reflexões de SAUSSURE, movimento importante para entendermos as contribuições de JAKOBSON e de LEBRUN.

Como aponta LAHUD (1977), para SAUSSURE “*não há uma organização do não-lingüístico prévia à organização da linguagem. É a língua que constitui suas próprias unidades recortando as duas massas amorfas que entram em jogo no seu funcionamento. A realidade lingüística por excelência passa então a ser o sistema e não unidades isoladas e dadas de antemão cuja soma formaria a língua [...]*” (*op.cit.*:33).

Ainda observa LAHUD que, para SAUSSURE, “*a língua, “tesouro depositado nos cérebros” dos indivíduos – está localizada justamente naquela porção do “circuito da fala” em que uma imagem auditiva associa-se a um conceito. Assim sendo, só ao nível da expressão pode haver uma intervenção ativa do sujeito falante, intervenção, no entanto, totalmente neutralizada no processo de compreensão, posto que a associação da imagem acústica com o conceito é exterior ao*

indivíduo, que “por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la”, mas, apenas registrá-la passivamente” (op.cit.:35).

LAHUD vê uma diferença de ordem conceitual entre as expressões “imagem acústica/conceito” e “significante/significado”, apesar de salientar que os editores do “Cours de Linguistique Générale” (1916) tenham se servido destas oposições quase que indiscriminadamente. O primeiro par, para o autor, marca um momento em que o signo fica caracterizado como uma entidade de duas faces distintas e independentes entre si. O segundo par é associado à etapa da reflexão saussureana em que o signo se apresenta como unidade de duas faces inseparáveis. BENVENISTE (1966/91) afirma que SAUSSURE entende por “significado” o conceito, a contrapartida mental do significante. O significante, por sua vez, é a tradução fônica de um conceito. Assim, com relação a essa teoria do signo, para SAUSSURE, não há significante sem significado.

COUDRY (1986/88) destaca as seguintes reduções epistemológicas do programa saussureano: a exclusão metodológica de quaisquer categorias e operações que envolvam sistemas exteriores (sociais, psicológicos, físicos) à própria língua; a seleção dos fatos em um estágio considerado de uma língua natural, com o que coloca à margem as variações lingüísticas históricas (a oposição da sincronia à diacronia); e a exigência da recorrência e regularidade convencional e socializada no uso da língua natural, com o que exclui de seu interesse a utilização variada da linguagem pelo sujeito (a oposição do sistema lingüístico à fala).

O que importa aqui enfatizar é o fato apontado por LAHUD de que o que serve de suporte à teorização de SAUSSURE é sua base semiológico-metafísica dualista, ou seja, a teoria do signo como associação do som e do sentido e, conseqüentemente, a concepção ideacional da significação e a concepção representacional da linguagem, o que leva à não solução, segundo o autor, do problema da comunicação e da significação.

A seguir, procuro destacar pontos mais diretamente relacionados ao conceito de metalinguagem no contexto das reflexões de JAKOBSON.

Em “Towards a linguistic typology of aphasic impairments” (1963/71), JAKOBSON descreve os sintomas verbais dos seis tipos de afasias (eferente, aferente, sensorial, dinâmica, semântica e amnésica) segundo a classificação neuropsicológica proposta pelo eminente cientista

russo LURIA⁹. Relacionando-os ao funcionamento dos dois grandes eixos de relações (simbólicas) projetados um sobre o outro, paradigmático/metafórico e sintagmático/metonímico, descritos por SAUSSURE, JAKOBSON estabelece três dicotomias lingüísticas: transtornos da codificação e da decodificação; da limitação e desintegração e, a terceira dicotomia, a da sucessividade e simultaneidade. Não irei entrar em detalhes quanto à especificação dessas dicotomias e os tipos de afasia a elas relacionados, já que foge dos propósitos desta Dissertação.

Gostaria de ressaltar somente que, nesse trabalho, JAKOBSON toca rapidamente na questão da metalinguagem ao explicar que na afasia sensorial (uma desordem da similaridade, relacionada ao transtorno da decodificação) haveria uma perda das operações metalingüísticas, equivalente ao que LURIA atribuiu ao comprometimento da linguagem interna (o contexto dos enunciados), no caso da afasia eferente.

No texto “Dois Aspectos da Linguagem e Dois Tipos de Afasia” (1954), JAKOBSON amplia a discussão do que considera os dois tipos fundamentais de afasias: o distúrbio da similaridade e o distúrbio da contigüidade.

JAKOBSON baseia-se nos dois modos de arranjo do signo lingüístico, seleção e combinação, propostos por SAUSSURE, o primeiro que relaciona os termos “*in absentia*” e o segundo que os liga “*in praesentia*”, respectivamente. Assim, a seleção concerne às entidades associadas no código somente, enquanto que, na combinação, as entidades estão associadas no código e na mensagem dada, ou somente na mensagem efetiva.

O processo de codificação inicia-se pela seleção dos constituintes, que depois se combinam e se integram no contexto lingüístico. Na decodificação, se dá o inverso: o contato inicial do decodificador é com o contexto verbal, para em seguida detectar a seleção dos termos. Segundo JAKOBSON, o princípio básico que opera na patologia é que se altera a etapa subsequente e não a inicial.

Ao processo de codificação subjaz a relação de contigüidade, que opera através da combinação das unidades lingüísticas entre si, a precedente determinando a consecutiva e esta a posterior, da fonologia à sintaxe. Ao processo de decodificação subjaz a relação de similaridade.

⁹ Para LURIA (1976), as afasias afetam distintamente os aspectos motores e sensoriais (expressivos e receptivos), voltados para as tarefas de articular e compreender a linguagem, que pode ser alterada em suas diferentes modalidades (fala, audição, leitura e escrita), ainda que de maneira seletiva.

Esta opera através da seleção entre alternativas possíveis de substituição dos elementos lingüísticos. Há aí duas faces de uma mesma operação: seleção e substituição.

De acordo com JAKOBSON, os constituintes de qualquer mensagem estão necessariamente ligados ao código por uma relação interna e à mensagem por uma relação externa. O autor ressalta que os dois modos de relação encontram-se presentes na linguagem. Para que a mensagem seja efetivamente assegurada é preciso que se estabeleça tanto uma relação interna, por meio de uma equivalência entre os símbolos utilizados pelos falantes, quanto por uma relação de contigüidade das mensagens trocadas entre eles.

No distúrbio da similaridade (de decodificação), a deficiência principal estaria na seleção e substituição dos constituintes, enquanto mantêm-se relativamente estáveis a combinação e a contextura. No outro tipo, o distúrbio de contigüidade (de codificação) seriam estas últimas as operações mais afetadas, com uma retenção relativa da seleção e substituição normais.

Dentro da reflexão proposta por este estudo, estarei atendo-me em especial ao “distúrbio da similaridade”, uma vez que, nesse artigo de JAKOBSON, a noção de metalinguagem é trazida para explicar a principal dificuldade encontrada nesse tipo de afasia.

JAKOBSON mostra que, neste distúrbio, o contexto é decisivo, ou seja, o sujeito apóia-se na contigüidade para contornar seus problemas relativos ao processo de decodificação. Assim, observa JAKOBSON, o emprego da metonímia é muito freqüente nesses casos. Por exemplo, o sujeito pode substituir a palavra *fumaça* por *cachimbo*, por já terem aparecido numa relação metonímica: “fumar um cachimbo” em um contexto habitual. Da mesma forma, JAKOBSON, cita o caso de um paciente de GOLDSTEIN que não proferia a palavra *faca* sozinha, mas de acordo com seu uso e circunstâncias: *apontador*, *cortador-de maçã*, *faca-de pão* e *talher* (garfo e faca), o que evidencia, para ele, a dificuldade em manter as variações contextuais da palavra. Segundo JAKOBSON, quanto mais uma palavra depender de outras da mesma frase, e quanto mais se relacionar com o contexto sintático, menos afetada será (por exemplo, palavras sintaticamente subordinadas por concordância ou regência gramatical), bem como as que comportam uma referência inerente ao contexto (como pronomes e advérbios pronominais) e as palavras que servem apenas para construir o contexto (como conectivos e auxiliares).

De acordo com JAKOBSON, a linguagem desses sujeitos é meramente reativa, ou seja, apresentam uma dependência do contexto verbal ou não verbalizado para efetivamente se comunicarem. Um exemplo dado pelo autor é que o sujeito pode continuar uma conversa, mas tem

dificuldade em iniciar um diálogo. Também explica que um sujeito com este distúrbio não dirá a frase “Chove”, caso o fato não esteja realmente acontecendo.

Para as reflexões posteriores, gostaria de trazer um exemplo relatado por JAKOBSON, a partir de um dado de um sujeito afásico citado por GOLDSTEIN. Disse o sujeito: “Tenho um bom apartamento, *hall* de entrada, dormitório, cozinha”, “Há também apartamentos grandes, só que no fundo vivem solteiros”. Solicitado a explicar o que significava “solteiro”, o sujeito não respondeu. Para JAKOBSON, “*O paciente era capaz de escolher o termo apropriado “solteiro”, quando era apoiado pelo contexto de uma conversa habitual sobre “os apartamentos de solteiro”, mas mostrou-se incapaz de utilizar o grupo de substituição solteiro = homem não casado como tema de uma frase porque a capacidade de seleção e substituição autônoma tinha sido afetada*” (op.cit.:45). Vê-se, dessa forma, que a explicação sobre as dificuldades apresentadas pelos sujeitos com distúrbio de similaridade recai sobre a possibilidade de seleção e substituição do signo.

No nível sintagmático, esse problema se refletiria por uma dificuldade em manipular predicções equacionais, o que fica evidenciado no comentário sobre o dado acima, em que diz o autor: “*Uma resposta como “solteiro é um homem não-casado” ou “um homem não-casado é solteiro” teria constituído uma predicação equacional e assim uma projeção de um grupo de substituição, do código lexical da língua portuguesa, no contexto da mensagem em questão. Os termos equivalentes tornam-se duas partes correlativas da frase e por conseguinte se unem por um laço de contigüidade*” (op.cit.:44). O sujeito afásico com esse tipo de distúrbio também não “completará” um outro signo usado pelo investigador: um gesto indicando um objeto, um desenho para ser nomeado, repetir uma palavra (demonstrando dificuldade em manipular até mesmo a mais “pura” tautologia $a = a$, que seria, para JAKOBSON, o que ocorreria nesse caso) em função de considerá-los redundantes, já que equivalentes e em distribuição complementar.

Para a reflexão em torno das questões apontadas, JAKOBSON traz a noção de metalinguagem, como a linguagem que se usa para falar de um código lingüístico, como fica claro nos seus textos em que aborda o assunto. Apóia-se na distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem estabelecida na lógica simbólica, citando CARNAP (1947): “*para falar sobre qualquer linguagem-objeto, precisamos de uma metalinguagem*” (op.cit.:46).

Segundo o autor, “*Nesses dois níveis da linguagem, o mesmo estoque lingüístico pode ser utilizado; assim, podemos falar em português (como metalinguagem) a respeito do português (como linguagem-objeto) e interpretar as palavras e frases do português por meio de sinônimos,*

circunlocuções e paráfrases portuguesas. É evidente que operações desse tipo, qualificadas de metalingüísticas pelos lógicos, não são de sua invenção: longe de se confinarem à esfera da ciência, elas demonstram ser parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais” (op.cit.46). JAKOBSON ressalta que, no uso ordinário, os interlocutores usam operações metalingüísticas para checar se é, de fato, o mesmo código que estão utilizando através de perguntas do tipo: “Está me ouvindo? Entendeu o que eu quero dizer?” ou “O que é que você quer dizer?” e fazem reformulações de suas falas, por meio de substituições de um signo ou de um grupo de signos dentro do mesmo código lingüístico.

JAKOBSON vai então salientar a importância da metalinguagem como uma condição, não só para a aquisição da linguagem, como também para seu funcionamento normal. Afirma que “*A interpretação de um signo lingüístico por meio de outros signos da mesma língua, sob certo aspecto homogêneos, é uma operação metalingüística que desempenha papel essencial na aprendizagem da linguagem pela criança. Observações recentes mostraram o considerável lugar ocupado por conversas sobre a linguagem no comportamento verbal das crianças em idade pré-escolar. O recurso à metalinguagem é necessário tanto para a aquisição da linguagem como para seu funcionamento normal. A carência afásica da “capacidade de denominar” constitui propriamente uma perda de metalinguagem” (op.cit.:47).*

No texto “El metalenguaje como problema lingüístico” (1956), JAKOBSON dedica-se à apresentação das seis funções da linguagem, cada uma associada a um dos componentes do ato de comunicação verbal: referencial (contexto), conativa (receptor), emotiva (emissor), poética (mensagem), fática (contato) e metalingüística (código). Segundo JAKOBSON, as três primeiras: emotiva, conativa e referencial constavam do modelo tradicional da língua explicitado por KARL BÜHLER. No ponto de vista de JAKOBSON, entretanto, também as outras três funções são constitutivas da comunicação verbal.

Nessa apresentação, a função metalingüística recebe atenção especial, sendo discutida em detalhes pelo autor. Cito abaixo a passagem em que JAKOBSON explica as raízes dos conceitos de linguagem-objeto e de metalinguagem: “*Una distinción claramente anticipada por la tradición de la antigua Grecia y de la India y llevada adelante por los tratados medievales de suppositionibus ha sido defendida en la lógica moderna como la necesidad de distinguir entre dos niveles de lenguaje; a saber, el “lenguaje objeto” que habla de cuestiones ajenas al lenguaje como tal, y por otra parte un lenguaje en el que hablamos del código verbal mismo. Este último aspecto del lenguaje se llama*

“*metalinguaje*”, *traducción del término polaco introducido en los años 1930 por Alfred Tarski*¹⁰” (op.cit:85). Vê-se, nessa passagem, que o autor explicita ainda mais o escopo da noção de metalinguagem para ele, acentuando neste momento uma distinção entre a metalinguagem e a linguagem-objeto, sendo esta última aquela em que se fala de outras coisas que não do código verbal.

Além disso, JAKOBSON caracteriza a função metalingüística destacando-a como o momento em que o discurso se centra no código, para que emissor e/ou receptor se certifiquem de que estão se compreendendo. Esta discussão é centralizada na “comunicação” metalingüística, isto é, nas operações tanto de ida ao código quanto de contato com a mensagem, realizadas pelos falantes em situações de uso ordinário da linguagem.

Volta-se então JAKOBSON sobre as predicções equacionais, que, como já visto, são, para ele, frases utilizadas pelos falantes que explicitam relações de equivalência entre os termos lingüísticos, portanto, operações metalingüísticas que se dão no nível sintagmático.

O autor busca a compreensão das relações entre expressões por meio de uma fundamentação essencialmente voltada para o aspecto semântico da linguagem, trazendo idéias de PEIRCE e FREGE para a reflexão sobre o significado e, relacionado à ele, a referência. O que subjaz ao conceito de metalinguagem para JAKOBSON parece estar fortemente baseado nas idéias de PEIRCE com relação à equivalência dos signos. Observa JAKOBSON que, na gramática especulativa de PEIRCE, o interpretante básico (seletivo) de um signo é aquilo que está explícito no signo mesmo, independentemente das circunstâncias em que foi produzido. Quando o significado geral é modificado por significados contextuais, são tratados como interpretantes secundários, “circunstanciais”. Os signos são equivalentes quando qualquer um deles pode ser considerado como interpretante do outro.

Para fundamentar sua idéia de que a metalinguagem (metalingua, no texto em questão) é o fator vital de todo desenvolvimento verbal, JAKOBSON reitera seu papel essencial no desenvolvimento da linguagem e também para o aprendizado de línguas estrangeiras: “*La construcción de la primera lengua implica una aptitud para las operaciones metalingüísticas, y*

¹⁰ “Uma distinção claramente antecipada pela tradição da Grécia antiga e da Índia e levada adiante pelos tratados medievais de *suppositionibus* tem sido defendida na Lógica moderna como a necessidade de distinguir entre dois níveis de linguagem; a saber, a “*linguagem-objeto*” que fala de questões alheias à linguagem como tal, e por outro lado, uma linguagem em que falamos do código verbal mesmo. Este último aspecto da linguagem chama-se “*metalinguagem*”, tradução do termo polaco introduzido nos anos 30 por ALFRED TARSKI.” (minha tradução)

ninguna familiarización com lenguas ulteriores es posible sin el desarrollo de esta aptitud” e seu comprometimento na patologia: “La metalengua es deficiente en los afásicos que presentan un desorden de la similaridad, llamado “perturbación sensoria”; a pesar de las instrucciones, no pueden responder a la palabra-estímulo del examinador con una palabra o expresión equivalente y carecen de la capacidad de construir proposiciones ecuacionales. Toda aptitud para la traducción, ya sea intraindiomática o interidiomática, desaparece en estos pacientes” e “el desmoronamiento de la metalengua desempeña un papel sustancial en las perturbaciones verbales¹¹”. Conclui afirmando que: “[...] la tarea urgente que se presenta a la ciencia del lenguaje, un análisis sistemático de los significados léxicos y gramaticales debe empezar por enfocar la metalengua como un problema lingüístico fundamental¹²” (op.cit.:91).

Ainda considero importante destacar a afirmação com que JAKOBSON finaliza esse texto: *“Cada vez vemos más claramente que todo mensaje verbal, en la selección y combinación de sus constituyentes, implica un recurso al código dado, y que en este perpetuo marco de referencia subyace un conjunto de operaciones metalingüísticas latentes¹³”* (op.cit.:91).

Em “Lingüística e Poética” (1960), JAKOBSON aprofunda sua discussão em torno da função poética. Fala da função metalingüística brevemente e de forma bastante próxima ao texto anterior. Neste artigo, nota-se um certo afrouxamento com relação às formulações anteriores do autor, que marcam explicitamente o distúrbio da similaridade ou afasia sensorial como um problema para realizar operações metalingüísticas. Vejamos o que diz JAKOBSON: *“[...] e a afasia pode ser definida, amiúde, como uma perda da capacidade de realizar operações metalingüísticas”* (op.cit.:127).

¹¹ *“A construção da primeira língua implica uma atitude para as operações metalingüísticas, e nenhuma familiarização com línguas posteriores é possível sem o desenvolvimento desta atitude.”*

A metalíngua é deficiente nos afásicos que apresentam uma desordem da similaridade, chamada “perturbação sensorial”; apesar das instruções, não podem responder à palavra-estímulo do examinador com uma palavra ou expressão equivalente e carecem da capacidade de construir proposições equacionais.

Toda atitude para a tradução, quer seja intraindiomática ou interidiomática, desaparece nestes pacientes. A destruição da metalíngua desempenha um papel substancial nas perturbações verbais.” (minha tradução)

¹² *“[...] a tarefa urgente que se apresenta à ciência da linguagem, uma análise sistemática dos significados léxicos e gramaticais, deve começar por enfocar a metalíngua como um problema lingüístico fundamental.”* (minha tradução)

¹³ *“Cada vez vemos mais claramente que toda mensagem verbal, na seleção e combinação de seus constituintes, implica um recurso ao código dado, e, neste perpétuo marco de referência, subjaz um conjunto de operações metalingüísticas latentes.”* (minha tradução)

Esta constatação pode ser talvez relacionada ao deslocamento que LANDI (1994) observou entre o trabalho anterior de JAKOBSON com este de 1960. Aponta a autora que, no primeiro texto, fica evidenciada uma relação de tensão-fusão entre os procedimentos metafórico e metonímico. Neste agora apresentado, a relação passa a ser de predominância, com a projeção de um eixo sobre o outro. LANDI acentua o fragmento em que JAKOBSON explicita esta formulação: “*é preciso não esquecer que não existe barreira intransponível entre similitude e contigüidade, que as duas se combinam*” (JAKOBSON & POMORSKA, 1985, cap. XIII:128; *apud* LANDI, 1994:99).

Nesse trabalho de 1960, o autor enfatiza que a função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação. A equivalência é promovida à condição de recurso constitutivo da seqüência. Em poesia, uma sílaba é igualada a todas as outras sílabas da mesma seqüência; cada acento de palavra é considerado igual a qualquer outro acento de palavra, estendendo estas comparações a todos os outros constituintes prosódicos. JAKOBSON propõe uma diferenciação entre metalinguagem e poesia, já que em ambas se faz uso seqüencial de unidades equivalentes. Entende o autor que, “*em metalinguagem, a seqüência é usada para construir uma equação, ao passo que em poesia é usada para construir uma seqüência*”.

O que parece evidenciar-se nesses trabalhos de JAKOBSON é que, partindo de uma concepção de linguagem como língua, como código, as operações metalingüísticas são da esfera do domínio mental. Por outro lado, a função metalingüística é da ordem da fala, que na visão estruturalista é concebida apenas como expressão externa de conteúdos internos ou do pensamento, ou seja, como o significante, expressão fônica de um conceito. Assim, evidencia-se que, para JAKOBSON, a função metalingüística, aquela em que se usa a linguagem para falar sobre a linguagem (na verdade, o código), no nível sintagmático, tem, em sua base, operações no nível paradigmático. Ou seja, metalinguagem e função metalingüística são duas operações diferentes, sendo que o autor reduz a análise da primeira à segunda.

Nesse sentido, ARRIVÉ assinala, “*Em JAKOBSON – e com a reserva de exame exaustivo – parece que a teoria da metalinguagem se reduz a uma teoria da função metalingüística. Embora lembre, também ele, a origem lógica do conceito e reconheça explicitamente que “a metalinguagem é um instrumento lógico necessário a serviço dos lógicos e dos lingüistas” (1963, p. 217), interessa-se essencialmente pelo “papel da metalinguagem na linguagem cotidiana” (id., ibid.). Daí o célebre*

exemplo do “sofômore que levou bomba”, e do irritante diálogo metalingüístico que ocasiona” (op. cit.:121).

1.4 – A NEUROLINGÜÍSTICA INCORPORA A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM”

Na área de Neurolingüística, LEBRUN (1983) procura deslocar a tendência presente até então nos estudos afasiológicos de explicar as alterações de linguagem dos sujeitos afásicos em função de problemas do domínio cognitivo. Lebrun propõe o emprego do conceito de “metalinguagem” para caracterizar as dificuldades lingüísticas observadas em sujeitos com afasia amnésica, no lugar do que os neurologistas GELB e GOLDSTEIN (1948) chamaram de perturbação do pensamento categorial ou atitude abstrata. Nas palavras do autor, “[...] *parece que o que Goldstein e Gelb chamaram de atitude abstrata ou pensamento categorial e consideraram como uma capacidade mental generalizada, é de fato uma capacidade verbal, isto é, a habilidade de usar a metalinguagem*” (op.cit.: 38).

Pode-se observar que o autor, apoiado na distinção entre linguagem como objeto e metalinguagem, serve-se da idéia de “operações metalingüísticas” como apresentada por JAKOBSON, vinculada à relação de equivalência/substituição entre termos lingüísticos. Além disso, parece aproximar a noção de metalinguagem à capacidade de reflexividade das línguas naturais, ao colocar a discussão em termos de uso e menção.

A diferença entre os dois usos da linguagem é explicitada pelo autor:

“Metalinguagem significa o uso da linguagem para se referir à própria linguagem ou a qualquer parte dela. É diferente da linguagem como objeto, que é o uso da linguagem a fim de se referir a algo que não é verbal. Tipicamente, metalinguagem pode ser encontrada em dicionários e gramáticas. Em tais estudos, a linguagem é usada para descrever seus aspectos. Porém, a metalinguagem aparece também na vida diária. Perguntar ou dizer o que uma palavra significa é estar fazendo uso da metalinguagem. Na escrita, este uso é muitas vezes acentuado por palavras grifadas ou entre aspas, como por exemplo: “O que quer dizer ‘autoclave’?” Perguntar ou dizer o nome de algum objeto é também uma operação

metalingüística, pois significa perguntar ou dizer a palavra que é normalmente usada para designar o objeto em questão. Da mesma maneira, pedir a alguém que aponte um objeto, que acabou de ser nomeado, é dar-lhe uma tarefa metalingüística, pois o pedido significa perguntar qual é o objeto a que tal nome se refere” (LEBRUN, op.cit.:35).

LEBRUN ainda enfatiza que no nível metalingüístico as palavras podem ter vários significados, já que são tomadas para análise quase sempre num uso fora de contexto (no sentido de não estar num enunciado).

Por outro lado, para ele, no nível lingüístico, “*nas frases de situação real*”, só há a possibilidade de um significado de cada vez, a menos que seja um trocadilho, uma frase propositalmente ambígua. Aponta o autor para algo importante em termos lingüísticos: “*A linguagem como objeto, na maioria da vezes, consiste de grupos de palavras interdependentes: o significado de cada palavra é determinado referindo-se às outras. Isto significa que em linguagem como objeto, as palavras são usadas dentro de um contexto*”(op.cit.:35).

LEBRUN baseia-se, para tecer seus comentários, em dados levantados por GOLDSTEIN (1948) relativos a sujeitos com afasia amnésica. GOLDSTEIN destaca em seus estudos que estes sujeitos têm, sobretudo, dificuldades em “alçar” elementos gramaticais e isolá-los das frases usadas cotidianamente, ao terem que responder questões em que têm que dizer o nome de um objeto apontado ou após uma pergunta. Também têm dificuldades de dar o sentido das palavras, parafrasear provérbios ou reformular frases, compreender jogos de palavras.

LEBRUN aponta que a idéia preconizada por GOLDSTEIN de que os afásicos teriam problemas com relação à atitude abstrata surgiu das observações deste pesquisador no que diz respeito a nomeação e seleção de cores.

O autor exemplifica a questão com um caso clínico apresentado por GOLDSTEIN, de um sujeito de 23 anos, acometido por uma lesão parietal esquerda. O sujeito não era bem sucedido em tarefas em que tinha que nomear cores, conseguindo somente dizer frases do tipo: “igual a uma cereja” ou “igual a uma violeta”. Também não relacionava os nomes das cores, apresentados numa lista, com as cores que lhe eram mostradas, nem conseguia agrupar cores segundo suas tonalidades.

LEBRUN argumenta contra a idéia de GELB e GOLDSTEIN segundo a qual o que estaria na base destas dificuldades seria uma perturbação da atitude abstrata ou pensamento categorial, defendendo que a execução de tarefas de nomeação e seleção de cores estaria na dependência não de

uma capacidade mental generalizada, mas, sim, de uma capacidade verbal, a habilidade de usar a metalinguagem. Nas palavras de LEBRUN: “*Conseqüentemente, um número de sintomas afásicos que Goldstein (1948:23) atribuiu a “uma deficiência de uma função mental superior” (43), isto é, uma falha não lingüística, pode ser agora explicada em termos lingüísticos, o que parece ser mais satisfatório, pois a afasia é, por definição, um distúrbio da linguagem*”. (op.cit.:38)

LEBRUN ainda ressalta a relevância da introdução do conceito de metalinguagem para a compreensão das perturbações lingüísticas resultantes da patologia cerebral, não só nos casos de afasia, onde, segundo o autor, “*o uso da metalinguagem pode ser drasticamente limitado e em alguns casos torna-se impossível*”, como também em pacientes mentalmente perturbados, em que “*a metalinguagem pode invadir a linguagem como objeto e desta maneira perturbar a comunicação verbal*”(op.cit:39).

Desta forma, evidencia-se em LEBRUN um esforço no sentido de produzir um deslocamento das explicações sobre os distúrbios afásicos, tirando-as de um domínio essencialmente mental e trazendo-as para a esfera da linguagem, incorporando aos estudos neurolingüísticos a distinção entre linguagem e metalinguagem. Entretanto, pela argumentação apresentada por LEBRUN, pode-se constatar que, na verdade, o autor acaba não promovendo mudanças na base explicativa da afasia, uma vez que a conceituação de metalinguagem na qual se apóia, como vimos em JAKOBSON, está comprometida com o cognitivo, e não com a linguagem. Em outras palavras, a relação pensamento-linguagem que subjaz à formulação de afasia proposta por LEBRUN continua sendo de exterioridade, na qual a linguagem permanece subordinada ao pensamento ou aos conteúdos mentais.

1.5.- COMO O CONCEITO DE “METALINGUAGEM” TEM SIDO ABORDADO EM LINGÜÍSTICA E EM NEUROLINGÜÍSTICA

Segundo GOMBERT (1992), o neologismo “metalinguistics” (“Metalingüística”) firmou-se entre 1950 e 1960, quando os lingüistas passaram a usar o termo para designar as atividades associadas com “metalanguage” (“metalinguagem”), uma linguagem formada pelo conjunto de palavras da terminologia lingüística, como *sintaxe, semântica, fonema, palavra, sentença, letra etc.*

O autor salienta que, em seu sentido lingüístico, ou seja, relacionada à atividade lingüística que privilegia a linguagem, a “metalingüística” desenvolveu-se a partir das idéias de JAKOBSON.

CULIOLI (1968), por sua vez, cunhou o termo “epilingüístico” para diferenciar as atividades meta e epilingüísticas, bem como seus diferentes níveis de consciência sobre o objeto lingüístico. Como lembra GERALDI (1995), *“Para A.Culioli, atividades metalingüísticas não conscientes acompanham necessariamente toda atividade lingüística e aparecem por conseguinte ao mesmo tempo que a própria linguagem. Ele reserva para estas atividades inconscientes o termo “epilingüístico”. Mais tarde, em torno de 4/5 anos, nota-se que as crianças fazem mais que perceber as relações que os signos mantêm com as coisas; elas se interessam também pelo que se passa no interior do sistema [...]”*(LEGRAND-GELBER, 1989:19, *apud* GERALDI, *op.cit.*:23).

Em trabalhos lingüísticos dos anos 80 do século XX, pode-se ver que os autores se servem dessa dicotomia, colocando-a também em contraposição com a atividade lingüística. A seguir, apresento, brevemente, alguns desses estudos, procurando apontar quais as questões que são relacionadas ao conceito de metalinguagem.

FRANCHI (1977) serve-se da noção proposta por CULIOLI ao discorrer sobre a concepção de linguagem que adota. Neste momento, importa-nos somente destacar a passagem em que o autor descreve o conceito de atividade epilingüística, nele apoiando-se para se referir ao aspecto continuamente reorganizador da linguagem. Escreve o autor, numa passagem que julgo importante transcrever aqui:

“Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido a linguagem não é somente um processo de representação de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários.

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade lingüística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilingüística: como “atividade metalingüística inconsciente” (Culioli, 1968) de modo a estabelecer uma relação entre esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e a sua realização em cada ato do discurso; como atividade seletiva e consciente, na medida em que reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal; justamente em virtude dessa função, operando sobre signos que se tomam como objetos dessa reflexão, o homem ultrapassa os limites do observável e do perceptível: passando pela metáfora e pela metonímia, a linguagem se refaz linguagem poética, ou se higieniza e se contextualiza (no sentido mais estrito de ‘contexto verbal’) no discurso filosófico e científico, em que as palavras e expressões tomam seus sentidos na cadeia das definições” (op.cit.:32).

Em outro texto, intitulado “Criatividade e Gramática” (1987), FRANCHI reflete sobre o ensino da gramática na prática escolar. O autor procura mostrar o que está na base da atitude negativa com que educadores e até mesmo estudiosos da linguagem têm com relação à gramática, elencando algumas razões para isso: *“a crítica correta à insuficiência das noções e procedimentos da gramática tradicional; a inadequação dos métodos de “ensino” da gramática; o fato de que essa gramática não é relacionada a um melhor entendimento dos processos de produção e compreensão de textos; o esquecimento da oralidade; o normativismo renitente etc.”* Entretanto, ressalta que: *“[...] a razão mais invocada para essa rejeição da gramática é que, mesmo assumindo uma postura descritiva mais moderna, ela sempre resultará de uma redução metodológica que a torne estanque e restritiva” (op.cit.: 5).*

FRANCHI aponta duas tendências históricas que têm orientado a forma como a gramática tradicionalmente é trabalhada na prática escolar. A primeira delas encontra-se em parte dos estudos gramaticais greco-latinos, nas gramáticas especulativas e filosóficas e, mais recentemente, no estruturalismo, onde se reflete sobre a linguagem para se construir um sistema nocional, capaz de descrevê-la. O autor explica que uma segunda tendência se manifestaria naqueles que se preocupavam em estabelecer condições de “uso” da linguagem e que deu origem às gramáticas prescritivas e normativas. FRANCHI pontua que *“em vez de refletir teoricamente sobre a*

linguagem, a tarefa do gramático seria a de elaborar um manual sobre a arte de falar e escrever bem, segundo os mais diferentes critérios” (op.cit.:14).

Salientando que é preciso recuperar no “ensino” da gramática o aspecto criativo da linguagem, FRANCHI diz que não basta apontar para os vícios descritivos da gramática escolar. Duas outras questões devem também ser levadas em conta segundo o autor: a dimensão do uso da linguagem e a relativa às estratégias utilizadas nesta prática.

Ao abordar este último ponto, FRANCHI enfatiza que: *“Os exercícios gramaticais, quase todos se situam ao nível da metalinguagem, ou seja, o de adquirir um sistema de noções e uma linguagem representativa (na verdade, uma nomenclatura) para poder falar de certos aspectos da linguagem. [...] é ainda menos que isso, pois não se organizam essas noções de modo que se possa falar, estritamente de sistema. Quando mais, resumem-se a exercícios analíticos e classificatórios com pequena relação com os processos de construção e transformação das expressões, com a propriedade e adequação do texto às intenções significativas, com a exploração da variedade dos recursos expressivos para o controle do estilo. Esquece-se que a pertinência de um elemento verbal a esta ou aquela classe supõe operações efetivas (lingüísticas) do sujeito e que a própria elaboração de um sistema descritivo supõe uma familiaridade prévia com os processos envolvidos nessa construção” (op.cit.:26).* FRANCHI critica, pois, a forma como tradicionalmente a gramática tem sido abordada, desconsiderando-se as operações efetivas que o sujeito realiza com a linguagem, reduzindo, desta forma, as possibilidades de manifestação da criatividade.

COUDRY, em “Diário de Narciso – discurso e afasia” (1986/88), desenvolve um estudo da afasia do ponto de vista discursivo, motivada inicialmente pelas questões mais vinculadas à avaliação de linguagem, estendendo depois sua reflexão também para o processo terapêutico.

Nesta seção, deter-me-ei ao primeiro capítulo do estudo de COUDRY, dedicado à reflexão sobre os procedimentos avaliativos que vinham sendo empregados para apontar os problemas de linguagem advindos de lesões cerebrais. A autora ressalta que, classicamente, era por meio da aplicação de testes-padrão que se localizava topograficamente a área cerebral acometida, servindo também para a classificação dos diferentes tipos de afasia. Em estudos mais recentes, afirma COUDRY, mesmo com a utilização de técnicas mais precisas (angiografia, tomografia computadorizada) para a localização das lesões, o binômio localização-classificação se mantém em parte. Esta reutilização dos testes apenas com objetivos tipológicos, levou a autora a *“repensar a*

propriedade dos testes-padrão para a avaliação dos distúrbios fásicos e, por outro, a investigar alternativas” (op.cit.:7).

COUDRY (1986/88) apresenta uma lista das tarefas mais usuais propostas nas baterias de testes, elencando as representativas, do ponto de vista lingüístico. Reproduzo abaixo a relação de tais tarefas levantada pela autora, em função de sua importância para as nossas discussões posteriores.

“1- repetição de ‘fonemas’ ou de palavras monossilábicas em que se pede ao paciente que reproduza sons produzidos pelo investigador ou a partir de uma lista impressa de palavras monossilábicas comuns;

2- repetição de logatomas (palavras que não existem na língua do paciente mas com o mesmo padrão fonológico) visando avaliar o reconhecimento, por parte do afásico, do sistema fonético-fonológico de sua língua;

3- soletração e repetição de palavras;

4- discriminação de palavras pareadas (de parônimas como pato-bato, fato-fado, etc);

5- formação de palavras a partir de fonemas iniciais;

6- denominação de objetos (apresentados diretamente ou sob figuras e fotos) oralmente ou por escrito ou identificação do objeto, entre outros na figura, a partir de seu nome, visando a verificar a capacidade de nomear ou a de compreender um nome;

7- exercícios de linguagem automatizada (séries dos dias da semana, dos meses do ano, dos números, etc);

8- verificação da fluência verbal mediante listagem de animais, países, profissões, flores etc;

9- definição de palavras fornecidas pelo examinador;

10- completar frases;

11- formação de frases simples a partir de palavras fornecidas pelo examinador;

12- descrição de uma figura: pede-se ao paciente que descreva os aspectos mais importantes de um quadro;

13- compreensão de frases simples, semicomplexas e complexas conforme o número de expansões de frases elementares;

14- explicação de provérbios;

15- exercícios sobre a morfologia e sintaxe da língua (dar o plural, o feminino de um nome, formar a passiva de uma frase);

16- *exercícios sobre algumas relações semânticas (dar o antônimo ou o sinônimo de uma palavra ou locução etc);*

17- *repetição de parágrafos lidos pelo examinador;*

18- *leitura em voz alta de palavras, frases, parágrafos;*

19- *leitura silenciosa de parágrafos acompanhada de questões visando a avaliar sua compreensão;*

20- *cópia de palavras e parágrafos;*

21- *ditados de palavras e frases;*

22- *fala espontânea (dar informações sobre dados pessoais, onde mora, onde trabalha etc);*

23- *escrita espontânea (como em 22)” (op.cit.:7-9).*

A autora observa que os testes acabam tendo mera função taxonômica, uma vez que são os resultados obtidos pelo sujeito em um ou mais desses testes que servem como critério para a classificação do tipo de afasia que o sujeito apresenta. Um dos exemplos citados por COUDRY é o quadro de afasia sensorial proposto por LURIA, que fica assim caracterizado se o paciente falhar em tarefas de compreensão, repetição, nomeação, fala espontânea, escrita e leitura. Ressalta a autora a insuficiência desse procedimento de avaliação para o entendimento do fenômeno afásico de forma ampla, afirmando: *“É claro que para certos propósitos, os testes servem ao diagnóstico tipológico. Mas talvez só ao diagnóstico. O fato de um sintoma ou conjunto de sintomas permitirem eventualmente uma classificação correta não assegura a via explicativa do fenômeno descrito. Observando os resultados do sujeito em tarefas específicas não se têm as indicações relevantes para a compreensão dos processos envolvidos e, conseqüentemente, não se têm pistas para a reelaboração de suas dificuldades” (op.cit.:09 -10).*

A autora entende que, nas situações de testes, o examinador cria uma situação não usual para o exercício da linguagem, destacando dois pontos que contribuem para que isso ocorra. Em primeiro lugar, o fato de que, na situação de teste, a interlocução se estabelece a partir de uma relação assimétrica entre o examinador e o sujeito afásico, uma vez que é construída do ponto de vista do primeiro, que, ao solicitar a execução de tarefas (nomear, definir, listar, repetir), coloca-se numa posição de domínio da interlocução. Outro aspecto apontado por COUDRY é que nessas “tarefas” são anuladas as coordenadas do diálogo: deixa de haver interação e assunção por parte dos

interlocutores de seus diferentes papéis discursivos, não mantendo, portanto, o papel de representação de experiências efetivas sobre si próprio, sobre os outros e sobre o mundo, em que se constitui a linguagem.

Uma das conseqüências dessa postura, apontada pela autora, é o fato, mencionado inicialmente por JACKSON (1884) e, posteriormente, por GOLDSTEIN (1933) e LEBRUN (*op.cit.*), de que os sujeitos afásicos falham em situações de teste em que têm que nomear um objeto ou produzir uma expressão, mas o usam logo em seguida, principalmente ao comentar suas dificuldades numa situação natural de discurso. A dificuldade de evocar foi relacionada à problemas para operar com a metalinguagem, como apontado em JAKOBSON e LEBRUN.

COUDRY destaca alguns exemplos citados por JACKSON (*op.cit.*): um paciente não conseguiu repetir a palavra “não” dita pelo examinador, mas em seguida enunciou: “Não, doutor, eu não consigo dizer não”, ou, num outro caso em que, o sujeito não foi bem sucedido ao ser solicitado a nomear um tinteiro, porém comentou: “Oh! Eu esqueci como se chama esse tinteiro.”

Para os propósitos desta Dissertação, entendo ser importante neste momento ampliar um pouco as idéias de JACKSON em torno da distinção entre linguagem automática e voluntária. De acordo com BIRMAN (1993), JACKSON, a partir de suas investigações no campo da Neuropatologia, introduz uma perspectiva metodológica que subverte a pesquisa neurológica, ao atribuir o primado do holismo frente ao elementarismo na pesquisa sobre o sistema nervoso. O autor destaca as seguintes conseqüências teóricas deste princípio: 1- qualquer função psíquica superior não poderia ser explicada como a reunião de funções elementares; a função seria uma unidade e uma totalidade, de ordem funcional-anatômica; 2- o princípio holístico se articula a uma concepção evolutiva do sistema nervoso, pois JACKSON procura destacar a importância da evolução desse sistema na história do organismo e do indivíduo; 3- nessa concepção holística e evolutiva, qualquer função nervosa e psíquica passaria, ao longo da história do indivíduo, por níveis diferentes de organização, de um nível de maior automatismo para um nível de menor automatismo e maior plasticidade, porém continuando sempre a mesma função; 4- no que tange às patologias do sistema nervoso, nesse contexto teórico, a desintegração da função complexa não produz a multiplicidade de elementos, mas um outro nível de estruturação, deslocando-se de um nível estrutural mais elevado para um menos elevado. Assim, diante de uma patologia do sistema nervoso, apesar do indivíduo perder a plasticidade e a liberdade adaptativas, podendo retornar ao nível primário do automatismo, a totalidade funcional se encontra presente em qualquer nível considerado.

Outra inovação metodológica introduzida por JACKSON, observa BIRMAN, refere-se ao estatuto atribuído ao ser da linguagem. JACKSON considerava necessária a compreensão, do ponto de vista lingüístico, de cada caso de afasia em sua especificidade, preocupando-se com a constituição dos enunciados no discurso.

Aponta BIRMAN que JACKSON reconfigura o ser da linguagem enquanto objeto teórico, utilizando o mesmo princípio holístico do organismo para representá-lo. Sob este ponto de vista, a unidade da linguagem seria a frase e a proposição, e não a palavra, como se defendia até então. Ressalta o autor que, para JACKSON, a unidade da linguagem não seria apenas a unidade do sentido, mas também a unidade mínima capaz de produzir qualquer significação. A oposição sentido/não-sentido, que remeteria ao contexto de referência e de uso de uma dada proposição, funcionaria não somente como sua referência de verdade, mas também como critério de definição do que seria uma discursividade normal. A função discursiva normal mostraria a possibilidade psíquica do indivíduo de se deslocar em novos contextos e de se adaptar a novas situações, ou seja, a possibilidade de mobilidade semântica do discurso.

Na afasia, para JACKSON, não existiria produção de novos sentidos, já que não existiria um deslocamento de referencial. Haveria um “congelamento da mobilidade semântica” do discurso, ou, como explicita BIRMAN, a chave para a significação da proposição estaria no contexto originário, onde ela se constituiu. Assim, o afásico utilizaria sempre o mesmo enunciado, que teria sentido não só para um dado contexto, mas para todos os demais contextos de sua experiência¹⁴.

Para COUDRY (*op.cit.*), o que fica claro é que não se trata da distinção entre “voluntário” e “involuntário”, conforme preconiza JACKSON, mas “*uma contraposição entre situações de atividade verbal descontextualizadas e situações contextualizadas, provocadas pela unilateralidade do ponto de vista do examinador*” (*op.cit.*:12), aderindo em parte à idéia de LEBRUN (*op.cit.*). Além de considerar os testes uma prática descontextualizada, COUDRY aponta para o fato de envolverem tarefas apenas metalingüísticas.

Em sua argumentação, COUDRY também leva em conta a distinção entre linguagem, metalinguagem e epilinguagem. Para a autora, na atividade metalingüística, é necessário tomar uma

¹⁴ Vale lembrar que, para JACKSON (1879/1994), na presença de lesão cerebral, haveria “a perda da fala” (“loss of speech”), o que significaria a perda da possibilidade de proposicionar tanto interna quanto externamente. O sujeito cérebro-lesado servir-se-ia mais da “linguagem emocional” (“emotional language”, no sentido de involuntária) do que da “linguagem intelectual” (“intellectual language”) que corresponderia à possibilidade de proposicionar, ou seja, de usar com sentido a linguagem. (Cf. ELING, 1994)

certa distância da atividade lingüística, para refletir-se sobre aspectos estritamente relacionados ao sistema gramatical, para fins de descrição e representação de termos e noções.

Por outro lado, COUDRY define a atividade epilingüística como “[...] *a atividade do sujeito que opera sobre a linguagem: quando o sujeito explora recursos de sua linguagem e reutiliza elementos na construção de novos objetos lingüísticos até para produzir certos efeitos (rimas, trocadilhos, humor, novas formas de construção); quando o sujeito, a partir dos fatos lingüísticos a que foi exposto ou que produz, elabora hipóteses sobre a estruturação da linguagem ou sobre as formas específicas de uso*” (op.cit.:15).

Em suma, ao criticar a ênfase dada nos testes às atividades metalingüísticas, COUDRY ressalta de forma muito pertinente que “[...] *tais procedimentos não permitem uma relação eficaz entre diagnóstico e prática terapêutica: a classificação tipológica não evidencia os processos envolvidos nas dificuldades do afásico e não fornece instrumentos para abordá-los na reconstrução de sua linguagem. Mais do que isso, a falta de uma perspectiva discursiva não revela aspectos importantes dessas dificuldades que não são observáveis nos resultados verbais obtidos no teste.[...] Talvez o aspecto mais grave é que, nesses testes, se priva o sujeito da atividade epilingüística indispensável à construção e reconstrução da linguagem e priva-se o investigador de conhecer esse percurso pessoal (variável de sujeito a sujeito)*” (op.cit.:15).

COUDRY propõe um estudo discursivo da afasia, fundamentado em uma concepção de linguagem, 1- como atividade constitutiva em que a emergência de categorias lingüísticas (sintáticas, semânticas e pragmáticas) não é concebida como determinada *a priori* (Cf. Franchi, 1977); 2- na perspectiva sócio-interacionista de aquisição da linguagem, segundo a qual os processos de construção de objetos lingüísticos por crianças podem ser observados nos processos de reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico; 3- e também na teoria de discurso que dissolve dicotomias clássicas e que visa a análise da linguagem em funcionamento, considerando fatores relevantes da situação ou contexto.

Num trabalho posterior, de 1988, COUDRY & MORATO propõem-se a refletir sobre o papel da interação como propulsora de processos de significação, alternativos ou não, em relação à fala de sujeitos afásicos.

Nesse texto, as autoras discutem o conceito de interlocução, os elementos teóricos que unem determinada concepção de linguagem à natureza geral das funções corticais superiores do homem, os recursos de que o sujeito afásico lança mão no processo de reconstrução de linguagem e a função reguladora da linguagem, descrita por LURIA (1959). A perspectiva neuropsicológica em que se baseiam é a proposta pela tese de L.S. VYGOTSKY (1934) em torno da dupla dimensão (social e cognitiva) da linguagem.

Para as autoras, “[...] *as operações epilingüísticas manifestam esse momento em que nos auto-corrigimos, tentamos reinterpretar a fala do outro, cometemos atos falhos, hesitamos, subentendemos, retomamos de outra maneira o que já havíamos dito etc. Tais marcas lingüísticas não poderiam ser estruturadas à semelhança de uma ordem lógico-matemática, em virtude das coordenadas dêiticas, das pressuposições de conhecimento, das imagens recíprocas dos interlocutores sobre si mesmos e acerca do referente etc.*

As operações epilingüísticas, enfim, traduzem o momento da ação reguladora da linguagem. O procedimento terapêutico não pode prescindir desse caráter reformulador e consciente que a atividade epilingüística representa. Nesse sentido, a análise de sua ocorrência, bem como sua emergência no processo de reconstrução da linguagem, caracteriza o nosso procedimento terapêutico” (op.cit.:132).

As autoras procuram mostrar, na passagem a seguir, em que analisam a evolução da linguagem de um sujeito afásico em estudo longitudinal, como as operações epilingüísticas, relacionando-se a uma contínua tomada de consciência, “acionam” a manipulação lingüística: “[...] *Daí porque auto-correções, ação consciente sobre objetos lingüísticos, e reaprendizado relacionam-se com a interlocução [...] Elas mostram como A precisa do terapeuta para agir sobre sua dificuldade. Nesse sentido, há uma espécie de dialogia interna nas operações epilingüísticas: dizer para o outro e para si, em harmonia com as coordenadas dêiticas” (op.cit.:133).*

GERALDI (1991), a partir de uma concepção dialógica de linguagem (Cf. BAKHTIN, 1977), entende que “*a aprendizagem da linguagem é já um ato de reflexão sobre a linguagem: as ações lingüísticas que praticamos nas interações em que nos envolvemos demandam esta reflexão, pois compreender a fala do outro e fazer-se compreender pelo outro tem a forma do diálogo: quando compreendemos o outro, fazemos corresponder à sua palavra uma série de palavras nossas; quando*

nos fazemos compreender pelos outros, sabemos que às nossas palavras eles fazem corresponder uma série de palavras suas” (BAKHTIN, 1977 apud GERALDI, op.cit.:17).

Na perspectiva que adota o autor, nas ações lingüísticas há já ações de reflexão sobre a linguagem, ou seja, *“se entendermos a linguagem como mero código, e a compreensão como decodificação mecânica, a reflexão pode ser dispensada; se a entendermos como uma sistematização aberta de recursos expressivos cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos, a compreensão já não é mera decodificação e a reflexão sobre os próprios recursos utilizados é uma constante em cada processo.” (op.cit.:18)*

GERALDI destaca a distinção entre atividades lingüísticas, metalingüísticas e epilingüísticas, respectivamente, as ações que os sujeitos fazem com a linguagem, as ações da linguagem e as ações que se fazem sobre a linguagem. Ressalta o autor que *“obviamente, estes três tipos de ações se entrecruzam e se concretizam nos recursos expressivos que, materialmente, os revelam” (op.cit.:16).*

As atividades lingüísticas são aquelas que, praticadas nos processos interacionais, referem-se ao assunto em pauta, permitindo a sua progressão. Para GERALDI, *“as reflexões que aqui se fazem, tanto no agenciamento dos recursos expressivos pelo locutor quanto na sua compreensão pelo interlocutor, não demandam interromper a progressão do assunto de que se está tratando [...] elas demandam, na compreensão responsiva, um certo tipo de reflexão que se poderia dizer quase “automática”, sem suspensão das determinações do sentido que se pretendem construir na intercompreensão dos sujeitos”(op.cit.:20).*

Nas atividades metalingüísticas toma-se a linguagem como objeto, não mais enquanto reflexão vinculada ao próprio processo interativo, mas conscientemente constrói-se uma metalinguagem sistemática com a qual se fala sobre a língua. Tratando-se de atividades de conhecimento que analisam a linguagem com a construção de conceitos, classificações *etc.*, estão relacionadas ao nível de escolaridade dos sujeitos envolvidos no processo interativo.

As atividades epilingüísticas são aquelas em que os interlocutores suspendem a conversação em curso para refletir sobre os recursos expressivos que estão usando (independentemente da consciência ou não). Seriam *“operações que se manifestariam nas negociações de sentido, em hesitações, em autocorrekções, reelaborações, rasuras, pausas longas, repetições, antecipações, lapsos etc. e que estão sempre presentes nas atividades verbais, e que têm sido estudadas tanto nos processos de aquisição de linguagem quanto nos processos de reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico (ver DE LEMOS, 1982; COUDRY, 1986; COUDRY & MORATO, 1988)” (op.cit.:24).*

Parece evidenciar-se que, enquanto por um lado, GERALDI propõe entender a reflexão sobre a linguagem, sem responsabilizar uma outra instância (do pensamento) para explicitar questões que são do próprio funcionamento da linguagem (a possibilidade de existência de níveis distintos de reflexão sobre ela), por outro, o autor ancora-se na distinção preconizada por CULIOLI entre atividades metalingüística e epilingüística, diferenciadas quanto à consciência / inconsciência sobre o objeto lingüístico.

POSSENTI, no texto “Metalinguagem, tem!” (1992), defende a hipótese de que “*os sujeitos, quando falam, tomam também a língua como seu objeto de conhecimento, crítica, diversão ou, simultaneamente, de crítica divertida*” (op.cit.:1125). O autor apresenta algumas piadas em que a questão metalingüística é a chave interpretativa.

Interpretar, para POSSENTI (seguindo FRANCHI, 1977), “*é tomar um determinado domínio – no mínimo um – como sistema de referência para um enunciado, ou para um conjunto de enunciados, geralmente relacionados interdiscursivamente com outros enunciados. Um sistema de referência é como é – e está sempre em mudança – por ser produto da construção histórica, por meio de contínuas e sucessivas enunciações produzidas por sujeitos em circunstâncias dadas (o oposto poderia ser aceitar que um tal sistema é como é por convenção, ou porque o mundo é como é e se revela a nós etc. Pouco convincente, hoje). As construções lingüísticas – também são construções – se interpretam nestes sistemas de referência que ajudaram a construir. Saber relacionar recursos lingüísticos de expressão a um sistema ou a sistemas de referência é um dos requisitos que um indivíduo deve satisfazer para ser sujeito na linguagem. Ser sujeito na linguagem significa trabalhar produzindo e interpretando, tendo como matéria línguas indeterminadas, no sentido de Franchi (1977), condições de produção e uma adequada coordenação de variáveis relevantes, às vezes circunstanciais. Uma das condições mínimas de interpretação é que seu sujeito se tenha tornado capaz de dar-se conta do domínio ou dos domínios – ou sistema(s) de referência – no qual ou nos quais os textos devem ser interpretados. Em geral, sabemos hoje, os mesmos enunciados dão-se regularmente em mais de um domínio de interpretação – em outras palavras, os discursos são constitutivamente heterogêneos*” (op. cit.:1124).

O autor salienta que comumente são “[...] *dois tipos de circunstâncias em que, numa cultura como a nossa, se produzem discursos que têm como domínio de interpretação não um mundo, mas uma língua – dito de outra forma, em que o mundo tomado como referência é uma língua ou, mais*

genericamente, um objeto de tipo lingüístico (podendo pertencer a uma língua de formas diferentes – ser coisa diferente numa mesma língua – ou a mais de uma das línguas reais)” (op.cit.:1124). Um dos casos citados é o de menção, sobre o qual já me referi anteriormente, e o outro é o da elaboração de alguma teoria lingüística, quando se constrói uma metalinguagem especificamente para falar de categorias ou processos lingüísticos que se quer descrever ou explicar.

Em sua argumentação, POSSENTI apresenta para análise textos chistosos em que a questão metalingüística é a chave interpretativa (relacionadas aos casos de menção). Para ilustrar essa reflexão, abaixo são reproduzidas as piadas selecionadas pelo autor:

(1) - A velhota, superantiquada, recomenda à neta:

- Benzinho, há duas palavras que eu quero que você prometa que nunca mais vai usar. Uma é *bacana* e a outra é *nojenta*. Você promete?

- Claro, vovó. E quais são as palavras?

(2) - Quem fala errado? Cebolinha ou Mônica?

- Cebolinha.

- Não, esse fala *elado*.

(3) - Qual é o mês mais curto do ano?

- É maio, professora.

- Que disparate! Maio tem 31 dias.

- Mas só tem quatro letras!

Segundo POSSENTI, nestas situações, “*um falante opera necessariamente sobre a língua de um modo peculiar: obriga-se a considerar a própria língua (aqui palavras) como seu domínio de interpretação. Fala das palavras*” (op.cit.:1126). Ainda comenta que: “*O que vale a pena ressaltar é que, se é verdade que as piadas sempre são constituídas por algum enunciado heterogêneo, ou adequado para dois scripts, os exemplos arrolados são especiais pelo fato de que um dos dois discursos, ou scripts, diz respeito à própria língua. Não apenas há dois mundos em jogo, como há dois mundos de natureza bem distinta*” (op.cit.:1126).

Vê-se, portanto, que POSSENTI nesse trabalho amplia a discussão sobre a noção de metalinguagem ao pensá-la já dentro de uma visão de língua e de linguagem enquanto trabalho, enquanto construção histórica, a partir de um enfoque discursivo. Além disso, o autor aponta a diferença, ainda que o fato seja entendido sempre como um dos domínios possíveis de interpretação, entre a atividade metalingüística com fins mais teóricos, nocionais, e aquela em que, em várias situações de uso da linguagem, fala-se sobre a própria linguagem.

Pode-se, assim, observar que os estudos lingüísticos (FRANCHI, 1977, 1987; GERALDI, 1991) e neurolingüísticos (COUDRY, 1986; COUDRY & MORATO, 1988) que foram aqui apresentados, vigentes sobretudo nos anos 80, apoiando-se na distinção proposta por CULIOLI (1968) entre atividades metalingüísticas e atividades epilingüísticas, reservam para as primeiras uma dimensão lógico-gramatical, mais vinculada à reflexão sobre aspectos internos ao próprio sistema, deixando para as operações epilingüísticas o caráter de atividade de reflexão sobre a linguagem enquanto relacionada ao funcionamento da linguagem, isto é, às práticas lingüísticas cotidianas.

POSSENTI (1992) salienta a presença da metalinguagem “na linguagem”, procurando mostrar que ela continua sendo linguagem ao se auto-referir. Para o autor, esta possibilidade de reflexividade diz respeito à possibilidade da linguagem poder se tomar como um domínio de interpretação dentro do discurso.

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” NA PSICOLINGÜÍSTICA

2.1. INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo procurei mostrar que a noção de metalinguagem entrou para a Neurolingüística fortemente influenciada pelas idéias de JAKOBSON, que buscou uma fundamentação lingüística para as afasias. Vimos, entretanto, que a noção acabou não trazendo uma efetiva mudança no estatuto desta manifestação da linguagem, colaborando para a manutenção da explicação das afasias como um problema de um domínio essencialmente interno, cognitivo, e na manutenção da dicotomia linguagem/pensamento. A reflexão sobre a metalinguagem desenvolvida por JAKOBSON, dirigida para todo o tipo de atividade com a linguagem (na linguagem cotidiana, na poesia, na fala e nas questões sobre a linguagem formuladas pelas crianças, nas afasias, no aprendizado de línguas estrangeiras) não privilegiando apenas enunciados “higienizados”, ainda gira em torno de uma visão formalista da linguagem.

Vimos também que estudos lingüísticos e neurolingüísticos vigentes nos anos 80 do século XX, vinculam a noção de metalinguagem a um “saber lingüístico autorizado”, que olha a linguagem como objeto a ser descrito e classificado de acordo com uma determinada teoria lingüística.

Neste capítulo, pretende-se verificar como a discussão sobre a noção de metalinguagem tem sido tratada do ponto de vista da Psicolingüística, observando a questão também nas suas vertentes principais: a Psicolingüística Gerativa e a Sócio-interacionista. No campo da aquisição da linguagem, o conceito de metalinguagem também é uma noção fundadora dos estudos da área. A discussão nestes estudos gira em torno da idéia de conhecimento/saber lingüístico (implícito – no sentido de que revela certa percepção da criança com relação a determinadas regularidades da língua, mas que ela parece ainda não reconhecer; ou explícito – demonstrado pela capacidade da criança em reformular seus enunciados, auto-corriger-se, formular perguntas sobre a própria linguagem, construir rimas, adivinhas, entre outras possibilidades). A questão central parece se delinear como se segue: haveria um momento, no processo da aquisição da linguagem, em que a habilidade ou uma consciência/capacidade metalingüística passaria a se manifestar quando de uma

maior aproximação do objeto “linguagem”, ou a reflexão sobre a linguagem aconteceria junto com o seu desenvolvimento?

Essa discussão caminhará a partir da retomada de um trabalho de JAKOBSON, em que o autor volta-se para o tema da consciência/ inconsciência na linguagem, pertinente, como iremos ver, para melhor entendermos a “função metalingüística” por ele descrita, assim como com a questão da reflexão sobre a linguagem realizada pela criança.

2.2. – A DISCUSSÃO SOBRE A “METALINGUAGEM” NA PSICOLINGÜÍSTICA

GOMBERT (1992) lembra que, dentro de uma tradição psicolingüística recente, o termo “metalingüística” (em inglês: “metalinguistics”, como já foi acentuado) tem sido relacionado à tarefa de se adotar uma atitude reflexiva com relação a objetos da linguagem e à sua manipulação.

Segundo GOMBERT, enquanto que para o lingüista identificar o “metalingüístico” consiste em detectar nas produções verbais os traços lingüísticos que indicam a existência de processos auto-referenciais, os psicólogos “[...] *analyse the behaviour (verbal or otherwise) of the subject to discover elements which permit them to infer cognitive processes of conscious management (reflection on or intentional control over) of the language objects, either as objects per se or in terms of the use to which they are put*¹⁵” (op.cit.:4).

O autor aponta para três tendências existentes entre os estudiosos do assunto em Psicolingüística: aqueles que destacam o aspecto declarativo (verbal) da consciência metalingüística, os que acentuam seu aspecto procedural ou, ainda, os que levam em conta ambos.

Fazendo parte do primeiro grupo de autores, CHOMSKY (1979) e DOWNING (1979) definem o campo da metalinguagem como o conhecimento do sujeito com relação às características e funcionamento da linguagem. De uma perspectiva mais funcionalista, encontram-se BREDART & RONDAL (1982). Também sob este enfoque, é READ (1978) que correlaciona a habilidade lingüística primária de “saber algo” e a capacidade metalingüística de “saber que se sabe”.

¹⁵ “[...] *analizam o comportamento (verbal ou não) do sujeito para descobrir elementos que lhes permitem inferir sobre processos cognitivos de realização consciente (reflexão ou controle intencional) dos objetos da linguagem, tanto objetos per se como em termos do uso que deles fazem.*” (minha tradução)

GOMBERT salienta que, neste caso, o critério primário é fornecido pela consciência do sujeito de seu conhecimento declarativo da linguagem. Ainda nesta tradição, em que a linguagem é um objeto do pensamento, GOMBERT aponta as definições de PRATT & GRIEVE (1984b) e VAN KLEECK (1982), mais voltadas para a atividade do sujeito, descrevendo a atividade metalingüística em termos de sua reflexão sobre a linguagem. Para BOUTET *et al.* (1983), esta reflexão não se dá apenas sobre as regras de uma língua particular, mas sobre a atividade da linguagem em geral. KOLINSKY (1986), por sua vez, não só define a habilidade metalingüística como a consciência da linguagem como um objeto, mas também defende que este objeto tem uma estrutura própria.

Um segundo grupo de estudiosos caracteriza a atividade metalingüística como uma parte do tratamento da linguagem, seja em termos de produção ou de compreensão. Sob este ponto de vista, a atividade metalingüística é caracterizada por um monitoramento intencional que o sujeito utiliza nos processos de atenção e seleção, que estão em funcionamento no processo lingüístico (CAZDEN, 1976; HAKES, 1980). Explica-nos GOMBERT que, na visão de CAZDEN (1976), a habilidade para usar a linguagem, como qualquer outra habilidade comportamental, normalmente não requer nenhum esforço cognitivo particular, e este processo funciona sem controle consciente. Para o autor, entretanto, há atividades que demandam uma “consciência metalingüística”, em que certos aspectos da linguagem se tornam o principal objeto de atenção. Não excluindo, portanto, nem o aspecto da “consciência da linguagem” nem o aspecto do controle, o autor evoca a habilidade dos indivíduos em tomar distância do uso normal da linguagem e mudar sua atenção dos conteúdos transmitidos para as propriedades da linguagem usadas para transmití-los.

De acordo com GOMBERT, um último grupo de autores propõe (tanto explícita quanto implicitamente) definições que englobam não só os aspectos declarativos como os procedurais, sem parecer considerá-los como duas instâncias distintas da atividade metalingüística. Há pesquisadores como PRATT *et al.* (1984), TUNMER & BOWEY (1984), TUNMER & HERRIMAN (1984), que falam simultaneamente de reflexão e manipulação das características estruturais da linguagem e controle dos mecanismos implicados no processamento da linguagem. Outros autores entendem que estas duas instâncias devem ser separadas (MARTLEW, 1983; BIALYSTOK, 1986b; BIALYSTOK & RYAN, 1985a,b). BIALYSTOK, por exemplo, postula uma relativa independência entre estas duas “dimensões cognitivas”, salientando que o controle cognitivo consciente somente intervém em

situações que requerem uma consideração sobre os aspectos formais da linguagem mais especificamente. MENYUK (1985) não concorda com este ponto de vista, entendendo que a primeira capacidade necessariamente precede a última, uma vez que a consciência das características estruturais de uma língua é um pré-requisito para sua aplicação intencional pelos sujeitos em suas próprias atividades de processamento da linguagem.

2.3.- A PSICOLINGÜÍSTICA GERATIVA

Neste segundo momento, reveerei brevemente algumas questões centrais do Inatismo no que se refere à aquisição da linguagem, visando compreender o que significa “saber/conhecer uma língua” do ponto de vista desta perspectiva.

Segundo CHOMSKY (1998), a gramática gerativa surgiu no contexto do que é freqüentemente chamado de “a revolução cognitiva” dos anos 50, e considera que foi um fator importante em seu desenvolvimento. Para o autor, *“A perspectiva cognitiva vê o comportamento e seus produtos não como o objeto de investigação, mas como dados que podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e os modos como esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar a experiência. As propriedades e padrões que eram o foco de atenção na lingüística estrutural encontram seu lugar, mas como fenômenos a serem explicados juntamente com inúmeros outros, em termos dos mecanismos internos que geram expressões.”*

De acordo com RAPOSO (1992), a teoria da Gramática Gerativa inscreve-se na corrente naturalista dos estudos sobre a linguagem e a natureza humana. Na passagem a seguir fica clara esta posição de CHOMSKY (1998):

“É razoável considerar a faculdade da linguagem como um “órgão da linguagem”, no sentido em que os cientistas falam de um sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório como órgãos do corpo.[...]”

Pressupomos ainda que o órgão da linguagem é como os outros, no sentido de que seu caráter básico é uma expressão dos genes. Como isso acontece é algo que permanece uma possibilidade de pesquisa para o futuro distante, mas que podemos investigar de outras

maneiras o “estado inicial”, geneticamente determinado, da faculdade da linguagem. Evidentemente, cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência.

Podemos imaginar o estado inicial como um “dispositivo da aquisição de língua” que toma a experiência como “dado de entrada” e fornece a língua como um “dado de saída” – um “dado de saída” que é internamente representado na mente/cérebro. Os dados de entrada e os dados de saída estão ambos sujeitos a exame; podemos estudar o curso da experiência e as propriedades das línguas que são adquiridas” (op.cit.:27).

Aponto uma outra passagem em que CHOMSKY encontra argumentos em favor do postulado de uma gramática universal, um sistema de todos os princípios e regras que seriam comuns a todas às línguas humanas, servindo como base explicativa para a aquisição da linguagem:

“Um exame atento da interpretação das expressões logo revela que desde os primeiros estágios a criança conhece imensamente mais do que a experiência provê. Isso é verdadeiro mesmo para simples palavras. As crianças pequenas adquirem palavras numa proporção de cerca de uma para cada hora acordada, com exposição extremamente limitada e em condições altamente ambíguas. As palavras são compreendidas de modos sutis e intrincados que vão muito além do alcance de qualquer dicionário e estão somente começando a ser investigados. Quando se vai além das palavras isoladas, a conclusão se torna ainda mais dramática. A aquisição de língua se parece muito com o crescimento dos órgãos em geral; é algo que acontece com a criança e não algo que a criança faz. E embora o meio importe claramente, o curso geral do desenvolvimento e os traços básicos do que emerge são pré-determinados pelo estado inicial. Mas o estado inicial é uma posse comum aos homens. Tem de ser então que, em suas propriedades essenciais, as línguas são moldadas na mesma forma” (op.cit.:23).

Em suma, na perspectiva gerativa, o falante nativo tem internalizada a gramática de sua língua, em termos de que ele possui um conhecimento tácito ou inconsciente das regras e princípios que subjazem às sentenças que produz. (HAEGEMAN, 1991) Em outros termos, o falante nativo sabe, intuitivamente, quais são as sentenças aceitáveis em sua língua materna.

2.4. A VISÃO DA PSICOLINGÜÍSTICA SÓCIO-INTERACIONISTA

A seguir, destaco as contribuições das autoras DE LEMOS e FIGUEIRA que, a partir do posto de observação dos estudos de aquisição da linguagem de cunho sócio-interacionista, têm refletido sobre a noção de “metalinguagem” vigente nos trabalhos da área de Psicolingüística, analisando esta discussão sob o enfoque que defendem.

DE LEMOS aborda a discussão sobre a metalinguagem de maneira importante para o estudo em curso em dois trabalhos recentes (1997, 2000), em que reflete sobre a noção de desenvolvimento e as mudanças que acontecem ao longo do processo de aquisição da linguagem. Reverei, entretanto, algumas formulações propostas pela autora em outros trabalhos anteriores, relacionadas ao tema “metalinguagem” no âmbito das discussões em aquisição da linguagem e também às concernidas à Lingüística de modo geral.

Em primeiro lugar, considero pertinente trazer brevemente a reflexão da autora no texto “Saber a língua e o saber da língua” (1991), em que discorre sobre o saber da linguagem, uma questão que permeia as discussões sobre a noção de “metalinguagem” e à qual voltarei mais à frente. DE LEMOS destaca que este saber já não é só aquele que marca o falante de uma língua, nem aquele que se adquire aprendendo sobre a língua, mas é aquele que aponta para os efeitos da linguagem e que toca, em especial, os estudiosos de Teoria Literária. Em suas palavras, “*É o fenômeno literário, ou certos fenômenos literários, que nos põem em contato mais direto com o que a linguagem sabe/pode fazer. Através deles sentimos o efeito da linguagem na própria carne e esse efeito nos obriga a nos determos diante de sua materialidade. Não vejo nisso uma simples questão de uso especializado da linguagem que determina e busca um determinado efeito. Trata-se antes de uma posição diante da linguagem*” (op.cit.:10).

Além da questão do que é saber uma língua, outra, vinculada à reflexão sobre a metalinguagem no campo da aquisição da linguagem, é a que diz respeito à noção de mudança. DE LEMOS, em “Sobre a aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original” (1982), aponta que, na prática da pesquisa psicolingüística, o investigador tem optado mais por um compromisso com a sincronia, ou seja, com a descrição de enunciados representativos de um período, em termos de categorias e estruturas, tomando como referência teorias lingüísticas vigentes.

Apresentando diversos dados da fala de crianças, não só nos momentos iniciais da aquisição da linguagem, como também mais posteriormente, quando elas já produzem frases mais longas, DE LEMOS defende a hipótese de indeterminação semântica, sintática e pragmática dos enunciados. A favor dessa hipótese é apontada a dependência dialógica do enunciado da criança ao enunciado anterior do adulto na seqüência dialógica e ao segmento do mundo físico e social isolado ou recortado pelo diálogo. DE LEMOS postula, assim, três processos, que, para ela, “*dão conta não só das relações entre os enunciados da criança e o enunciado de seu interlocutor adulto, como das relações entre elementos lingüísticos combinados em um único enunciado ou turno dialógico*” (op.cit.:113). São eles:

- o processo de especularidade ou de incorporação pela criança de parte ou de todo o enunciado adulto no nível segmental;
- o processo de complementaridade inter-turnos, em que a resposta da criança preenche um lugar “semântico”, “sintático” e “pragmático” instaurado pelo enunciado imediatamente precedente do adulto;
- o processo de complementaridade intra-turnos em que o enunciado da criança resulta da incorporação de parte do enunciado adulto imediatamente precedente e de sua combinação com um vocábulo complementar.

DE LEMOS aponta uma gradual descontextualização das construções da criança ou a capacidade que vai adquirindo de combinar vocábulos e fragmentos do discurso adulto, independentemente do enunciado do interlocutor e da situação. Conforme a autora, isto estaria na dependência, em grande parte, do desenvolvimento de sua capacidade de representar as intenções, a atenção e o conhecimento do seu interlocutor, ou seja, de sua capacidade de instanciar uma perspectiva estruturante, papel que, no início, cabe fundamentalmente ao adulto. Postula, portanto, uma relação entre desenvolvimento pragmático e desenvolvimento sintático.

Nesse texto, DE LEMOS defende que “[...] *é através da linguagem enquanto ação sobre o outro (ou procedimento comunicativo) e enquanto ação sobre o mundo (ou procedimento cognitivo) que a criança constrói a linguagem enquanto objeto sobre o qual vai operar*” (op.cit.:120).

No texto “Native speaker’s intuitions and metalingüistic abilities: What do they have in common from the point of view of language acquisition?” (1997), DE LEMOS analisa a forma pela

qual as mudanças na fala da criança são entendidas pelas teorias de aquisição da linguagem. O tema é abordado pela autora relacionando-o às questões básicas que são recorrentes nos estudos psicolinguísticos e que estão na dependência de como cada teoria entende o processo de aquisição da linguagem: qual é a relação da criança com a linguagem? que tipo de conhecimento/saber é necessário para se vir a falar uma língua?

No que se refere ao Gerativismo, DE LEMOS ressalta que, para CHOMSKY, a única manifestação do conhecimento tácito a ser levado em conta em visões não-empiristas da linguagem é a intuição do falante nativo, implicada nos julgamentos de gramaticalidade. Explica a autora: *“Theories such as generative grammar assign to language structural properties which are by definition not amenable to observation. Coherently with it, the organism is conceived as biologically endowed with those properties, i.e., with the principles and parameters (P&P) considered to define the range of possible languages¹⁶”* (op.cit.:05). Sob este enfoque, procedimentos descritivos não são evocados para explicar as mudanças que acontecem no processo de aquisição da linguagem. Em outras palavras, a transição do “estágio zero” (So) para o estágio de saber uma língua particular, isto é, o “estágio estabilizado” (Ss), seria mais um processo de seleção do que de desenvolvimento.

DE LEMOS reitera que nas teorias de aquisição da linguagem que não especificam as propriedades estruturais da linguagem, sejam elas behavioristas ou construtivistas, a linguagem é vista, implícita ou explicitamente, como qualquer outro objeto de aprendizagem. Nestas perspectivas, as mudanças qualitativas são inferidas do comportamento lingüístico da criança.

DE LEMOS explicita que a questão da mudança na aquisição da linguagem como mudança da posição da criança com relação à linguagem é também uma assunção implícita entre as perspectivas construtivistas que não apenas entendem as habilidades metalingüísticas como uma realização final do processo de aquisição da linguagem, como as tomam por um conhecimento necessário, de uma natureza diferente ao da fala ordinária.

Segundo a autora, esta visão assenta-se na distinção entre língua-objeto e metalinguagem oriunda da Lógica e presente na Semântica Formal, que diz respeito à atividade do sujeito sobre a linguagem *qua* objeto. Reconhece DE LEMOS que este é um problema controverso em si mesmo e,

¹⁶ *“A Gramática Gerativa atribui à linguagem propriedades estruturais que são, por definição, não sujeitas à observação. Coerentemente com isto, o organismo é concebido como biologicamente provido destas propriedades, i.e. com princípios e parâmetros (P&P) que definem a variedade de línguas possíveis.”* (minha tradução)

além disto, suscita a questão de se saber qual é a natureza da relação do falante com a linguagem em atividades não metalingüísticas ou na fala ordinária.

DE LEMOS aponta que, na maioria dessas propostas, a distinção entre habilidades lingüísticas e metalingüísticas fica impossível de ser sustentada, uma vez que a aquisição da linguagem supõe um objeto lingüístico a ser aprendido ou (re)construído pela criança. Defende a autora que, neste caso, a atividade da criança sobre o objeto lingüístico deveria ser vista como metalingüística desde o início. O que parece que DE LEMOS quer destacar, portanto, é que, se tomadas a partir da formulação lógica de metalingüística, as habilidades metalingüísticas deveriam se desenvolver desde o início da aquisição da linguagem de acordo com as abordagens construtivistas.

DE LEMOS observa um problema de ambigüidade nas expressões “awareness of language” (Cf. E.CLARK, 1978) e “conscience metalingüistique” (Cf. BONNET *et* TAMINE-GARDES, 1984), já que tanto podem ser lidas como atividade consciente sobre a linguagem, enquanto objeto de atenção e/ou reflexão, como conhecimento lingüístico que se faz acessível ao próprio falante de forma que possa ser explicitado.

A autora ressalta que uma possível interpretação para o termo “inconsciente”, presente nestes estudos para qualificar a linguagem ordinária, seria entendê-lo como “implícito”. Ou seja, diria respeito ao conhecimento que o investigador pode inferir do uso da linguagem pela criança, mas que não está ainda acessível a ela naquele particular estágio. Seria o que a criança “sabe sem saber que sabe”. Para DE LEMOS, a questão que se coloca é: “como a criança vem a saber que sabe o que sabe?”.

DE LEMOS destaca que tal discussão pode tomar uma direção diferente se se voltar para os fenômenos que suscitaram temas como “habilidade metalingüística”, “consciência da linguagem”, “acesso consciente”. DE LEMOS aponta que, apesar de ser geralmente aceito que a criança é incapaz de realizar julgamentos de gramaticalidade, um grande conjunto de fenômenos de fala tem sido citado na literatura da área, dando-se conta do crescente interesse manifestado pela criança com relação à sua própria fala, quando passa a observar tanto a sua eficácia comunicativa quanto os aspectos formais da linguagem. Entre eles, a autora elenca os “monitoring behaviour” (Cf. LEVELT *et al.*, 1978) em que se incluem re-inícios, ajustamentos, auto-correções. Ainda lembra que outros

fenômenos, como a atividade de brincar com sons e palavras, são considerados como prática, e outros como compreensão de trocadilhos e adivinhas, são considerados como evidência da habilidade para lidar com homonímia e recategorização de palavras e estruturas (Cf. E. CLARK).

DE LEMOS propõe tomar o fato empírico, observado em certo momento da aquisição da linguagem, em que a criança não leva em conta a correção que o adulto faz com relação a algum aspecto de sua linguagem, mantendo os “erros” na sua fala. Se os dois fatos forem considerados em relação: a resistência da criança à correção do adulto, concomitantemente à presença de erros na fala da criança, defende DE LEMOS que podem apontar primeiramente para o fato de que os erros parecem ocorrer depois de um período de fala aparentemente correta e, em segundo lugar, para o fato de que os erros são seguidos de um período em que a fala, além de se apresentar em geral correta, pode ser submetida à auto-correção. Explica a autora que, na literatura psicológica, tais fatos, interpretados como ciclos, são conhecidos como “U-shaped developmental curve” (Cf. STRAUSS, 1982), tendo sido objeto de estudo de autores como BOWERMAN (1982, entre outros trabalhos), por ela própria (DE LEMOS, 1982, entre outros trabalhos) e por FIGUEIRA (1984, entre outros trabalhos).

Os fatos lingüísticos presentes na linguagem da criança são, portanto, entendidos como característicos de três momentos deste ciclo, que, para DE LEMOS, revelam três posições da criança como falante:

- o primeiro período, em que a aparente correção na fala resulta da incorporação pela criança de fragmentos congelados dos enunciados com os quais o adulto interpreta suas ações;
- o segundo, em que através de processos de reestruturação, interpretados pela autora como processos metafóricos e metonímicos (Cf. DE LEMOS, 1992), segundo JAKOBSON (1963), a posição da criança passa a de ser submetida ao funcionamento da linguagem;
- o terceiro, em que a fala “correta” corresponde à possibilidade de auto-correções, ou seja, na perspectiva da autora, à possibilidade de a criança assumir a posição de intérprete de sua própria fala.

DE LEMOS ressalta, então, que as expressões “metalinguistic ability” e “metalinguistic awareness” tornam-se inadequadas para caracterizar esta posição, uma vez que seu uso não implica a assunção de que a aquisição da linguagem é um processo de subjetivação, produto do qual se tem o falante dividido entre as posições de ser interpretado e de ser o intérprete.

Fica evidenciado assim, que, para DE LEMOS, a idéia de habilidade/consciência metalingüística torna-se insustentável não só no enfoque sócio-interacionista, como também nas teorias de aquisição de linguagem behavioristas e construtivistas, que tomam a linguagem como um objeto a ser construído ou reconstruído pela criança, e na gerativa, em que o conhecimento da linguagem não é concebido por meio de explicações que envolvem consciência sobre os processos lingüísticos.

Num trabalho posterior, intitulado “Questioning the notion of development: The case of language acquisition ” (2000), DE LEMOS avança a reflexão acerca da noção de desenvolvimento em aquisição da linguagem, buscando o entendimento da mudança lingüística neste campo.

Para este esforço, DE LEMOS resgata, da teorização de SAUSSURE (1916/60), as dicotomias: *langue vs parole*, *sinchronie vs diachronie*, baseada no reconhecimento feito pelo autor da dualidade interna dos fatos lingüísticos. Este fato diz respeito ao procedimento metodológico adotado por SAUSSURE e, posteriormente, pelos estruturalistas lingüísticos, que se constitui na obliteração dos fatores externos que dão origem à mudança lingüística. O produto desta operação conceitual é, como observa DE LEMOS, “la langue”, obtido ao remover-se da “le langage” as propriedades que pertencem à “la parole” (a esfera das ações individuais).

DE LEMOS aponta que, para SAUSSURE, “[...] *to take the point of view of the speaker amounts to assuming the synchronic point of view as the one which captures the speaker’s relation to her/his language. At the same time, the synchronic point of view points to the need to define the systemic functioning which can explain the obliteration of the historical events originating the changes which brought about the particular state of language experienced by the subject-speaker*¹⁷” (*op.cit.*:174).

Outro ponto da teorização de SAUSSURE em que DE LEMOS se fundamenta é o fato por ele apontado de que na história de qualquer mudança há sempre dois momentos distintos: aquele em que a mudança emerge no uso individual, e quando se torna um fato de linguagem uniforme, totalmente adotado pela comunidade de falantes.

¹⁷ “[...] *tomar o ponto de vista do falante significa assumir o ponto de vista sincrônico como o que captura a relação do falante com sua linguagem. Ao mesmo tempo, o ponto de vista sincrônico aponta para a necessidade de definir o funcionamento sistêmico que pode explicar a obliteração dos eventos históricos que originaram as mudanças que culminaram na condição particular de linguagem vivenciada pelo sujeito-falante.*” (minha tradução)

DE LEMOS salienta que este segundo momento é teoricamente necessário para dar conta do que ela chama de “processos de identificação” (“identification processes”). A autora ressalta que tanto a obliteração do evento singular, quanto dos processos sociais de identificação que colocam a mudança em movimento não parecem ser explicáveis sem conceber “la langue” como um sistema autônomo de relações.

A partir do que SAUSSURE chamou de “condições permanentes”, DE LEMOS entende ser plausível aplicá-las no tratamento dos fenômenos mais singulares como: a atividade do sujeito-falante como a origem da mudança, os processos através dos quais ele é identificado e se identifica com o outro, e a língua como o sistema de relações internas que oblitera tanto as semelhanças quanto as diferenças que lhe são externas.

DE LEMOS defende, nesse trabalho, que *“Given those permanent conditions, it is indeed impossible to conceive of language as an object of knowledge to be acquired by the child as an epistemic subject, whose perceptual and cognitive properties precede and determine her/his approach to language. It is language, that is, ‘le langage’, including the other as a subject-speaker, which precedes and determines the child’s trajectory from the state of ‘infans’ to that of subject-speaker. The child can thus be seen as captured by ‘le langage’, through the other’s ‘parole’ by which s/he is identified as a subject-speaker, both as an equal (‘identical’) qua member of the linguistic and cultural community, and as an unequal an ‘other’ referred to as an unique subjectivity. Since the other’s ‘parole’ is also an instantiation of ‘la langue’ as a functioning system, the child’s path through ‘le langage’ is not conceivable as directed to fit either a final state of linguistic knowledge or the subjective position assigned to her/him through the identification processes active in the other’s ‘parole’¹⁸”* (op.cit:176/177).

DE LEMOS destaca que em seus próprios trabalhos tem chamado a atenção para o caráter fragmentado dos enunciados iniciais; para os erros predizíveis e os não-predizíveis que aparecem

¹⁸ *“Dadas estas condições permanentes, é, na verdade, impossível conceber a linguagem como um objeto do conhecimento a ser adquirido pela criança como um sujeito epistêmico, cujas propriedades perceptuais e cognitivas precedem e determinam sua aproximação da linguagem. É a linguagem, isto é, “le langage”, incluindo o outro como um sujeito-falante, que precede e determina a trajetória da criança do estado de “infans” para o de sujeito-falante. A criança pode então ser vista como capturada pela “le langage”, através da “parole” do outro, pela qual é identificada como um sujeito-falante, tanto como um “igual” qua membro de uma comunidade lingüística e cultural, como um “diferente” enquanto “outro” referido como uma subjetividade única. Desde que a “parole” do outro é também uma instanciação da “la langue” como um sistema em funcionamento, o trajeto da criança através da “le langage” não é concebível como direcionado a atingir tanto um estágio final de conhecimento lingüístico como a posição subjetiva atribuída a ele através dos processos de identificação ativos na “parole” do outro.”* (minha tradução)

mais tarde; e também para um momento subsequente, em que o caráter mais estável e homogêneo da fala da criança é concomitante às reformulações/correções e aos seus efeitos lingüísticos criativos. Dessa forma, salienta que um desafio explicativo se coloca, já que, desde o início, parece haver uma relação estrutural entre os enunciados do adulto e os da criança, a despeito da suposta assimetria dos chamados estágios de “desenvolvimento”. (aspas da autora)

Fundamentada nesse enfoque teórico, a autora apresenta alguns dados de fala de crianças, evidenciando estas diferentes posições ocupadas por elas. Entendo ser relevante reproduzir aqui um deles, com a finalidade de apontar a interpretação que DE LEMOS desenvolve à luz dessas reflexões, principalmente no que tange tanto à ocorrência de “erros” na fala da criança quanto à de auto-correções. O episódio analisado está em inglês. Não o traduzo, pelas peculiaridades próprias da linguagem infantil e da linguagem em funcionamento.

Um amigo da mãe da criança (T.) está desenhando quadrados no chão para um jogo de “amarelinha”. Um quadrado está ainda faltando.

C.: *You almost did not do your hopscotch.*

T.: *What, Verrô?*

C.: *There is a long time that you did not do your hopscotch.*

T.: *What, Verrô? I didn't understand.*

C.: *A square is missing in your hopscotch.*

(Verônica 4;0.18) (*op.cit.*:179) (grifos da autora)

Segundo a autora, o episódio discutido é representativo da posição cujo pólo dominante é o sujeito-falante como uma face do processo de subjetivação. Observa DE LEMOS que, na literatura das chamadas ‘habilidades metalingüísticas’, esta posição corresponde à fase em que a criança é capaz de, não só reconhecer e corrigir erros, como de submeter seus enunciados longos à reformulações.

Para DE LEMOS, do ponto de vista do funcionamento da *langue*, as sucessivas relocalizações das expressões lança luz sobre o processo subjacente de “reconhecimento de erros” (em inglês, “error recognition”). Explicita a autora que o reconhecimento de erros envolve tanto o reconhecimento das diferenças entre as expressões, de um ponto de vista semântico, como das restrições sintáticas e textuais que operam sobre elas ao nível sintagmático.

Entende DE LEMOS que o momento em que a criança interpreta o enunciado do adulto como uma solicitação de clarificação/correção aponta para um importante aspecto dos processos de identificação, qual seja, o reconhecimento que a criança faz do modo como seus enunciados afetam seu interlocutor e, conseqüentemente, o reconhecimento da criança da alteridade, a presença de seu interlocutor.

De acordo com a autora, afirmar que o pólo dominante é o do sujeito-falante, significa, portanto, conceber o sujeito-falante como dividido em duas instâncias subjetivas não-coincidentes: aquela que fala e aquela que escuta sua própria fala *qua* fala do “outro”, ou em outras palavras, corresponde a um conceito psicanalítico de subjetividade.

Parece-me importante ressaltar o comentário com o qual DE LEMOS finaliza esse texto, em que aponta como, baseada nestas últimas reflexões sobre a mudança lingüística, compreende os fatos lingüísticos da aquisição da linguagem. Escreve a autora:

“[...] I would say that, even if it is true that the above three positions seem to be ordered in chronological time, change from one to another does not imply development. Indeed, to qualify change as structural is incompatible with views on the child as an independent entity going through an ordered series of states of knowledge.

Moreover, none of the structural relations discussed above is absent from the adult's 'parole', which is far from being homogeneous across different types of discourses and situations. To say that these structural relations are submitted to obliteration does not mean that they have been cancelled. Obliteration should be taken here in the sense of eclipses. That is, the moon remains visible even within the shadow of the earth¹⁹” (op.cit.:180).

FIGUEIRA, também dentro da abordagem sócio-interacionista, volta-se, em diferentes trabalhos (1996, 1997, entre outros), para a discussão de fatos da aquisição da linguagem que, como

¹⁹ *“[...] Eu poderia dizer que, mesmo que seja verdade que as três posições acima pareçam ser ordenadas no tempo cronológico, a mudança de uma para outra não implica desenvolvimento. Na verdade, qualificar a mudança como estrutural é incompatível com visões da criança como uma entidade independente passando por uma série ordenada de estágios de conhecimento.*

Além disso, nenhuma das relações estruturais discutidas acima está ausente da 'parole' do adulto, que está longe de ser homogênea através de diferentes tipos de discursos e situações. Dizer que estas relações estruturais estão submetidas à obliteração não significa que elas devam ser canceladas. Obliteração poderia ser tomada aqui no sentido de eclipses. Isto é, a lua permanece visível mesmo atrás da sombra da terra”. (minha tradução)

apontado acima, na literatura da área, têm sido explicados como indícios de possibilidades “metalingüísticas” na fala da criança.

No artigo intitulado “O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem” (1996), FIGUEIRA analisa diversos episódios encontrados na fala de crianças em que se podem verificar, segundo a autora, processos reorganizacionais na sintaxe, no léxico e na morfologia.

FIGUEIRA salienta que o “erro”, um dado tradicionalmente não privilegiado em Lingüística em função do estigma que lhe é imposto pela gramática normativa, passa a ser reconsiderado, principalmente a partir do avanço da Sociolingüística. Posteriormente é promovido a um lugar de destaque dentre os procedimentos metodológicos dos estudos em aquisição da linguagem.

Explicita a autora que, por oposição a uma concepção cumulativa ou quantitativa do desenvolvimento da linguagem, há uma outra posição, que poderia ser chamada de processual ou qualitativa “[...] *na qual se reconhece, como sinal de progresso no desenvolvimento, um tipo de mudança mais sutil, que não envolve o acréscimo de nenhum novo elemento ou estrutura, mas uma reorganização do que já está em uso na produção lingüística da criança. [...] reconhece como um fato do desenvolvimento que há uso sem conhecimento, ou que, antes de a reorganização ter lugar num domínio lingüístico específico, as crianças podem ser capazes de produzir elementos deste domínio de maneira tal que dão a impressão (aparente) de que tenham incorporado as regras sintáticas, semânticas e morfológicas que estão por trás de tal desempenho. Essa suposição só vai ser questionada quando as crianças, num passo adiante, começam a discernir relações e regularidades entre formas e estruturas lingüísticas e aí a produzir ocorrências divergentes*” (op.cit.:57).

Para a autora, a presença de “erros” na fala da criança, após um período marcado pela incorporação da fala do outro, fornece “[...] *evidências de que está “operando” sobre o objeto lingüístico, na medida em que relaciona elementos, neles reconhecendo formas que investe de significação. Dentro desse processo, ela se mostra, para o olhar do investigador, sensível aos mecanismos gramaticais que concorrem em sua língua, para a circulação de sentidos. Vale notar que dissemos “concorrem”, porque é preciso ter presente que o sistema não é homogêneo*” (op.cit.:64) Como destaca FIGUEIRA, a heterogeneidade fica evidente nos vários exemplos colocados ao longo de seu trabalho.

Para FIGUEIRA, a atividade da criança poderá ser entendida como procedendo de uma “análise”, apenas num sentido fraco da palavra (em nota, a autora esclarece que usou o termo entre

aspas para evitar a possível interpretação de que a atividade da criança sobre a linguagem seja consciente, refletida), isto é, dentro de uma explicação que não pressuponha o conhecimento prévio de significados e categorias, prontos para serem mapeados em formas e estruturas lingüísticas. A posição de DE LEMOS parece-lhe mais razoável, ou seja, *“é na experiência com a linguagem em funcionamento que a criança - pelo estabelecimento de relações - chegará às categorias e propriedades que fazem parte dos subsistemas lingüísticos.”*

Ao comentar um dado extraído da fala de uma criança de 4 anos e 7 meses num diálogo com a mãe, em que a criança repete a seqüência: *“empregada, emprego ...”* após ter se interessado pela palavra *“emprego”* dita pela mãe anteriormente, FIGUEIRA conclui que *“é evidente que seria exagero pressupor na criança uma capacidade de explicitar a operação lingüística que acaba de se manifestar na sua fala; por isso, não se pode falar em atividade metalingüística, nem em atividade lingüística consciente. Mas não há como negar que se surpreenda aí o momento em que duas palavras são postas lado a lado ou alinhadas, produzindo como efeito uma maior transparência da relação de sentido”* (op.cit.:75).

Episódios em que a criança *“distorce”* formas para acomodar significados, como em *“caimbota”* (por *cambota*, associação com *cair*), *“barrigodo”* (por *barrigudo*, associação com *gordo*), *“aviar”* (por *voar*, associação com *avião*), *“camiãobeque”* (por *calhambeque*), entre outros, não são considerados por FIGUEIRA como representativos de atividade metalingüística. A autora entende que o que está em questão é *“[...] reconhecer nelas um movimento do processo de representação simbólica, que é o de acomodar as duas faces do signo lingüístico”* (op.cit.:77).

Em outro trabalho, *“Children’s riddles: What do they tell us about change in language acquisition?”* (1997), FIGUEIRA volta-se para o estudo de outro tipo de material verbal: as adivinhas. Lembra a autora que a adivinha diz respeito a uma brincadeira verbal que, na nossa cultura, é freqüentemente estendida também às crianças: o de propor adivinhações. Ainda destaca que a relevância do estudo não só sobre as adivinhas, mas também sobre outros jogos verbais, como as piadas e os trocadilhos, está no fato de que têm sido considerados como exemplares de atividade metalingüística.

A proposta do estudo de FIGUEIRA é analisar justamente o momento em que se pode verificar uma mudança da posição da criança com relação à linguagem, isto é, quando passa da

condição de predominantemente interpretada pelo interlocutor adulto, para intérprete – de si mesma e do outro.

FIGUEIRA ressalta que a literatura da área tem focalizado mais as questões relacionadas à compreensão das adivinhas, sendo esperado que estas e também as rimas, trocadilhos e piadas só aconteceriam num momento do desenvolvimento em que a criança já fosse capaz de explorar diferentes propriedades da linguagem. Portanto, diz a autora, “*teriam um lugar bem definido no desenvolvimento, como manifestações do ponto final de “awareness” de uma língua.*” Construindo sua argumentação, FIGUEIRA apresenta dados de uma criança com menos idade (3;5) em que, segundo a autora, pode-se evidenciar o fato de que já nesta época (contrariamente ao que é apontado na literatura) a criança experimenta a condição de ter que lidar com a ambivalência, a plurivocidade próprias da linguagem. FIGUEIRA enfatiza que são esses traços que estarão na base não só dos mal-entendidos, como também na de muitas brincadeiras verbais, como as adivinhas.

Na análise de alguns episódios da fala de uma criança de 4 anos e 6 meses, em que esta procura formular “adivinhas” para seu interlocutor, FIGUEIRA entende que a criança se sai bem. A autora mostra que esta experiência da criança, ao tentar romper com o discurso ordinário, revela em primeiro lugar uma distinta relação com o outro, que se reflete nos aspectos discursivo-formais a ele dirigidas e, em segundo lugar, aponta para uma relação distinta com a linguagem, que se vê nos aspectos estruturais exibidos pelas perguntas e pelas respostas dadas pela criança.

FIGUEIRA salienta que “*riddles are only one among the various discourse domains where the child is given the opportunity to experience both the position of interpreter and a different relationship with language inside and/or outside ordinary discourse. This amounts to acknowledge the impossibility of either predicting its order of emergence or explaining its emergence as conditioned by cognitive/metacognitive development*²⁰” (op.cit.:22).

O que se pode perceber nesta revisão de estudos da área de Psicolinguística que refletem sobre o estatuto da noção de “metalinguagem”, é que, como os próprios autores salientaram, este conceito tem sido relacionado a conteúdos eminentemente cognitivos: “conhecimento”, “habilidade”, “consciência”, que se manifestam num determinado momento do desenvolvimento (já

²⁰ “*as adivinhas são apenas um entre os domínios discursivos onde a criança tem a oportunidade de experimentar tanto a posição de intérprete quanto uma diferente relação com a linguagem dentro e/ou fora do discurso ordinário. Isto conduz ao reconhecimento da impossibilidade não só de predizer sua ordem de emergência como de explicá-la como condicionada por desenvolvimento cognitivo/metacognitivo.*” (minha tradução)

que dependentes da cognição geral) e que, como destacou DE LEMOS, seria de natureza diferente da linguagem ordinária.

2.5. A DISCUSSÃO “CONSCIÊNCIA *VERSUS* INCONSCIÊNCIA” EM TORNO DA “METALINGUAGEM”

Num trabalho de 1978, “Sobre el enfoque lingüístico del problema de la conciencia y el inconsciente”, JAKOBSON procura avançar na discussão sobre a função metalingüística voltando-se para a questão da consciência/ inconsciência como dois fatores coparticipantes na língua. Fica mais uma vez evidente que o termo intriga o autor, um estudioso da linguagem nas suas variadas manifestações.

JAKOBSON resgata, então, as idéias centrais de importantes lingüistas que abordaram essa questão, principalmente a partir da segunda metade do século XIX: BAUDOIN DE COURTENAY, KRUSZEWSKI, SAUSSURE, BOAS e SAPIR. Vale ressaltar que a discussão sobre consciência/inconsciência pensada a partir destes autores segue um percurso essencialmente lingüístico.

O primeiro fato evidenciado pelos autores, e que parece ser uma das questões sobre as quais DE LEMOS (2000) reflete em seu texto apresentado anteriormente, é que o conhecimento da língua, enquanto sistema, não é consciente para os falantes de uma língua, no uso cotidiano. Ou seja, de certa forma todos os autores citados por JAKOBSON enfatizam o caráter inconsciente da linguagem, no sentido de “um sentimento da linguagem”, sua apreensão intuitiva. A idéia de que é em relação que os elementos do sistema ganham sentido/valor psíquico, é explicitada por JAKOBSON, ao comentar as investigações de SAPIR (1925) em “Sound patterns in language”, “*Un sentimiento inconsciente de la relación existente entre los sonidos de la lengua los promueve a elementos genuinos de un sistema autocontenido ‘de fichas utilizables simbólicamente*”²¹.” Parece caber nesse contexto a expressão sabe sem saber que sabe”, da qual vem se falando neste capítulo,

²¹ “*Um sentimento inconsciente da relação existente entre os sons da língua os promove a elementos genuínos de um sistema autocontido ‘de fichas utilizáveis simbolicamente’*.” (minha tradução)

referente ao saber lingüístico, inconsciente, que toca o falante desde o início da aquisição da língua materna.

A noção de que os fatos lingüísticos têm o mesmo funcionamento que os outros sistemas não-verbais, enquanto sistema semiótico, e que subjaz (de forma inconsciente) a todos os fenômenos lingüísticos o modo de perceber o mundo de cada comunidade ou grupo social parece ter sido uma questão que mereceu ser destacada por JAKOBSON, na leitura que fez destes autores. Para ilustrar esta questão, vale lembrar que JAKOBSON destaca que SAPIR, em “The unconscious patterning of behavior society” (1927), “ [...] *parte de la suposición de que todo el comportamiento humano, tanto individual como social, exhibe esencialmente los mismos tipos de funcionamiento mental, tanto consciente como inconsciente, y que los conceptos de lo social y de lo inconsciente no son, en absoluto, mutuamente excluyentes*²²” (op.cit.:119).

Outro aspecto enfatizado por JAKOBSON foi a idéia de que, apesar do caráter eminentemente inconsciente da linguagem, coloca-se a possibilidade de trazer à consciência, sob determinadas circunstâncias, certos processos lingüísticos. Como observa JAKOBSON, SAUSSURE distingue a “atividade inconsciente” dos falantes, das “operações conscientes” do lingüista. Também aponta uma série de gradações tanto na vontade consciente como na inconsciente. JAKOBSON destaca do pensamento de BAUDOIN e de KRUSZEWSKI, e também de SAPIR, a idéia de que parece ser mais “saudável” (em termos de uma sobrecarga da memória), não acontecer constantemente, nas atividades cotidianas, uma atividade consciente sobre os padrões gerais de comportamentos culturais (e, portanto, também dos lingüísticos).

Nesse trabalho, JAKOBSON também destaca estudos da área de aquisição da linguagem, em especial os de GVOZDEV, CUKOVSKIJ, SVACKIN, KAPER e RUTH WEIR. JAKOBSON elenca uma série de dados de linguagem de crianças, apresentados por estes autores, em que se manifesta, de diversas formas, o interesse pela criança com relação ao significado das expressões e às formas da língua. Reafirma o autor que já há na aquisição da linguagem reflexão sobre a língua, mas, como se vê na passagem a seguir, ela é entendida enquanto sistema: “*Todas estas investigaciones y nuestras propias observaciones dan fe de una persistente “reflexión sobre la lengua por parte de los niños”; más aún, la adquisición inicial de la lengua por el niño va acompañada y queda asegurada por un*

²² “[...] *parte da suposição de que todo o comportamento humano, tanto individual como social, exhibe essencialmente os mesmos tipos de funcionamento mental, tanto consciente como inconsciente, e que os conceitos de social e de inconsciente não são, em absoluto, mutuamente excludentes.*” (minha tradução)

*desarrollo paralelo de la función metalingüística que permite al niño delimitar los signos verbales que domina y dilucida por sí mismo su aplicabilidad semántica*²³” (op.cit.:121).

JAKOBSON vislumbra que novas perspectivas podem se abrir para o entendimento da constante coparticipação de componentes duais em qualquer classe de atividade verbal, com a discussão que ora acontecia em torno do conceito de “conjunto”, proposto por UZNADZE (1886-1950). Para UZNADZE, este conceito relaciona-se com a idéia de que os processos conscientes não abarcam todo o conteúdo de nossa mente; haveriam outros processos que exerceriam uma influência decisiva em todo o conteúdo da vida mental. Assim, ressalta JAKOBSON, que UZNADZE inclinava-se a pensar que nenhum processo como fenômeno consciente poderia existir em absoluto e a presença de um conjunto ativo é essencial para que a consciência comece a trabalhar em qualquer direção particular. JAKOBSON inspira-se também em SHEROZIA (1969/73), que propõe uma explicação psicológica e uma resolução dialética para as antinomias lingüísticas.

Apoiado nestes estudos, JAKOBSON amplia sua visão com relação à função metalingüística, afirmando que *“El papel activo de la función metalingüística sigue siendo vigoroso, sin duda alguna, a lo largo de toda nuestra vida, y mantiene el flujo constante entre lo consciente y lo inconsciente en toda nuestra actividad verbal*²⁴” (op.cit.:124).

Pode-se verificar que, na base das teorizações de JAKOBSON, encontra-se a concepção inspecionista do pensamento, à qual me referi quando da apresentação da tese de FRANÇOZO. Para JAKOBSON, a função metalingüística fica relacionada à consciência, um momento da vida mental em que o pensamento passa a analisar as relações entre os elementos do sistema lingüístico. Assim, apesar de JAKOBSON apontar que a função metalingüística se dá em meio à situações comunicacionais, ela fica restrita aos momentos em que há necessidade de “checagem do código”, parecendo que, em outros usos, a linguagem só tem um caráter irrefletido e inconsciente. Vejamos um fragmento do texto em que este fato fica evidente: *“En lugar de unos medios automatizados e inconscientes de expresión, la función metalingüística pone en juego el conocimiento de los componentes verbales y de sus relaciones, reduciendo así considerablemente la aplicabilidad de la*

²³ “Todas estas investigações e nossas próprias observações dão fé de uma persistente “reflexão sobre a língua por parte das crianças”; mais ainda, a aquisição inicial da língua por parte da criança vai acompanhada e é assegurada por um desenvolvimento paralelo da função metalingüística que permite à criança delimitar os signos verbais que domina, deduzindo por si mesma sua aplicabilidade semântica.” (minha tradução)

²⁴ “O papel ativo da função metalingüística segue vigoroso, sem dúvida alguma, ao longo de toda a nossa vida, e mantém o fluxo constante entre o consciente e o inconsciente em toda a nossa atividade verbal.” (minha tradução)

idea inveterada, repetida por BOAS, de que, supuestamente, “el uso de la lengua es tan automático que nunca se presenta la oportunidad de que las nociones fundamentales emerjam en la conciencia” y de que esas nociones lleguen a ser objeto de nuestro pensamiento²⁵” (op.cit.:121).

2.6. BAKHTIN: A QUESTÃO DA CONSCIÊNCIA NA/SOBRE A LINGUAGEM DO PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO

Tomando a questão apresentada por JAKOBSON e presente em toda a reflexão da Psicolinguística, considero interessante observar o que diz outra perspectiva.

Nesse sentido, trago a contribuição de BAKHTIN (1977) quando discorre sobre a questão da consciência, um conceito que, como vimos no ítem 2.5. e ao longo deste capítulo de forma geral, tem servido de base explicativa para os fenômenos lingüísticos relacionados à noção de metalinguagem. A meu ver, BAKHTIN, para quem linguagem não é só signo, coloca muito claramente esta discussão ao situá-la a partir de uma perspectiva social e dialógica. Em suas palavras,

“A consciência individual é um fato sócio-ideológico. Enquanto esse fato e todas as suas conseqüências não forem devidamente reconhecidas, não será possível construir nem uma psicologia objetiva nem um estudo objetivo das ideologias.

É justamente o problema da consciência que criou as maiores dificuldades e gerou a formidável confusão que encontramos em todas as discussões relativas tanto à psicologia quanto ao estudo das ideologias. De maneira geral, a consciência tornou-se o “asylum ignorantiae” de todo edifício filosófico. Foi transformada em depósito de todos os problemas não resolvidos, de todos os resíduos objetivamente irreduzíveis. Ao invés de se buscar uma

²⁵ “Em lugar de meios automatizados e inconscientes de expressão, a função metalingüística põe em jogo o conhecimento dos componentes verbais e de suas relações, reduzindo assim consideravelmente a aplicabilidade da idéia arraigada, repetida por BOAS, de que, supostamente, “o uso da língua é tão automático que nunca se apresenta a oportunidade de que as noções fundamentais emerjam na consciência” e que essas noções cheguem a ser objeto de nosso pensamento pensamento.” (minha tradução)

definição objetiva da consciência, esta foi usada para tornar subjetivas e fluidas certas noções até então sólidas e objetivas.

A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica. A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentam mostrar o materialismo mecanicista ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas: biológica, behaviorista etc). A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem” (op.cit.:35-36).

BAKHTIN lança luz ainda sobre a discussão acerca da consciência do falante nativo com relação à língua, mostrando que esta é uma questão que deve ser entendida tomando-se como referência “a prática viva da língua”. O que parece se evidenciar com a discussão colocada por BAKHTIN é que, tratando-se de linguagem em funcionamento, não cabe uma noção de consciência no sentido de uma reflexão sobre a linguagem, como a feita pelo lingüista ao procurar entendê-la como um sistema formal. O que o locutor apreende e busca é a significação, o que lhe faz sentido. Talvez essa seja uma questão fundamental para se compreender a chamada propriedade de reflexividade da linguagem deslocada de uma operação do signo para uma operação necessariamente dialógica e interativa dos interlocutores em torno de objetos simbólicos.

Nesse contexto, talvez possam ser entendidos os diversos movimentos de sentido realizados pelos falantes, trabalhando com a própria língua, durante as práticas discursivas e em função de determinadas instâncias enunciativas: são as reformulações, auto-correções, modalizações (opacificação do sentido de uma palavra ou expressão), efeitos de sentido, questões relacionadas à busca de um sentido partilhado entre os interlocutores, por exemplo. Vejamos o que diz o autor a esse respeito:

“A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados. O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala. Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas [...] num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.” (op.cit.:92)

Também nos mecanismos de compreensão, postula BAKHTIN, *“o essencial [...] não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular” (op.cit.:93).*

Alerta esse autor para o fato de que enquanto a forma lingüística for apenas um sinal para o receptor ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. Nas palavras do autor, *“a pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de “sinalidade” e de identificação que lhe é correlata seja real” (op.cit.:94).*

Assim, BAKHTIN destaca que *“a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal” (op.cit.:95).* Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas sempre no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Nesse sentido, vale ressaltar as considerações do autor, pensando-se principalmente na reflexão sobre a linguagem nas afasias:

“Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou relacionadas à vida.

O critério de correção só se aplica à enunciação em situações anormais ou particulares (por exemplo, no estudo de uma língua estrangeira). Em condições normais, o critério de correção lingüística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar etc. A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Para se separar abstratamente a língua de seu conteúdo ideológico ou vivencial, é preciso elaborar procedimentos particulares não condicionados pelas motivações da consciência do locutor” (op.cit.:95-96).

CAPÍTULO 3

A REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE “METALINGUAGEM” NO TERRENO DAS TEORIAS ENUNCIATIVAS

3.1. INTRODUÇÃO

Nos capítulos precedentes vimos como a noção de metalinguagem foi incorporada aos estudos neurolingüísticos, não chegando a modificar a visão da afasia como um problema remetido a conteúdos cognitivos. No âmbito dos estudos psicolingüísticos, o conceito é utilizado dentro de perspectivas construtivistas, como apontou DE LEMOS (1997), atrelado a uma concepção de desenvolvimento que entende a linguagem como um objeto a ser (re)construído pela criança, sendo, portanto, dependente de um conhecimento/desenvolvimento cognitivo mais geral. Relacionado às noções de habilidade/consciência metalingüística, não pode ser sustentado dentro da teoria gerativa, assim como também não pode ser sustentado no interior da perspectiva sócio-interacionista, defendida por DE LEMOS e colaboradores.

Neste capítulo estarei mostrando o que têm a dizer os estudos lingüísticos atuais que privilegiam uma abordagem enunciativo-discursiva, procurando verificar como é entendida a propriedade de reflexividade da linguagem a partir de perspectivas que não levam em conta a língua apenas enquanto sistema fechado e bipolar, mas a concebem em relação à exterioridade, ao conjunto de “sistemas de referência” (Cf. FRANCHI, 1977) com os quais se relaciona.

Em primeiro lugar, ver-se-á que os estudos enunciativos, promovendo um aprofundamento do entendimento do estatuto do signo lingüístico em sua relação com a exterioridade, recolocam a discussão sobre a metalinguagem. BENVENISTE, considerando o signo lingüístico em sua especificidade semiológica, aponta porque este ocupa um lugar de destaque perante todos os demais sistemas semióticos: é o único que pode interpretar a si mesmo e aos outros, apresentando uma dimensão ao mesmo tempo semiótica e semântica.

A reflexão será enriquecida pelas considerações sobre metalinguagem feitas sobre REY-DEBOVE, em que se renova a importância do estudo deste tema para a Lingüística. Na seqüência,

estaremos vendo como os estudos que concernem à metalinguagem ganham corpo na medida em que a análise sobre as heterogeneidades enunciativas se ampliam. Abordarei, nesse sentido, os trabalhos de AUTHIER-RÉVUZ que se voltam especialmente para a observação dos comentários meta-enunciativos, relativos à modalização autonímica, destacando sua filiação ao campo da metalinguagem e ao campo da enunciação. O retorno do dizer sobre si mesmo é explicado dentro de uma perspectiva que leva em conta uma exterioridade constitutiva do discurso e como uma possibilidade para o enunciador de se “colocar à distância” em relação à língua e seu funcionamento (ou seja, de um outro tipo de exterioridade). A fundamentação teórica da autora nos remete à concepção de um sujeito clivado pela linguagem e pelo inconsciente, portanto, submetido a estes funcionamentos.

A idéia de distância enunciativa vinculada à atividade metalingüística, já presente desde os trabalhos de REY-DEBOVE, vai se desenvolvendo na medida em que mais fatos meta-enunciativos vão sendo discutidos. POSSENTI analisa piadas, “slogans”, comentários chistosos. Com POSSENTI, a possibilidade do sujeito tomar distância de si mesmo e do seu discurso é reforçada pela postulação da presença de uma certa subjetividade, discursivamente concebida. O autor reivindica esta posição, no interior do quadro teórico da Análise de Discurso francesa, com base na demonstração de um trabalho sobre a linguagem que o sujeito realiza a depender da situação enunciativa e das posições enunciativas que toma ou assume (conscientemente ou não). Repercussões dessa perspectiva no campo da Neurolingüística serão acompanhadas junto às pesquisas que tem desenvolvido MORATO (1995b, 1998, 1999, 2001a).

Sendo um trabalho ancorado na discussão neurolingüística, será necessário também buscar uma concepção da relação linguagem-cognição entendida a partir de uma perspectiva enunciativa. Para este movimento teórico, estarei servindo-me das reflexões da obra de VYGOTSKY(1934) e dos trabalhos de MORATO (1996, 2000) sobre as reflexões psicolingüísticas deste autor.

3.2. A LINGUAGEM: “A GRANDE MATRIZ SEMIÓTICA”

Nesta seção estarei apresentando questões do pensamento de BENVENISTE que, a meu ver, podem deslocar o conceito de “metalinguagem”, não só dos parâmetros lógicos, cuja acepção é mais

do tipo técnico, caracterizando uma relação simétrica linguagem/mundo, mas também de uma visão que a concebe como operações sobre a língua “*stricto sensu*”.

BENVENISTE (1966/91), no texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística”, desenvolve a reflexão sobre a “faculdade de simbolizar” do homem. Explica o autor que o homem não só percebe e responde a um sinal, como fazem os animais, mas institui, inventa e compreende o símbolo. Segundo o autor, a faculdade de representação simbólica é a fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade.

Entretanto, destaca: “*a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais etc., derivam dela e a supõem*” (op.cit.:31). A linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. É uma entidade de dupla face e, por isso, mediatizante. De um lado é um fato físico, utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se e do aparelho auditivo para ser percebida, passível, portanto, de descrição e registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos pela sua “evocação”. Torna a experiência anterior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa. A linguagem organiza o pensamento e realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular.

Em “Semiologia da língua” (1974/89), BENVENISTE detalha a discussão sobre o signo lingüístico, buscando mostrar sua especificidade perante os outros sistemas de signos, uma questão que, segundo ele, ficou intocada tanto por PEIRCE quanto por SAUSSURE.

Como observa BENVENISTE, PEIRCE elaborou uma tripartição entre os signos, dividindo-os em ícones, índices e símbolos, mas não formulou nada específico para a língua. Afirma ele que é necessário que todo signo seja tomado e compreendido em um sistema de signos, estabelecendo-se uma relação de diferença e analogia. Pontua o autor que esta é a condição de significância.

Segundo BENVENISTE, a reflexão de SAUSSURE segue um caminho oposto, parte da língua e a toma como objeto exclusivo. Faz-se necessário, dentro do programa saussureano de definir a ciência lingüística, delimitar seu objeto. Assim, por uma exigência de método, SAUSSURE separa a língua da linguagem. BENVENISTE define a posição de SAUSSURE: “*A língua se apresenta sob todos seus aspectos como uma dualidade: instituição social, ela é produzida pelo indivíduo; discurso contínuo, ela se compõe de unidades fixas. É que a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala; ela consiste em “um sistema de signos onde, de essencial, só*

existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”. Onde a língua acha sua unidade e o princípio de seu funcionamento? Em seu caráter semiótico. Por este se define sua natureza, por este também ela se integra num conjunto de sistemas de mesmo tipo”(op.cit.:49).

Desta forma, o signo para SAUSSURE é antes de tudo uma noção lingüística, mas seu domínio se estende à outros sistemas homólogos ao da língua. Apesar de apontar que a Lingüística tem uma relação necessária com a semiologia, SAUSSURE não explicita a natureza dessa relação.

Em outro texto “Tendências recentes em lingüística geral” (1966/91) BENVENISTE afirma: *“é do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos processos de significação na língua e provavelmente fora da língua” (op.cit.:13).*

BENVENISTE lança-se, no trabalho inicialmente citado, a um estudo mais preciso sobre a definição de signo, procurando elaborar o princípio de uma ciência dos signos, levando em conta os diversos sistemas de signos, não só os lingüísticos. O autor lembra que vários são os sistemas de signos utilizados na vida em sociedade: os da linguagem, os da escrita, os “signos de cortesia”, os signos dos cultos, ritos, crenças, os signos da arte *etc.* Segundo o autor, o caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou significância.

Um dos pontos que interessa aqui ressaltar é o fato, apontado por BENVENISTE, no sentido de mostrar que a relação entre os sistemas semióticos deve ser ela mesma de natureza semiótica. Isto significa que esta relação é determinada, em primeiro lugar, por uma relação externa *“pela ação de um mesmo meio cultural, que de uma maneira ou de outra produz e alimenta todos os sistemas que lhe são próprios” (op.cit.:54).*

A outra condição diz respeito à possibilidade de um sistema se auto-interpretar ou se deve receber sua interpretação de um outro sistema. Pensando na relação entre os signos da língua e os da sociedade, o autor mostra que há uma dissimetria fundamental: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. O autor destaca aí um princípio geral de hierarquia, dada a situação particular da língua no universo dos sistemas de signos. Isto por se tratar não de uma relação sociológica, mas semiológica, em que é a língua que contém a sociedade, só ela torna possível a sociedade. Diz BENVENISTE: *“A língua constitui o que mantém os homens juntos, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (op.cit.:63).* No texto com o qual dialoguei acima (1966/91), há um comentário que talvez elucide esta questão ainda mais: *“a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de*

interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação” (op.cit.:17).

Para enfatizar a significância própria da língua, cito o fragmento abaixo, em que BENVENISTE compara-a com a da arte. O autor explicita a diferença que há entre sistemas em que a significância, seu poder de significar, é expressa pelos elementos em estado isolado, independentemente das relações que eles possam contrair, ou seja, é inerente aos próprios signos, e de sistemas que a significância se depreende das relações que organizam um mundo fechado. Em suas palavras:

“A significância da arte não remete então jamais a uma convenção identicamente recebida entre parceiros. É necessário descobrir a cada vez os termos, que são ilimitados em número, imprevisíveis por natureza, logo reinventados a cada obra, em suma, que não podem ser fixados em uma instituição. A significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (op.cit.60). O autor conclui mais à frente: *“Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos” (op.cit.:61).*

BENVENISTE aponta que este tipo de relação entre sistemas semióticos, que chama de relação de interpretância, é a relação fundamental do ponto de vista da língua. Afirma que *“Nenhum outro sistema dispõe de uma “língua” na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (op.cit.:62).*

Para a discussão aqui colocada importa sobremaneira o postulado de BENVENISTE com relação a ser a língua *“a grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação” (op.cit.:64).* Segundo o autor, isto se deve a que ela é o único sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu

funcionamento, combinando dois modos de significância: um denominado de semiótico e outro de semântico. Para o autor, ambos são dois domínios ou duas modalidades de sentido.

O domínio do semiótico é o que diz respeito ao modo de significação que é próprio do signo lingüístico e que o constitui como unidade. A significância de cada signo será dada em relação a um conjunto de signos. Assim, o autor considera o signo saussureano a unidade semiótica, a unidade dotada de sentido, aquela que é reconhecida como tendo ou não um sentido.

O domínio semântico está relacionado ao modo específico de significância que é engendrado pelo discurso. Ainda aponta o autor que enquanto o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência, o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, uma vez que a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.

No texto “A forma e o sentido na linguagem” (1974/89), o autor explicita mais esses dois domínios, apontando questões que são relevantes para esta Dissertação. Conforme BENVENISTE, *“a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por conseqüência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência”* (op.cit.:229).

Para o autor, a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua, enquanto que a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. Ainda ressalta que: *“o signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor”* (op.cit.:230).

Entende BENVENISTE, em “O aparelho formal da enunciação” (1974/89), pois, que a enunciação consiste no colocar a língua em funcionamento. O locutor, ao assumir a língua, implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Desta maneira, toda enunciação postula um alocutário.

Ainda ressalta o autor que *“na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação”* (op.cit.:84).

BENVENISTE (1970), portanto, propõe não só uma lingüística das formas, como também uma lingüística da enunciação, em que o objeto continua sendo admitido como estruturado, mas inclui o aparelho formal da enunciação. (Cf. POSSENTI, 1988)

A propósito, gostaria de trazer um comentário de POSSENTI (op.cit.) sobre as marcas de subjetividade que, nesta visão enunciativa, são visualizadas. Nas palavras do autor:

“Não só nas ordens, perguntas e asserções que BENVENISTE reconhece como pertencentes, enquanto atos de fala, ao aparelho da enunciação. O simples fato de falar (e não necessariamente de dizer “eu”, de utilizar um dêitico ou de produzir um ato de fala), por exigir a escolha de certos recursos expressivos, o que exclui outros, e por instaurar certas relações entre locutor e interlocutor (depreensíveis, freqüentemente, do dialeto ou marcas estilísticas definidoras de papéis sociais), já indica a presença da subjetividade na linguagem” (op.cit.:55-56).

Para finalizar, destaco a passagem abaixo, em que BENVENISTE apresenta a conclusão a que sua reflexão permite chegar (no texto: “Semiologia da língua”), mostrando uma nova perspectiva para a compreensão do que ele denomina “faculdade metalingüística: “o poder maior” da língua, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. Escreve o autor:

“Que se trata claramente de duas ordens distintas de noções e de dois universos conceptuais, pode-se mostrar ainda pela diferença quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. O semiótico (o signo) deve ser reconhecido; o semântico (o discurso) deve ser compreendido. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão freqüentemente dissociadas.

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalingüística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas” (op.cit.:66).

Eis aí o deslocamento conceitual que a teorização de BENVENISTE vai permitir: o signo lingüístico é analisado em relação aos outros sistemas semióticos, o que vai favorecer uma maior compreensão de sua especificidade e funcionamento. É, pois, a partir de uma outra referência que a “metalinguagem” vai ser colocada. A propriedade de reflexividade da linguagem não é mais remetida somente a uma visão de sentido estrita às relações internas ao sistema, mas à idéia de que a significação se encontra essencialmente no domínio semântico constituído pela enunciação e pelo discurso. Em outras palavras, a perspectiva enunciativa põe a claro que o lingüístico só se exhibe porque instanciado discursivamente, em práticas humanas, simbólicas, sociais. Enfim, articulam-se língua, enunciação e discurso. Vale ressaltar a consideração de BENVENISTE de que estes domínios podem estar dissociados na linguagem que acompanha uma patologia.

3.3. OS ESTUDOS DE REY-DEBOVE: UMA PROPOSTA DE TRAZER A DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE “METALINGUAGEM” PARA O CAMPO LINGÜÍSTICO

No livro “Le Métalangage”, de 1978, REY-DEBOVE procura retomar a discussão sobre o tema, que, do seu ponto de vista, não recebeu um tratamento amplo pelos lingüistas que o incluíram em suas teorias, sobretudo HJELMSLEV, JAKOBSON e HARRIS.

A autora observa que a metalinguagem pode se apresentar no modo científico-didático, correspondendo ao discurso do lingüista e daquele que ensina ou aprende uma língua. Sob esta forma pode ser natural ou formalizada, parcial ou totalmente.

No modo corrente, entende a autora que a metalinguagem corresponde ao discurso do usuário de uma língua. Também considera aqui os enunciados científicos ou didáticos que fazem parte de outro domínio (ciências não axiomatizadas, história, direito, sociologia, psicologia, crítica literária etc.).

REY-DEBOVE mostra a importância da metalinguagem tanto em um uso quanto no outro, não só por ter um papel auto-regulador da linguagem, como por ser um dos fatores importantes na evolução das línguas. Coloca-a como um traço da própria linguagem, presente tanto nas atividades lúdicas e comunicativas com a linguagem (como interação entre os falantes), como também na análise científica da língua(gem). Em suas palavras:

“Dans la langue non didactique et familière, l’usage métalinguistique naît d’une nécessité pratique de communication et de distanciation tout à la fois (mieux communiquer et mieux se cacher) et satisfait aussi un besoin ludique; jeux de mots et jeux de langage. Les jeux de langage (notamment les mots croisés) ont une fonction importante dans les loisirs des sociétés. C’est dans l’emploi courant de la langue que les systèmes mondain et métalinguistique interfèrent le plus, involontairement ou volontairement.

Le métalangage est à la fois un autorégulateur du langage de la communication et un des facteurs importants de l’évolution des langues. Les textes didactiques métalinguistiques de grande diffusion (dictionnaires, grammaires scolaires), ainsi que les énoncés courants sur le langage et les jeux de langage, jouent évidemment leur rôle dans l’histoire de la langue. Et ce facteur de maintien et de changement a le privilège de laisser une trace dans le langage lui-même²⁶” (op.cit.:23).

A reflexão sobre a questão da metalinguagem neste trabalho de REY-DEBOVE parece assentar-se numa visão de língua enquanto código, ao entender que o signo ordinário pertence ao

²⁶ “Na língua não-didática e familiar, o uso metalingüístico nasce tanto de uma necessidade prática de comunicação como de distanciamento (melhor comunicar e melhor esconder) e satisfaz assim uma necessidade lúdica; jogos de palavras e jogos de linguagem. Os jogos de linguagem (especialmente as palavras cruzadas) são uma função importante no lazer das sociedades. É no emprego corrente da língua que os sistemas “ordinário” e “metalingüístico” têm uma grande interferência voluntária ou involuntária.

A metalinguagem é, a uma só vez, um auto-regulador da linguagem da comunicação e um dos fatores importantes de evolução das línguas. Os textos didáticos metalingüísticos de grande difusão (dicionários, gramáticas escolares), assim como os enunciados usuais habituais sobre a linguagem e os jogos de linguagem, desempenham evidentemente seu papel na história da língua. E este fator de manutenção e de mudança tem o privilégio de deixar um traço na linguagem ela mesma.” (minha tradução)

“sistema do mundo” (“mondain”, nos termos da autora), enquanto que o signo autonímico, que engloba o signo ordinário (referente ao uso) e o metalingüístico (referente à menção), pertence ao “sistema metalingüístico”. Nesse sentido, vale notar, ainda, que a autora serve-se da noção de “função metalingüística” para se referir ao fato de que a linguagem é também empregada para falar da linguagem, salientando sua importância nas atividades cotidianas, “[...] *lorsque des commentaires sur le dire sont indispensables à la communication, notamment lorsqu’il faut ajuster le discours à ce qu’il est censé désigner et signifier (pour rappeler, pour apprendre, pour désambigüiser)*²⁷” (op.cit.: 01).

Entretanto, pode-se verificar que a autora encaminha a discussão em direção à compreensão do fenômeno em torno da noção de “metalinguagem” enquanto possibilidade do falante de ver seu discurso à “distância”, dentro de uma visão enunciativa (ainda que mais voltada para o lingüístico). Além disso, observa a situação semiótica particular da língua natural ao dizer: “[...] *le langage étant apte à parler de tout système, se trouve dans la situation de parler de lui-même. Au contraire, aucun système non langagier ne peut se décrire et constituer sa propre métasémiotique*²⁸” (op.cit.:01).

REY-DEBOVE defende que as definições lógicas de metalinguagem não são adequadas ao estudo lingüístico, afirmando que:

“L’interprétation sémiotique du métalangage, qui n’a pas cours chez les logiciens, est plus accessible au linguiste. Le métalangage est un langage dont le signifié est un langage, un autre ou le même. Ceci rend compte de plusieurs définitions logiques du métalangage difficilement intégrables à une théorie linguistique. Dire que le métalangage étudie le langage-objet, parle du langage-objet et ne peut parler d’autre chose (CARNAP, 1934, p.129) revient à dire plus clairement qu’il signifie le langage-objet et ne signifie que lui. Affirmer que le métalangage doit être plus riche que le langage-objet et contenir des variables de type supérieur, revient à affirmer que le sémantisme du premier doit inclure celui du second, car il ne s’agit évidemment pas seulement du nombre des symboles mais surtout du nombre des

²⁷ “[...] já que os comentários que se faz sobre o dizer são indispensáveis à comunicação, principalmente para adequar o discurso ao que se quer designar e significar (para memorar, para aprender, para desambiguar).” (minha tradução).

²⁸ “[...] a linguagem, estando apta a falar de todo sistema, encontra-se na situação de falar dela mesma. Ao contrário, nenhum sistema não-lingüístico pode se descrever e constituir sua própria metasemiótica.” (minha tradução)

*éléments de signification. On objectera que la sémantique extensionnelle des logiciens ne s'occupe guère des signifiés. Mais qui peut le plus, peut le moins*²⁹ ” (op.cit.:20).

Traçando um paralelo entre os dois enfoques, REY-DEBOVE explica que há diferença no que se refere à hierarquia das linguagens do ponto de vista da Lógica e do ponto de vista lingüístico. Na Lógica, segundo a autora, a hierarquia das linguagens tem uma estrutura de inclusão; os conjuntos, cujos elementos são as frases ou os símbolos, são incluídos uns nos outros.

Em semiótica, trata-se também da estrutura de conjuntos, mas não de inclusões. Os conjuntos, cujos elementos são as frases ou os signos, significam-se uns aos outros, mas não se incluem. A metalinguagem significa a linguagem, mas não a inclui. Há uma relação de identidade parcial (um dos dois planos) entre as linguagens: o conteúdo de uma linguagem $n+1$ é a linguagem n , o conteúdo de uma linguagem $n+2$ é a linguagem $n+1$ etc. Assim, em Lógica, trabalha-se sobre as relações de inclusão dos conjuntos de signos, e, em semiótica, trabalha-se sobre as relações de identidade entre um conjunto de signos e um conjunto de significados representando duas linguagens diferentes.

Como observa REY-DEBOVE, HJELMSLEV propõe uma teoria semiótica. Em seu “Prolégomènes à une théorie du langage” (1943), partindo da linguagem natural, considerada como homogênea, o autor estende seu sistema axiomatizado a todas as linguagens e às linguagens não homogêneas.

A discussão sobre a metalinguagem em termos lingüísticos desenvolvida por REY-DEBOVE é baseada na distinção entre o discurso ordinário e o discurso metalingüístico, num enfoque semiótico. A autora, como apontei anteriormente, entende que a função metalingüística encontra-se não só nas atividades específicas realizadas pelos que estudam uma língua, como também está presente nas diversas situações cotidianas em que os locutores realizam atividades sobre a linguagem. Para a autora, é preciso voltar-se para os fenômenos autonímicos como fatos também

²⁹ “A interpretação semiótica da metalinguagem, que não ocorre entre os lógicos, é mais acessível ao lingüista. A metalinguagem é uma linguagem cujo significado é uma linguagem, uma outra ou ela mesma. Isto dá conta de várias definições lógicas de metalinguagem, dificilmente integráveis a uma teoria lingüística. Dizer que a metalinguagem estuda a língua-objeto, fala da língua-objeto e não pode falar de outra coisa (CARNAP, 1934, P.129) nos leva a dizer mais claramente que ela significa a língua-objeto e só significa isso. Afirmar que a metalinguagem deve ser mais rica que a língua-objeto e conter variáveis de tipo superior, reafirma que o semantismo do primeiro deve incluir o semantismo do segundo porque evidentemente não se trata somente do número de símbolos, mas sobretudo, do número de elementos de significação. Pode objetar-se que a semântica extensional dos lógicos não se ocupa muito dos significados. Mas quem pode mais, pode menos.” (minha tradução)

pertinentes à discussão sobre a metalinguagem. Nesse sentido, afirma REY-DEBOVE: *“l’identité partielle entre le domaine étudié et l’instrument d’étude crée toutes sortes de perturbations qui se manifestent dans le discours métalinguistique, et qu’il faut tenter de répertorier et de décrire; lorsque les grammaires sont amenées à traiter des paroles rapportées, des styles direct et indirect, de l’emploi des guillemets, de l’invariabilité de certains mots, de la nominalisation de certaines séquences, elles le font de façon dispersée, sans voir qu’il s’agit d’un sous-système cohérent qui doit être traité pour lui même. Il s’agit alors de dégager les règles qui s’appliquent au discours métalinguistique et à lui seul, contrastivement aux règles du discours ordinaire”*³⁰ (op.cit.:03).

A autora vai chamar de “connotation langagière réflexive” ou autonímica a situação de um signo que significa, como conotador, seu significante e seu significado denotativo. Explica REY-DEBOVE que a conotação autonímica acumula duas semióticas: um signo é empregado e citado de uma só vez. Este duplo processo é hierarquizado e há uma semiótica que é dominante. Desta forma, a transparência ordinária de um signo é opacificada por uma precisão metalingüística. Para a autora, *“La connotation autonymique offre l’intérêt de signifier en bloc la chose et son nom, et de mettre en relation deux niveaux de langage dont l’un est hors code. C’est parmi les connotations, la seule qui relève d’une étude linguistique, parce qu’elle est présente dans le texte et formelle”*³¹ (op.cit.:254).

3.4. AS FORMAS META-ENUNCIATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A “METALINGUAGEM”

A discussão sobre a conotação autonímica é desenvolvida por AUTHIER- RÉVUZ em vários trabalhos (1990, 1995, 1998), sendo tomada no âmbito dos estudos sobre a complexidade enunciativa. Aponta AUTHIER-RÉVUZ (1990) que as diversas formas de heterogeneidades

³⁰ *“A identidade parcial entre o domínio estudado e o instrumento de estudo cria todas as sortes de perturbações que se manifestam no discurso metalingüístico, e que é preciso tentar reportar e descrever; quando os gramáticos são levados a tratar das falas reportadas, dos estilos direto e indireto, do emprego das aspas, da invariabilidade de certas palavras, da nominalização de certas seqüências, eles o fazem de maneira dispersa sem ver que se trata de um sub-sistema coerente que deve ser tratado por ele mesmo. Trata-se, então, de tirar as regras que se aplicam ao discurso metalingüístico e somente a ele, em contraste com as do discurso ordinário.”* (minha tradução)

³¹ *“A conotação autonímica oferece o interesse de significar em bloco a coisa e seu nome e de pôr em relação dois níveis de linguagem, em que um está fora do código. Entre as conotações, a conotação autonímica é a única que surge de um estudo lingüístico, porque ela é apresentada no texto e de maneira formal.”* (minha tradução)

enunciativas - discursos relatados (direto, indireto, indireto livre), aspas, itálicos, citações, ironias, pressuposição, pré-construídos, entre outros - colocam em jogo noções enunciativas como distanciamento, graus de comprometimento, desnivelamentos ou deslocamentos enunciativos, polifonia, desdobramentos ou divisão do sujeito enunciativo. A discussão sobre a reflexividade da linguagem vai ser ainda mais ampliada, pensada agora não somente dentro do âmbito do sistema lingüístico, como também a partir do plano enunciativo, tomando-se o estudo das formas meta-enunciativas.

Em um trabalho de 1982/90, intitulado “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”, AUTHIER RÉVUZ analisa as formas marcadas de “heterogeneidade mostrada”, em especial, a conotação autonímica. A reflexão de AUTHIER-RÉVUZ sobre a conotação autonímica vai apoiar-se, por um lado, na concepção de discurso como produto de interdiscursos, ou seja, na problemática do dialogismo bakhtiniano, e, por outro, na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por FREUD e sua re-leitura por LACAN. Neste contexto teórico, AUTHIER-RÉVUZ postula a presença da heterogeneidade constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada no discurso, destacando que estas *“representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição”* (op.cit.:32). Nas palavras da autora, esta questão assim é explicitada: *“A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente-, se opõe à representação, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o um - sujeito, discurso- se delimita na pluralidade dos outros, e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciador exterior ao seu discurso.*

Face ao “isso fala” da heterogeneidade constitutiva responde-se através de “como diz o outro” e “se eu posso dizer” da heterogeneidade mostrada, um “eu sei o que eu digo”, isto é, sei quem fala, eu ou um outro, e eu sei como eu falo, como utilizo as palavras” (op.cit.:32).

Na concepção da autora, *“as formas marcadas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido”* (op.cit.:33).

Nesse momento AUTHIER-RÉVUZ apresenta uma questão essencial para a reflexão empreendida nesta Dissertação, ou seja, o caráter metalingüístico dessas formas meta-enunciativas,

que, por suas marcas na superfície da cadeia lingüística, confirmam o “eu”, sujeito de seu discurso, tanto pelo fato da enunciação como também pela possibilidade de distanciar-se dele. Nas palavras de AUTHIER-RÉVUZ:

“Assim essa representação da enunciação é igualmente “constitutiva”, em um outro sentido: além do “eu” que se coloca como sujeito de seu discurso, “por esse ato individual de apropriação que introduz aquele que fala em sua fala” (a autora nos remete aqui à BENVENISTE), as formas marcadas da heterogeneidade mostrada reforçam, confirmam, asseguram esse “eu” por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso - pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que elas traçam - e dando forma ao sujeito enunciador – pela posição e atividade metalingüística que encenam” (op.cit.:33).

No caso da conotação autonímica, o fragmento mencionado é ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso; assim, o fragmento designado como um outro é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática. Segundo AUTHIER-RÉVUZ, portanto, *“uma dupla designação é assim operada pelas formas da heterogeneidade mostrada: a de um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e a de uma alteridade a que o fragmento remete” (op.cit.:29/30).*

Considera AUTHIER-RÉVUZ não só o lapso uma forma de emergência tangível do Outro no discurso, como também as formas marcadas da heterogeneidade mostrada. Onde o lapso produz “buraco” no discurso, estas funcionam como costuras escondidas, dando a imagem de uma unidade no discurso. São consideradas formas não marcadas da heterogeneidade mostrada o discurso indireto livre, a ironia e também as metáforas, os jogos de palavras.

Sendo ou não especificada a natureza desta alteridade no contexto do fragmento mencionado, afirma a autora que *“a estrutura de conotação autonímica é de particular interesse por especificar os parâmetros, ângulos, pontos de vista, através dos quais um discurso põe explicitamente uma alteridade em relação a si próprio” (op.cit.:30).*

Abaixo são reproduzidos alguns “exteriores” em relação ao discurso, que vêm interferir na cadeia do discurso em enunciação sob a forma de um ponto de heterogeneidade. Num trabalho posterior (1998), a autora os reúne sob a forma de quatro campos de “não-coincidências” em que o

dizer pode ser afetado (a não-coincidência interlocutiva; a não-coincidência do discurso consigo mesmo; a não-coincidência entre as palavras e as coisas; e a não-coincidência das palavras consigo mesmas):

- uma outra língua;
- um outro registro discursivo (familiar, pedante, adolescente, grosseiro *etc.*);
- um outro discurso (técnico, feminista, marxista, jacobino, moralista *etc.* que pode ser somente caracterizado como discurso dos outros, discurso usual, se assim se quiser, de alguns outros, de um outro particular);
- uma outra modalidade de consideração de sentido para uma palavra (recorrendo explicitamente ao exterior, um outro discurso especificado, ou aquele da língua como o lugar da polissemia, homonímia, metáfora *etc.* afastadas ou, ao contrário, invocadas para constituir o sentido da palavra. Nos dois casos, ao lado do sentido dado como corrente, um sentido é constituído por uma palavra por referência a um ou outro sentido produzido alhures, no interdiscurso ou na língua);
- uma outra palavra (potencial ou explícita nas figuras de reserva);
- um outro, o interlocutor (diferente do locutor e a este título suscetível de não compreender, ou de não admitir).

Para AUTHIER-RÉVUZ, as formas marcadas de heterogeneidade mostrada apontam não só os “exteriores” relativos ao discurso, como também a exterioridade do enunciador, que pode se distanciar a qualquer momento de sua língua e do seu próprio discurso, tomando-os localmente como objeto.

No livro “Palavras Incertas” (1998), a autora reitera esta participação do enunciador, na busca de uma delimitação do sentido, ao se deparar com a heterogeneidade constitutiva do discurso, afirmando:

“Ao “assumir o esforço” de especificar desta maneira o sentido de um elemento X, o enunciador dá testemunho da potencialidade de um sentido outro que ele “encontra”, não “na língua”, mas nas palavras aqui e agora, em contexto, e do qual deve proteger ativamente seu dizer.

Assim, a operação de fixação da mobilidade potencial do sentido de uma unidade do dizer é também solidariamente uma atestação da realidade enunciativa do não-um do sentido, ao qual essa operação opõe o trabalho ativo de especificação de um sentido, preenchendo, no plano segundo, metaenunciativo, do desdobramento do dizer, a falha do primeiro plano, através de uma operação contextual de eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza ou favorece” (op.cit.31).

AUTHIER-RÉVUZ, neste trabalho mais recente, refere-se à conotação autonímica também como “modalização autonímica” da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante, uma configuração enunciativa da reflexividade meta-enunciativa. Esta configuração, como vimos anteriormente com REY-DEBOVE, corresponde a uma estrutura mais complexa, um modo enunciativo desdobrado, em que num enunciado há uma superposição, cumulação, “engavetamento” de dois enunciados, onde num deles o signo é utilizado dentro da forma do signo-padrão e, no outro, este signo recebe um uso autonímico, mencionado. A autora elucida a questão dando o exemplo abaixo:

A *villa* de João, como ele chama seu quartinho, está em mau estado.

Este enunciado pode ser entendido como um desdobramento de outros dois:

-A *villa* de João está em mau estado.

(*villa*: signo - padrão)

-João chama seu quartinho de “*villa*”.

(*villa*: signo autônimo)

No caso acima, e também nos exemplos abaixo, a conotação autonímica passa por comentário explícito:

João espairoseu longamente - como diria x

- para falar de modo...

- para retomar uma expressão...

- segundo as palavras de x.

Segundo a autora, essa configuração é extremamente comum, podendo se realizar ainda pelo simples sinal tipográfico (das aspas ou do itálico) ou sinal entonativo na oralidade.

A “modalização autonímica”, diz respeito a dois campos, enquanto forma de auto-representação do dizer: o da metalinguagem e o da enunciação, os quais, como observa a autora, são atravessados por problemáticas diversas, às vezes, opostas.

No campo da metalinguagem a modalidade autonímica diz respeito à forma de auto-representação do dizer. AUTHIER-RÉVUZ aponta algumas oposições que permitem especificar o fato da reflexividade que constitui a modalidade autonímica, no que se refere à metalinguagem:

1. *“Por oposição às metalinguagens lógicas, construídas, externas à língua, ela concerne, evidentemente, à metalinguagem natural, interna à língua e observável, aquela da função metalingüística de JAKOBSON e do trabalho fundador de J. REY-DEBOVE. Ela manifesta o “poder de reflexividade” das línguas naturais, sublinhada com insistência por BENVENISTE. Esse “poder” não é de modo algum contestado pelo “não há metalinguagem” de LACAN: ao contrário, esta tese implica a existência desse poder das línguas naturais, do qual faz uma restrição, e questiona a existência de um lugar de exterioridade à linguagem (o de um pensamento em particular) de onde seria possível tomar a linguagem como objeto; isso significa dizer que falta um lugar de domínio real, fora da linguagem, “nós não podemos retornar (sobre a fala) a não ser nos deixando empurrar sempre mais adiante” (LACAN, 1966:271 apud AUTHIER-RÉVUZ, 1998:181).*

2. *Está relacionada com a metalingüística comum (corrente) ou epilingüística, (por oposição à metalingüística científica), que dá acesso às representações de sujeitos ao sujeito da linguagem (da língua, do sentido, da comunicação...).*

3. *Concerne ao metaenunciativo “[...] compreendido como auto-representação do dizer que se vai fazendo, por oposição ao que, no campo do epilingüístico, é discurso sobre a linguagem em geral, sobre um outro discurso, sobre o discurso do outro na interação, no diálogo. Neste “retorno do dizer” (que nas categorias de reformulação propostas por M.M. de GAULMYN corresponde a um autocomentário, auto-iniciado, imediato), o discurso sobre a prática da linguagem emerge dessa*

prática, nos pontos do dizer que, para se completarem, requerem “o a mais” de um comentário: nesses pontos se conjugam os dois planos da prática e da representação, como parte dessa prática, sendo a dimensão imaginária das representações do dizer parte estritamente integrante, portanto, do fato de dizer.

4. *Ela está relacionada à opacificação do elemento auto-representado do dizer (por oposição à transparência), colocando em jogo, na representação, via autonomia, a forma significativa do dizer. [...] Esta configuração toca duplamente a língua enquanto sistema de signos. Apresentando (1) um desdobramento, a distância interna que o atravessa por causa da reflexividade, e (2) uma alteração da transparência interpondo no dizer seu registro como maneira de dizer, essa configuração enunciativa é definida, formalmente, como um fato de língua - sustentado na mobilização da categoria lingüística da autonomia - e não como um “comportamento” comunicacional (de “distanciamento”, por exemplo); e, via opacificação, o que ela torna visível é um enunciador lutando com as palavras, com a materialidade da língua.*

5. *A modalidade autonímica, enquanto forma de reflexividade enunciativa, isolável como tal sobre a cadeia, distingue-se de uma concepção de enunciação como reflexividade, tal qual a de uma concepção de enunciação como reflexividade, tal qual a de DUCROT” (op.cit.:182). Para este autor, vale frisar, “a partir do momento que falamos, falamos de nossa fala” (DUCROT, 1980:40).*

3.5. – A QUESTÃO DA “DISTÂNCIA” VISTA EM RELAÇÃO À DA SUBJETIVIDADE

No artigo intitulado “O sujeito e a distância de si e do discurso” (1999b), POSSENTI discute a noção de distância, assumindo a possibilidade de manifestação da subjetividade.

Nesse trabalho, POSSENTI postula a hipótese de que “*uma das formas mais evidentes e relevantes de manifestação da subjetividade é uma certa capacidade do sujeito de colocar-se à distância (algo como ver-se de fora, avaliar-se adequadamente), por um lado, e, por outro, a capacidade de colocar à distância (ver de fora, avaliar adequadamente) seu discurso – mais*

especificamente, a capacidade, revelada no próprio discurso, de colocar à distância determinados aspectos do discurso” (op.cit.:157).

Para que esta hipótese seja satisfeita, salienta POSSENTI, é necessário comprovar de alguma forma que os sujeitos se dão conta “de certos ingredientes da situação” e que atuam levando-os em consideração. Ou seja, esta hipótese requer, conseqüentemente, que se abra a possibilidade da presença de um certo grau de atuação do sujeito.

Segundo POSSENTI, *“parece certo que não se pode mais operar produtivamente, a não ser ficando apenas nos casos limite, com uma concepção de sujeito livre, uno e consciente, nem com a simplificada noção de sujeito assujeitado, entendido como simples efeito da linguagem ou de maquinarias exteriores e anteriores. Em ambos os casos, ele seria unificado, sujeito de um discurso único, provindo, em um caso, do próprio sujeito, sem qualquer interferência dos outros discursos e, no outro, de um determinado lugar institucionalizado, sem qualquer possibilidade de sua interferência” (op.cit.:157).* POSSENTI explicita que se pode mais facilmente demonstrar que a primeira concepção não se sustenta empiricamente por meio de exemplos de discurso heterogêneo e de uma lógica banal, mas que, para poder afirmar que a segunda também não se sustenta, especialmente sem que isso signifique voltar à primeira, exige-se um conjunto de especificações teóricas e de evidências empíricas relativamente sofisticadas. Nos termos do autor, se se aceitar a tese da heterogeneidade relativa aos trabalhos empíricos, a tarefa é especificar várias manifestações dessa heterogeneidade – o que é uma forma de especificar vários tipos de atuação do sujeito, variadas manifestações da subjetividade.

Na visão de POSSENTI é possível aceitar-se que o interdiscurso seja constitutivo, mas que o sujeito possa assumir, em relação a ele, posições que não se resumem a “ser falado”. Nas suas palavras: *“um sujeito pode “esquecer” aquilo que o determina, sua unidade pode ser da ordem do imaginário. Nada disso é incompatível com uma certa competência interdiscursiva (Maingueneau, 1984:13), isto é, com a hipótese de que os enunciadores tenham o “domínio tácito de regras que lhe permitam produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, de identificar como incompatíveis com eles os enunciados das formações discursivas antagonistas”. Para invocar DE CERTEAU, não se trata de voltar ao sujeito uno ou de intenção. Mas isso não implica aceitar que ele seja mero consumidor (autômato, espelho): o sujeito é um usuário, realiza manobras. Frequentemente, sobre o discurso do outro” (op.cit.:158).*

A esse respeito, POSSENTI apresenta como exemplo um enunciado proferido por Leonel Brizola, em junho de 1998, a propósito de declarações do então Ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, feitas na Europa: “Ele é um Mendonça de lama”.

Para o autor, *“o fato de que provavelmente o chiste se processe no inconsciente não impede que se possa afirmar que Brizola “sabe” que se pode associar a “mesma palavra” a mais de um discurso, que “lama” é do mesmo campo semântico de “barro”, que se associa a “Barros”, e que “lama” tem uma associação freqüente com corrupção. Seria absurdo supor que Brizola não sabia do que estava falando, que não “contemplou” as palavras para explorá-las e extrair delas efeitos múltiplos, fazê-las render outros significados. É claro, por outro lado, que o sentido de “negociata” associado a “lama” não depende da intenção de Brizola”* (op.cit.:160). A argumentação em torno da hipótese defendida por POSSENTI ganha força na medida em que são considerados fatos presentes na linguagem de locutores que, de alguma forma, estão com a “competência” comprometida ou para ser adquirida (como observa o autor, casos em que a subjetivação “sofreu um grave golpe” ou está “em curso”, respectivamente).

Pode-se verificar que o autor coloca em destaque um “saber”, que se revela na capacidade do falante de interpretar e produzir efeitos pela manipulação da linguagem, e que fica evidenciado nos casos em que os sujeitos não possuem o domínio “normal” da língua (afásicos, crianças, estrangeiros). Como interpreta o autor, esses sujeitos *“tipicamente (...) não são capazes de demarcar sua distância em relação ao discurso, o que, se não permite dizer que não são sujeitos de seu discurso (porque há muitas formas de sê-lo), talvez permita dizer que (só) esses é que são sujeitos assujeitados a uma ordem estrutural da língua, exatamente porque são incapazes de realizar as manobras que ela mesmo permite a outros, no entanto, em sua heterogeneidade. Tratar-se-ia de sujeitos assujeitados a um máximo de monofonia (análoga aos discursos concebidos como fechados sobre si mesmos, na primeira época do sujeito assujeitado), incapazes ou incapacitados de marcar sua posição”*(op.cit.:158).

POSSENTI apresenta um fato referente à linguagem infantil analisado por FREUD (1905), que reproduzo abaixo pela sua pertinência em relação ao tema em discussão nesta Dissertação:

“Uma menina de três anos e meio avisa a seu irmão que não coma tanto pudim, senão vai ficar doente e “tomar um Bubizin”. “Bubizin?”, pergunta a mãe. “O que é isso?”. “Quando fico doente”, disse a menina autojustificando-se, “tenho que tomar Medizin”. A

criança achava que aquilo que o médico prescrevia chamava-se Mâdi-zin quando era para uma Mâdi (garotinha) e concluíra que, quando era para um Bubi (garotinho), devia chamar-se Bubi-zin”(ibid.:160).

Como observa POSSENTI, FREUD não caracteriza este exemplo como um chiste, pelo fato de que a criança não sabe que está fazendo um. POSSENTI, apoiando-se nas constatações de FREUD, procura mostrar que a possibilidade de tomar distância supõe um saber que a criança, em seu processo de subjetivação, ainda não atingiu.

POSSENTI cita autores que destacaram de alguma forma este “saber”: a tese de ECO (1973) aponta para o fato de que os efeitos derivam de uma investidura do locutor na função metalingüística, ou seja, a descoberta, pelo locutor, de um princípio de construção que lhe permite gerar novas formas (POSSENTI relaciona isto a “algo como palavras sob palavras”); GREIMAS (1960, *apud* POSSENTI) também é lembrado por ressaltar as marcas que o locutor faz na superfície do texto ao delimitar o seu discurso e o do outro (citando, em especial os provérbios e ditados); AUTHIER-RÉVUZ (1977), segundo POSSENTI, “*propõe a hipótese de que colocar palavras entre aspas é, para um locutor, por várias razões, colocar palavras à distância, avaliá-las implicitamente: ou não são exatas, ou são de outro discurso, de outro jargão etc.*”(op.cit.:159).

Nesse trabalho POSSENTI já aponta, ainda que brevemente, para a questão de que haveriam, além dos fatores do inconsciente e do interdiscurso preconizados pela AD (Análise do Discurso, doravante AD), fatores “*locais, circunstanciais, que explicam o fato de que determinadas palavras e não outras sejam postas à distância [...]*” (op.cit.:159).

No texto “Metaenunciação: uma questão de interdiscurso e de relevância” (1999a), POSSENTI amplia esta discussão sobre a noção de circunstância. Defende o autor que a noção seja incluída na teoria da AD, alertando que seu abandono é, não só desnecessário, como pode representar um equívoco, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico. Afirma o autor que “*seria mais adequado incluir a circunstância – ou melhor, características específicas das circunstâncias – no próprio quadro da história, ao invés de caracterizá-la apenas sociologicamente (e de, em consequência, caracterizar o sujeito apenas do ponto de vista psicológico – no fundo, cognitivo). Em suma, e de acordo com a própria epistemologia à qual a AD se filia, a teoria que supera a anterior, através de uma ruptura, pode incluir as soluções relevantes da teoria anterior, não mais*

nos seus termos, evidentemente, mas nos termos da teoria “vencedora”. Mais especificamente, o que proponho é que a teoria possa incluir a história que se dá na própria instância do discurso, e não apenas a história que explica a instância do discurso. Daria conta do efetivo processo discursivo, seu objetivo declarado” (op.cit.:3).

Outra questão que vem vinculada a esta, explica POSSENTI, é a da pura e simples exclusão de certas propriedades dos sujeitos, em especial um certo papel para a intenção e para um certo nível de conhecimento, já comentada acima, mas aqui mais concernida à AD. Nas palavras do autor: *“mesmo no interior da AD, a questão do sujeito não está resolvida, como era de esperar, especialmente pelo fato de que convivem em tensão no interior da teoria uma versão francamente althusseriana (que supõe uma estrutura verdadeiramente estrutural como “ origem”) e uma versão lacaniana, que, bem ou mal, supõe que a estrutura tem um furo... e é exatamente lá que se inscreve o sujeito, nem por isso, no entanto, “livre”. Nem por isso isento de determinações, que excluem a hipótese de estar na origem de seu discurso e de ter o controle sobre seus sentidos. Acrescentem-se ainda a cada vez mais relevante contribuição de BAKHTIN e o fato de que nem todos (na verdade, quase ninguém) o lêem em chave psicanalítica” (op.cit.:3).*

A conjugação dos conceitos de “usuário” e o de competência discursiva é mantida, sendo ainda mais explicitada: *“A noção de usuário tem a finalidade de formular uma concepção de sujeito que, sem pretender recuperar o sujeito uno da tradição filosófica ocidental – que é sem dúvida o sujeito/locutor da pragmática – nem por isso aceita considerá-lo mero efeito do que o precede e o afeta – estruturas, inconsciente, linguagem. A pretensão é dar conta do processo de que o sujeito participa, a despeito de tudo, como agente. Ou seja, embora sendo “efeito das estruturas” que o condicionam, ele é, no entanto, um usuário dos produtos (e dos discursos). Não apenas seu consumidor.*

A noção de competência discursiva proposta por MAINGUENEAU (1984), excluindo que os sujeitos sejam “ceras moles que se deixam dominar, assujeitar” (p.50), nem por isso restaura o sujeito todo poderoso (exatamente como em DE CERTEAU). Sua estratégia consiste em postular que a competência discursiva do sujeito se explique não por uma superabundância de poderes do sujeito, mas pelo fato de que o número de restrições a que um discurso está submetido é pequeno. A inspiração é o conceito de competência proposto por CHOMSKY (evidentemente, descartada a hipótese de o discurso ser uma herança biológica, o que seria um grosseiro contra-senso), ou melhor, uma conhecida concepção de von HUMBOLDT, especialmente através da noção de

energéia: discurso é um processo (não um produto); o processo exige processadores, por um lado, e pode ser analisado durante seu curso, por outro. MAINGUENEAU tem em mente, entre outras coisas, não reduzir o discurso às coisas já ditas, mas entendê-lo como máquina produtora de enunciados e textos” (op.cit.:4).

Acredito que há dois pontos que devem ser destacados após termos visto as colocações de POSSENTI, que estão vinculadas ao tema “metalinguagem”. O primeiro diz respeito ao “saber” que o domínio de uma certa língua supõe. “Ser sujeito na linguagem” implica não só saber falar a língua, mas dela saber extrair efeitos estéticos e interpretar segundo algum domínio de referência. A relevância deste saber fica evidenciada justamente nos casos em que ele “falta”: nas crianças, nos afásicos, nos estrangeiros.

Outro ponto que gostaria de colocar em relevo é que, na perspectiva de POSSENTI, falar sobre a linguagem, descrevê-la, manipulá-la para criar jogos de linguagem, frases de efeito, entre outras coisas, é estar no seu funcionamento, não é preciso dela sair, já que o sujeito que domina uma língua pode tomar distância de si mesmo e de seu discurso. Não cabe neste raciocínio remeter-se a conteúdos cognitivos como consciência, habilidade, capacidade, para explicar a possibilidade do falante de, para vários fins, referir-se à própria fala. Manipular a linguagem, tomá-la como um objeto, está relacionado a um “trabalho” do sujeito, intrínseco mesmo ao fato de “saber falar uma língua”. Após citar um fragmento em que fica clara a posição de LACAN (1970) sobre a não-existência da metalinguagem fora da linguagem, POSSENTI (1992), dirá que *“O fato (e é interessante que se aceite que se trata de um fato) de que a metalinguagem é linguagem, ou cada vez mais linguagem, não é suficiente para esconder que a linguagem é, freqüentemente, metalinguagem. [...] O que é estranho na afirmação de que não há metalinguagem é que parece exigir-se, para que exista, que ela seja exclusivamente, desde sempre e para sempre metalinguagem, e que seja de natureza diversa da da linguagem, que não seja sequer traduzível numa língua(ge)m.”* O autor termina o questionamento sobre a dicotomia linguagem/metalinguagem mostrando sua fundamentação dentro de uma concepção de língua enquanto construção histórica. Nas palavras do autor: *“Estas exigências fazem supor a necessidade de uma oposição absoluta entre linguagem e metalinguagem. Esta é para conhecer, aquela, não. A linguagem pode valer para vários domínios, a metalinguagem, não etc. Ora, se aceitamos que as línguas são históricas, que os discursos não são tipos puros, que os “mesmos” recursos servem para mais de um discurso, não há porque desesperar de ceticismo só porque, como as linguagens, as metalinguagens são históricas, servem a*

poderes históricos e produzem apenas verdades históricas, mesmo porque não há outras, absolutas, prévias, necessárias, independentes dos sujeitos e de outras instâncias de sua produção.”
(*op.cit.*:1129/1130)

3.6. METALINGUAGEM E METAENUNCIÇÃO NO CAMPO DA NEUROLINGÜÍSTICA

Vimos no capítulo precedente que os estudos enunciativos assinalam no que diz respeito à metalinguagem (porque também da linguagem) aspectos como: subjetividade, diferentes posições enunciativas que o sujeito ocupa na linguagem (o distanciamento do sujeito, que é o lugar da reflexividade), interação e práticas efetivas com a linguagem estabelecidas entre enunciadores, explicitação dos processos de significação em instâncias enunciativas distintas.

Como preparação para a conclusão, e recuperando as questões inicialmente apontadas, que dizem respeito mais propriamente ao campo da Neurolingüística, estarei, nesta seção, voltando-me para a reflexão em torno da noção de metalinguagem nesta área. Em primeiro lugar, saliento como estudos meta-enunciativos desenvolvidos junto a sujeitos afásicos podem apontar para um entendimento da relação de tipo estreito entre linguagem e cognição. Posteriormente, procuro indicar essa possibilidade revendo brevemente reflexões em torno do pensamento de VYGOTSKY.

Na área de Neurolingüística, MORATO (1999, 2001a) tem se dedicado ao estudo de formas meta-enunciativas na linguagem de sujeitos afásicos, desenvolvendo o projeto intitulado “A construção meta-enunciativa na linguagem de sujeitos afásicos: subsídios para um protocolo de investigação neurolingüística”, já citado no início desta Dissertação.

Conforme a autora, o estudo enunciativo da metalinguagem, ao abrir o diálogo entre língua e exterioridade, possibilita introduzir na Neurolingüística a “despsicologização” das explicações sobre a metalinguagem. Isto em função de que, tradicionalmente, se têm considerado os procedimentos “meta” como uma questão essencialmente cognitiva, que marcaria tanto a “entrada” da criança na linguagem pela tomada de consciência do objeto lingüístico, como diria respeito à capacidade que o sujeito afásico “perde”, ao não saber falar sobre a língua. MORATO explica, apoiada nos estudos de AUTHIER-RÉVUZ (1982, 1991, 1993, 1995, 1998), que as formas meta-

enunciativas, pelo exercício de sua *sui-referencialidade*, salientam o exercício da metalinguagem e da reflexividade enunciativa.

A autora tem verificado no desenvolvimento dessa pesquisa ainda em andamento que o caráter pragmático-discursivo dos procedimentos meta, e a “postura meta-enunciativa” mantida por sujeitos afásicos, desempenham um papel decisivo não apenas na manipulação da reflexividade enunciativa e nas atividades referenciais, mas no funcionamento lingüístico-cognitivo em geral.

De acordo com MORATO, até o momento, tem-se observado que, mesmo na presença de alterações lingüísticas e cognitivas, persiste uma “postura meta-enunciativa” nos gestos expressivos e interpretativos dos sujeitos afásicos. Este fato parece indicar que haveria uma competência pragmático-discursiva que não desapareceria nas afasias, mas, ao contrário, atuaria de forma a eleger em muitos casos processos alternativos de significação. A autora frisa que tal competência só pode ser pensada enunciativamente, ou, se enunciação for um ato social, interdiscursivamente.

O estudo da formas meta-enunciativas, bem como a consideração da atitude ou postura dos sujeitos afásicos frente à heterogeneidade enunciativa, segundo a autora, tendem a confirmar a hipótese de que os modos de funcionamento do componente meta não são de responsabilidade da língua ou da cognição, mas desta competência de ordem pragmática, que coloca em relação um saber da/sobre a língua e um saber do mundo. Como observa MORATO, as afasias, perturbando um e outro saber (da língua, do mundo), podem se constituir em um bom lugar para pôr a claro uma relação que é, ontologicamente, de solidariedade.

O fato de que os sujeitos “trabalham” (Cf. POSSENTI, 1988; FRANCHI, 1977) com e sobre a linguagem pode conduzir a um melhor entendimento da relação entre linguagem e cognição, cujo vetor acaba sendo a própria linguagem, de acordo com uma perspectiva enunciativa.

Para a autora, tal discussão encontra ancoradouro teórico-metodológico no campo das patologias cerebrais, podendo colocar em risco antinomias clássicas que envolvem as relações entre linguagem e cognição. Isto pode ser constatado, de acordo com MORATO, se se lembrar que as afasias têm sido consideradas tradicionalmente uma questão de língua e, as demências, uma questão cognitiva.

Esses estudos têm apontado para a constatação de que mesmo a alteração de uma metalinguagem corrente ou natural (sobre a língua *stricto sensu*) não chega a destruir a capacidade discursiva do sujeito, mesmo porque meta-enunciação não se reduz à metalinguagem.

À propósito, a autora observa o que disse certa vez o sujeito afásico MS, a respeito de um provérbio: “*O significado é para além do que alguma coisa que interessa agora, né, mas eu não sei explicar.*”

MORATO (2001c) salienta que os dados de linguagem patológica são interessantes para quem tem uma inclinação anti-referencialista com relação à linguagem. Esta visão questiona uma concepção referencial de linguagem, já que admite que seu objeto de análise deixa de ser o próprio mundo; seu objeto diz respeito ao mundo narrado, ao mundo enunciado, ao mundo enunciável: seu objeto são os objetos do discurso. Além disso, questiona a visão representacional da linguagem ao considerar que se a linguagem tem alguma capacidade de refletir algo, não é nem a si mesma e nem ao mundo propriamente, mas o estabelecimento de condições (pragmáticas, discursivas) de produção e interpretação dos sentidos e da referência.

Ainda gostaria de apresentar um outro exemplo para ilustrar o que acima foi exposto, citado por MORATO (2001c), agora evidenciando os gestos interpretativos de três sujeitos afásicos (CI; MS; CL). Foi-lhes solicitado que interpretassem um provérbio ou para que o incluíssem em alguma situação na qual caberia o seu uso. O provérbio em questão é: “Feliz foi Adão que não teve sogra”.

- 1) CI: “É um provérbio conhecido, né? É muito usado, que é falar mal da sogra, então eu não falo mal da sogra, eu gosto da sogra, eu tive três sogras, né? Então dá para perceber, eu tive sorte com as sogras, é grande amiga, uma morreu, outra tá viva, e a terceira mora perto de casa. Me dou bem com as sogras, esse ditado não é pra mim.”
- 2) MS: “Olha, “Feliz foi Adão que não teve sogra”, eu, eu, eu, eu, da minha sogra eu falo, porque ela era uma mulher, é, é distinta que ela, ela foi uma heroína, eu falava da minha sogra, eu não posso falar da minha sogra, não é, é teve dez filhos e a mulher que casou, casaram, né, e também não posso falar da minha sogra porque ela fez também uma, ela, ela, fez a mulher que eu tenho, ela um, ela uma batalhadora, eu não posso falar da sogra (...) É que o Adão não teve sogra porque ele, ele, ele, Deus não deu sogra pra ele, ele. Adão foi Deus que deu a mulher pra ele, mas porque ele não teve sogra, porque ele foi o homem que Deus mandou e a mulher que deu pra ele. Ele não teve sogra.”
- 3) CL: //espantada, após ouvir o provérbio, indagando à investigadora// “Ah é, ele não se casou?”

Saliento a observação da autora no sentido de mostrar que, embora os sujeitos façam uma leitura de caráter pessoal/subjetiva do provérbio, não deixam de levar em conta seus pré-construídos, exceto CL, que identifica Adão com algum sujeito empírico, retirando do provérbio a situação enunciativa a que historicamente pertence. Porém, a identificação do pré-construído nele veiculado não equivale a tratar o provérbio enquanto tal. Segundo a autora, este fato indica que não apenas sua identificação, mas também seu “manejo” depende em grande parte de uma competência que atua na produção e no efeito de sentido, bem como na postura meta-enunciativa dos sujeitos, a qual requer também um trabalho em torno do conhecimento (enciclopédico, cultural, contextual) do mundo.

Se há no fenômeno enunciativo um sujeito com alguma dotação cognitiva, VYGOTSKY é certamente um autor que merece ser invocado aqui, em função de sua tese da mediação simbólica, concebida sob inspiração humboldtiana, resumida por MORATO da seguinte maneira: “*não há possibilidades integrais de conteúdos cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades integrais de linguagem fora de processos interativos humanos.*” (1996: 9)

VYGOTSKY (1987) defende o ponto de vista de que as funções comunicativa e intelectual compõem uma unidade, ao contrário da perspectiva psicologista que critica, que as considera caminhando em paralelo e sem interdependência.

O autor salienta que há inicialmente uma manipulação da estrutura externa do signo pela criança, no sentido de que para ela a palavra é mais uma característica do objeto (word-thing) do que um símbolo. É apenas mais tarde que esta vai se tornar uma estrutura simbólica. Operando com o signo, a criança vai ser orientada para seu uso funcional.

A interação social, baseada na compreensão racional, na transmissão da experiência e do pensamento, requer, segundo o autor, algum sistema mediador (system of means). Nesse sentido, diz: “*Human speech, a system that emerged with the need to interact socially in the labor process, has always been and will always be the prototype of this kind of means*³²” (op.cit.:50).

Em “Pensamento e Linguagem” (1934/87) VYGOTSKY enfatiza a importância do entendimento da natureza psicológica da fala interior para a compreensão da complexidade da relação entre o pensamento e a palavra. Para o autor, a fala interior não é um antecedente da fala

³² “*A fala humana, um sistema que surgiu com a necessidade de interagir socialmente no processo de trabalho, tem sido e sempre será o protótipo deste meio.*” (minha tradução)

exterior, nem a sua reprodução na memória, mas é o processo em que a fala interioriza-se em pensamento.

VYGOTSKY resgata a natureza e o papel da fala egocêntrica da criança, que, segundo ele, não recebeu a devida importância por PIAGET, que a primeiro descreveu. VYGOTSKY acentua sua relação genética com a fala interior, considerando-a como um estágio de desenvolvimento que precede a fala interior, preenchendo, ambas, funções intelectuais. Salienta o autor que uma se transforma na outra, há um movimento entre elas. A fala egocêntrica é um fenômeno de transição das funções intercognitivas para as intracognitivas, um padrão de desenvolvimento comum a todas as funções psicológicas superiores, em que, da atividade social e coletiva, a criança passa para uma atividade individualizada.

Segundo o autor, *“A fala para si mesmo origina-se da diferenciação da fala para os outros. Uma vez que o curso principal do desenvolvimento da criança caracteriza-se por uma individualização gradual, essa tendência reflete-se na função e na estrutura de sua fala”* (op.cit.:115).

Vale destacar que, para VYGOTSKY, a fala egocêntrica não só acompanha a ação da criança, mas está a serviço da orientação mental, da compreensão consciente. Auxilia a criança na resolução das suas dificuldades. É *“uma fala para si mesmo, íntima e convenientemente relacionada com o pensamento da criança”* (op.cit.:115). O gradual desaparecimento da vocalização indica, para o autor, a aquisição de uma nova capacidade: a de “pensar as palavras”. Este fato ocorre simultaneamente com uma tendência para a simplificação e a predicação da linguagem, caminhando para uma fala interior “quase sem palavras”.

Com isto, VYGOTSKY salienta as peculiaridades semânticas da fala interior. O sentido da palavra é um todo complexo, fluido e dinâmico, variável conforme o contexto em que surge. Uma única palavra, portanto, está saturada de sentido.

Dentro do contexto deste estudo, destaco a passagem a seguir que tanto diz respeito à formulação de linguagem interna, quanto às envolvidas na da concepção lógica de metalinguagem. Nas palavras do autor: *“Para a psicologia associacionista, o pensamento e a palavra estavam unidos por laços externos, semelhantes aos laços entre duas sílabas sem sentido. A psicologia gestaltista introduziu o conceito de conexões estruturais, mas, tal como a antiga teoria, não elucidou as relações específicas entre pensamento e palavra. Todas as outras teorias se agrupavam ao redor de dois pólos – a visão behaviorista do pensamento como fala menos som, ou a visão*

idealista, defendida pela escola de Wurzburg e por Bergson, de que o pensamento poderia ser “puro”, não relacionado com a linguagem, e que seria distorcido pelas palavras” (op.cit.:131).

A seguir, destaco alguns pontos da reflexão de MORATO, que, em diversos trabalhos (1991,1996, 2000), tem apontado como a relação entre linguagem e cognição se configura no contexto dos estudos de VYGOTSKY, principalmente por identificar certa compatibilidade entre algumas idéias do autor sobre a linguagem e uma lingüística de tendência enunciativa, o que dá orientação às questões que discutirei mais à frente.

A autora observa a proximidade do postulado de VYGOTSKY com as idéias de HUMBOLDT quando este autor reconhece ao mesmo tempo a estrutura e a atividade da linguagem e traz para o pensamento humano o mundo ou o domínio da linguagem. Para HUMBOLDT, enfatiza MORATO, acompanhando a leitura que dele faz FRANCHI (1977), *“a linguagem é um trabalho do pensamento que ganha forma por sua vez pela atividade constitutiva da linguagem”* (2000:151). Para a autora (1996:7), VYGOTSKY ainda se aproxima da reflexão de HUMBOLDT, especialmente em *“Thought and Word”* (1934/87), ao propor que a linguagem não apenas organiza ou estrutura as experiências humanas, como é organizada ou estruturada por estas.

É possível reconhecer ainda semelhanças entre essa reflexão de VYGOTSKY com as de BAKHTIN, quando este afirma que:

“A atividade mental tende desde a origem para uma expressão externa plenamente realizada [...] Uma vez materializada, a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável. Essa ação reversiva da expressão bem formada sobre a atividade mental tem uma importância enorme, que deve ser sempre considerada. Pode-se dizer que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis” (1929/77:118).

Ainda ressaltando certa compatibilidade entre o pensamento de VYGOTSKY com o de BAKHTIN, MORATO observa o papel do dialogismo e da interação humana como base para se pensar a relação entre cognição e linguagem. Em suas palavras: *“[...] ao colocar a interlocução (e,*

portanto, a enunciação), dentre as outras interações humanas, como representativa da relação entre linguagem e pensamento, e entre linguagem e mundo, VYGOTSKY marcou – como nenhum outro psicólogo – o papel do dialogismo como o elemento constitutivo por excelência dos processos cognitivos e o da interação como fundadora de todo gesto interpretativo humano” (2000:162).

O que destaca a autora é que, dentre os processos semióticos que seriam responsáveis pela internalização das funções mentais, VYGOTSKY destaca a linguagem, considerada uma função cognitiva como as outras, mas privilegiada, uma vez que é especialmente por sua natureza auto-reflexiva e mediadora que se constitui a relação do homem com o mundo social.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo pretendo, a partir do que até aqui foi visto, apontar a relevância do estudo enunciativo da metalinguagem para o campo da Neurolingüística, agora servindo-me da fundamentação teórica possível pela concepção enunciativa de autores como BENVENISTE (1966/91), AUTHIER-RÉVUZ (1990,1998), POSSENTI (1992,1999a,b), COUDRY (1986/88) e MORATO (1999, 2001a). Antes, porém, gostaria de lançar um olhar crítico sobre a forma como a noção foi tratada nos estudos que nela se apoiaram no campo da Afasiologia.

Como já dito na introdução desta Dissertação, no que tange à metalinguagem, há basicamente duas posições em Lingüística: uma que considera o componente “meta” independente da linguagem (fora da linguagem), e outra que o entende integrado à linguagem. A primeira posição assume que tal componente é tributário de conteúdos cognitivos, a segunda toma-o como constitutivo da linguagem.(Cf. MORATO, 2001a)

JAKOBSON (1954/81) e LEBRUN (1983) pertencem ao primeiro grupo de autores, uma vez que assumindo uma concepção estruturalista de linguagem, separam-na do pensamento e reputam o funcionamento da linguagem ao domínio cognitivo (mental). Para esses autores, a metalinguagem apresenta-se como um fenômeno lógico-perceptivo. Como tal, é responsável pela possibilidade de o sujeito atuar ou operar de forma metalingüística. A metalinguagem existe, então, como um sistema autônomo, separado e distinto da linguagem. Assim, *falar uma língua* estaria subordinado à capacidade (lógico-perceptiva) de *falar sobre esta língua*. (Cf. MORATO, 2001c)

JAKOBSON entende a afasia como um problema exclusivo de língua, seguindo a visão clássica de que o pensamento “em si” não estaria afetado. Em outras palavras, JAKOBSON assume um domínio cognitivo específico para a linguagem, sendo a afasia remetida à explicações do

domínio mental de uso da língua. Na verdade, o autor não responde à *relação linguagem e cognição*, já que para ele linguagem e pensamento são elementos heterogêneos e dicotômicos³³.

Esse autor trata a questão da metalinguagem de uma forma estruturalista, sendo que a análise dos fatos lingüísticos e da função metalingüística é reservada ao sistema lingüístico. Em sua teorização sobre a afasia mantém a noção da estrutura lingüística bipolar. Não avança sua análise para além do que acontece com a palavra; não se ocupa, em função do que focaliza, de questões relacionadas à sintaxe, à polissemia, às interações dialógicas, às circunstâncias enunciativas.

LEBRUN, por sua vez, serve-se da noção de metalinguagem na tentativa de ultrapassar a visão da afasia como fenômeno atribuído a conteúdos mentais. Mobiliza-se no sentido de enfatizar que a afasia deve ser vista como um problema lingüístico. Entretanto, apoia-se numa conceituação de metalinguagem semelhante à de JAKOBSON. Acaba, na verdade, mantendo a explicação da afasia como um problema de língua, não como um problema de linguagem em toda sua abrangência, o que não retira o caráter de subordinação ao cognitivo presente nas formulações sobre a linguagem interna.

Além disso, LEBRUN deixa de considerar que a linguagem interna já não é mais concebida como fenômeno exclusivamente do domínio do pensamento em autores como GOLDSTEIN. É certo que GOLDSTEIN, como aponta FRANÇOZO, indica que a linguagem interna requer processos mentais intactos, mas fica claro que ela só se constitui a partir da mediação do e com o outro, ou seja, a cognição não ocorre sem o concurso direto ou indireto da linguagem e de sujeitos que atuam pragmaticamente no mundo.

Dessa forma, evidencia-se que a noção de metalinguagem que permeou os estudos afasiológicos reduz o fenômeno da metalinguagem a uma reflexividade de caráter descritivo e referencial, estritamente lingüística.

A partir daqui, passo a tecer alguns comentários sobre outras questões em torno da noção de metalinguagem que este estudo permite destacar, para, por fim, indicar algumas implicações dessas reflexões para o campo da Neurolingüística.

³³ Vale destacar que este não é o ponto de vista de GOLDSTEIN (1948), cujas idéias foram brevemente apresentadas neste estudo, a partir da leitura de FRANÇOZO (1987) que discute o estatuto da linguagem interna na Afasiologia. GOLDSTEIN afirma que na afasia existem problemas nas instrumentalidades da *fala*, o que significa que existem também problemas de pensamento. Esse autor aponta um movimento entre as duas ordens (externa e interna) da linguagem, de tal forma que a afasia acaba afetando o sujeito em sua integralidade (à maneira das explicações gestaltistas da época).

Conforme vimos com DE LEMOS (1997) E FIGUEIRA (1996, 1997), a discussão sobre “habilidade” ou “consciência” metalingüística não é produtiva no interior da perspectiva sócio-interacionista. Do posto de observação dessas autoras, os movimentos do sujeito em relação à linguagem são entendidos dentro de situações interativas, dialógicas. Assim, nessas bases, uma divisão marcada entre operações conscientes e inconscientes na linguagem em funcionamento torna-se questionável.

Partindo de uma perspectiva enunciativa da relação entre linguagem e cognição vimos alguns autores que concebem uma relação estreita e, especialmente, mediada entre esses aspectos. VYGOTSKY entende a linguagem como o principal mediador simbólico entre as referências do mundo social e as do biológico. Essa visão encontra-se assemelhada aos postulados de autores como BAKHTIN (1929/97), HUMBOLDT (1836/1972), BENVENISTE (1966/91). O que fica destacado por esses autores é que a significação só é possível por ser a linguagem basicamente uma atividade compartilhada entre os sujeitos, que se constitui em meio às contingências sócio-culturais. A linguagem internalizada é, pois, marcada pelas propriedades dialógicas e interativas da linguagem e pelas relações do signo verbal com os outros sistemas simbólicos que também significam.

A partir das reflexões dos autores afiliados a essa perspectiva podemos observar que aspectos como reflexão/consciência sobre a linguagem, reflexividade, distanciamento, são deslocados de algo da esfera mentalista para uma discussão ancorada nos processos de significação em jogo nas práticas humanas. É possível, a partir disso, verificar algumas implicações das questões apontadas para a área de Neurolingüística.

Vimos que a afasia foi entendida nos estudos afasiológicos iniciais como um problema de linguagem interna, o que afetaria basicamente os processos lógico-perceptivos. O que estaria perdido ou alterado na afasia seria a capacidade que a linguagem teria de representar ou autorizar as representações senso-perceptivas do mundo. A afasia acabou sendo definida não como um problema de linguagem em toda a sua abrangência, mas basicamente como um problema de aspectos internos, subjetivados, representacionais.

Salienta MORATO (2001:153) que “*A distinção entre língua e fala, central no nascimento da Lingüística (SAUSSURE, 1981) pelo viés do estruturalismo, conduziu os estudos da afasia em direção ao estudo da língua, vista como sistema fechado, autônomo, homogêneo e inato, dissociada das atividades que com ela fazem os falantes. Esta concepção de língua ajustava-se com a veiculada*

nos estudos afasiológicos iniciais, que a consideravam uma espécie de representação do pensamento (ou da memória, ou da percepção).”

Se partirmos de uma concepção de linguagem em que há uma continuidade entre o lingüístico e o extra-lingüístico, e também entre linguagem e cognição, teremos que repensar a concepção tradicional de afasia. Numa perspectiva enunciativa, a afasia estaria relacionada a questões do domínio cognitivo também, uma vez que, como frisei acima, linguagem e pensamento (ou cognição) não são passíveis de serem desvinculados.

Vejamos, então, algumas questões que podem ser pensadas a partir deste estudo.

Fica evidente, pelo que foi exposto até aqui, que uma abordagem da metalinguagem em que é vista como função metalingüística ou uma atividade do tipo essencialmente nocional, não permite que se visualize o fenômeno de forma mais ampla. Aceitando-se essa perspectiva, faz-se então necessário completar o aforismo lacaniano: “Não há metalinguagem” na medida em que “não há metalinguagem fora da linguagem”. Em outras palavras, é em situações de funcionamento da linguagem e de diferentes práticas discursivas que podemos verificar os diferentes tipos de manobras que o sujeito afásico realiza com e sobre a linguagem.

As baterias de testes tradicionalmente utilizadas para a avaliação da linguagem de sujeitos afásicos não podem, portanto, indicar como o sujeito “se move na linguagem”, para usar uma expressão de POSSENTI (1992), ou seja, não revelam muito sobre suas condições lingüístico-cognitivas. É preciso, pois, verificar sobretudo na interlocução, nos processos semióticos não-verbais, nas práticas discursivas, as formas de significação de que os sujeitos afásicos lançam mão para lidar, expressar ou interpretar o mundo.

Visualizar os movimentos da metalinguagem significa olhar para os movimentos de explicitação das manobras do sujeito sobre a linguagem em função de ajustes e adequações promovidos pela interação, pela interlocução, por múltiplas atividades psico-sociais.

Parece ficar claro, portanto, que o movimentar-se na linguagem é fundamental para a sua própria possibilidade de reorganização. Esta possibilidade, entretanto, não se dá fora da interlocução, de práticas lingüísticas cotidianas. É pela presença do outro, das circunstâncias em que se dá a enunciação, que o sujeito é instado a tomar posições sobre sua própria linguagem, buscando formas diferentes de construir a significação.

É preciso, pois, que o sujeito afásico, que já teve o domínio da língua (no sentido dado por POSSENTI, 1999), esteja envolvido em atividades lingüísticas variadas, onde possa de fato se

colocar como um “usuário” (Cf. DE CERTEAU,1990) da língua, realizando as manobras que lhe forem possíveis dentro do contexto patológico. Nesse sentido, talvez possa ser questionado um trabalho terapêutico no caso da afasia que não se pautar por atividades de linguagem de fato significativas.

Em estudos na área de Neurolingüística (COUDRY & MORATO,1988; COUDRY, 1997b, 1999), evidencia-se que é a intervenção do interlocutor, operando também sobre a linguagem do sujeito afásico, o que o convoca a ser observador da sua linguagem e a “trabalhar” sobre ela.

O que parece ficar claro é que o trabalho terapêutico que visa restabelecer a linguagem de uma pessoa afásica deve suscitar sempre a manifestação da subjetividade. Isto implica, como apontou COUDRY (1997a), auxiliar o sujeito a entrar em contato com a sua condição patológica, conhecer seu estado e seus recursos expressivos e interpretativos disponíveis. Falar sobre a linguagem, em contextos significativos, pontuar questões relacionadas também sobre a própria linguagem nos seus vários níveis e na sua relação com o exterior discursivo, parece se colocar como condição para provocar mudanças na linguagem. Ou seja, é no interior de práticas discursivas significativas que o sujeito vai poder *colocar-se no controle* de sua própria fala e, portanto, de *dizer de outra forma*.

É o que procuro ilustrar com os dados abaixo, já registrados e analisados por pesquisadores da área de Neurolingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, segundo diversos motivos científicos. Os exemplos selecionados constituem-se de atividades de interação, entre sujeitos afásicos e não-afásicos, em situações realizadas no Centro de Convivência de Afásicos (CCA³⁴/UNICAMP).

1. O exemplo foi retirado de MORATO (2001:22). Este dado talvez possa indicar como o caráter “consciência” e “voluntário” pode ser interpretado tomando-se como elemento para análise questões relacionadas à própria enunciação. Veja-se que o sujeito opera sobre sua linguagem, reorganizando-a enquanto falava, em função provavelmente do tema da conversa.

³⁴ Funcionando no Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP em uma sede própria, o Centro de Convivência de Afásicos (CCA) é um espaço de interação entre pessoas afásicas e não-afásicas. Do ponto de vista institucional, o CCA – cujas atividades têm sido coordenadas pela Prof^a Dr^a Maria Irma Hadler Coudry e pela Prof^a Dr^a Edwiges Maria Morato – recobre três funções básicas inter-relacionadas: de assistência e apoio a sujeitos cérebro-lesados e suas famílias, de docência (graduação e pós-graduação na área de Neurolingüística, bem como atividades de extensão, como cursos de formação e divulgação) e de pesquisa (estudos individuais e integrados).

{O grupo do CCA lê um artigo na revista “Veja” sobre a festa de aniversário de 50 anos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que parece ser, pelo teor do texto, uma preparação para as eleições municipais de 2000. Em seguida, os participantes passam a comentar o texto lido por todos. No trecho abaixo, a pesquisadora (Iem) questiona CI}:

Iem- *O senhor acha que ele pode tentar sair o ano que vem, pra prefeito? Ele acha muito “lixo”, eu tenho a impressão, candidatura pra prefeito.*

CI- *Ele vai ser pres...feito de São Paulo.*

Iem- *É, porque dá uma visibilidade, assim, né?*

CI- *É, porque, presi...prefeito de São Paulo, o que o cara tem que fazer é:...car cargo político.*

Iem- *Mas quais os candidatos, já?*

CI- *Coller, Collor, Maluf...*

Iem- *Marta...*

CI- *Marta Suplicy...*

Iem- *A Erun...*

CI- *A heroína...*

Iem- *Épa!*

CI- *Erundina...{risos dos demais, que parecem ter notado o ato falho de CI, que se mantém sério}.*

Iem- {rindo, falando mais para o grupo do que para CI em particular} *Que é uma forma de heroína...*

(*op.cit.:22*) (ênfase da autora)

2- O exemplo que segue foi retirado do texto de COUDRY & MORATO, “A ação reguladora da interlocução e de operações epilingüísticas sobre objetos lingüísticos” (1988). O episódio abaixo foi registrado após a superação do estágio inicial de uma grave afasia, em que o sujeito AD passa a revelar dificuldade de manipulação lingüística da auto-referência. Para ajudar o sujeito a assumir diferentes posições enunciativas e recompor aspectos ligados à subjetividade e ao trabalho referencial, foi introduzida na interação entre AD e Iem outra pessoa afásica, que passou a ocupar o

lugar da terceira pessoa nos enunciados de AD. A subjetividade, que emerge em sua fala na posição da terceira pessoa, o “eu” que emerge como “ela”, é recomposta em instância dialógica (que prevê um “eu” e um “tu”), em função dos papéis enunciativos assumidos pelo sujeito e no reconhecimento da presença do interlocutor. (Cf. COUDRY & MORATO, *op.cit.*)

Neste exemplo, saliento momentos em que a metalinguagem se deixa entrever por se observar um distanciamento do sujeito em relação ao seu discurso, em que através de marcas no enunciado, explicita que relacionou sentidos, que as coisas fizeram sentido para ele. Há, pois, evidências da presença de um “sujeito na linguagem” (POSSENTI, 1992) que produz novos sentidos, mesmo no contexto patológico.

AD -//*irritada, comentando suas dificuldades lingüísticas e motoras*// Eu faço um negócio e ela não consegue!

Iem – Quem não consegue?

AD – Eu! Eu não ando bem, eu noto, viu? O Plínio achou que ela...eu // *procede a uma rápida reformulação*// estava...estou bem melhor.

//Iem conta à AD a viagem que fizera ao Mato Grosso//

Iem – Fui também para o Pantanal.

AD - Ah, foste? Porque lá é...

Iem – Lindo...

AD – E tu achaste lindo?

Iem – Sim, sim. Pena que haja tanta matança de jacaré. O Governo não está muito atento...

AD – E com o que ele está atento? //risos//

// AD relata à Iem um encontro que tivera com outra senhora afásica //

AD – Ela tá bem.

Iem – Ela tá mais animada agora?

AD – Eu acho, ela ela está ela come // *hesitações*// melhor pra //*hesitações*// melhor pra comer não. Melhor do que eu. //ri// (*op.cit.:*130)

//AD comenta com Iem as opiniões de amigos a respeito de suas dificuldades lingüísticas e motoras//

AD – Mas elas sabem que eu vou saber, ela sabe.

Iem – Ela quem? //AD ri, aparentemente da expressão de exagerada surpresa de Iem//.

AD – As pessoas. “Ela” é as pessoas, as pessoas //ri novamente//. Pensou que eu não sabia mais? Agora é eu. (op.cit.:131) (grifos meus)

3- Finalmente, cito um exemplo do Relatório Final do projeto de Iniciação Científica intitulado “Estudo de formas meta-enunciativas em sujeitos afásicos: A enunciação proverbial”, de autoria de CAZELATO³⁵. Conforme a autora, o objetivo geral foi obter dados teórico-metodológicos que descrevessem o caráter meta-enunciativo do provérbio e as possibilidades que se abrem para a investigação do componente “meta” em Neurolingüística.

CAZELATO (op.cit.:37) reuniu as formulações feitas por cinco sujeitos afásicos (CI, MS, SP, CL e SM), diante da solicitação de interpretação do provérbio “A união faz a força”. Os exemplos citados por CAZELATO são:

“Sem dúvida, “A união faz a força”. Sozinho não, nesse mundo. É um se ouvir, tem que ter idéias, tem que lutar na empresa, tem que lutar particularmente, mas em grupo, o “A união faz a força”, é em grupo, porque individualmente ninguém consegue vencer, né? É bom, mas sozinho ele não vence, então ele tem que passar por a comunidade, o país e aí “A união faz a força.” (sujeito CI)

“É o provérbio, é a união num, num. União faz a força. Que não precisa um sozinho porque a união faz a força, multidão faz a força pra chegá lá gente quer, gente quer, não pode porque eu não sei falar lá, a gente.” (sujeito MS)

“É agora “A união faz o, o força”, de, e um não, não, não, e dois ou três já pum.” (sujeito SP)

³⁵ Este estudo foi realizado sob a orientação da Profª. Drª Edwiges Maria Morato e apoiado pela FAPESP (1998).

“Tendo, tem muitas coisas que a gente, deixa eu ver, “A união faz a força”. Eu junto tudo, quem fala junto, ajunta muito mais as coisas pra ficar junto, né? Não é muito bem isso.”(sujeito CL)

“Quer dizer que a união cê tá com a união, cê tá com a força também, né? Quer dizer, com o mais forte não vai vim falá pra você porque, se fala assim eu sou mais forte, mais forte.” (sujeito SM)

(op.cit.:37) (grifos meus)

Chamo a atenção neste exemplo para as manobras que cada um dos sujeitos realiza a fim de demarcar o sentido que o provérbio veicula, elaborando paráfrases sobre os elementos pré-construídos, atuando aqui de forma meta-enunciativa para alçar a significação. Nos enunciados grifados podemos ver os movimentos da linguagem em torno da idéia central veiculada pelo provérbio, passando por sentidos como: “é em grupo, porque individualmente ninguém consegue vencer, né?”, “sozinho ele não vence” “tem que passar por a comunidade, o país e aí “A união faz o força”; “multidão faz a força pra chegar lá, a gente”; “um não, não não, e dois ou três já pum.”; “Eu junto tudo, quem fala junto, ajunta muito mais as coisas pra ficar junto, né?”; “Quer dizer, com o mais forte não vai vim falá porque, se fala assim eu sou mais forte, mais forte”.

Verifica-se, pois, por esses dados, que há marcas de subjetividade nos movimentos enunciativos, que se põem a claro pelas escolhas lexicais, pela atividade referencial, pelos gestos interpretativos.

Ficou evidente também que a linguagem que emerge é reformulada em cada um dos enunciados posteriores, culminando com uma auto-avaliação, em alguns casos, feita com comentários sobre o dizer, ou sobre o que foi possível dizer.

À guisa de conclusão, vê-se ao final deste trabalho que a discussão em torno das questões relacionadas à metalinguagem têm colocado problemas nada simples à literatura dedicada ao tema. Diversos outros conceitos, não menos complexos, vêm à tona: reflexividade, consciência, exterioridade, representação. Foi possível observar que autores como JAKOBSON, CULIOLI, REY-

DEBOVE, AUTHIER-RÉVUZ acabam não rompendo com as dicotomias saussureanas, criando mesmo sub-classificações na tentativa de compreender o fenômeno.

Além disso, viu-se que a visão tradicional no campo da Neurolingüística tem procurado demarcar fortemente o domínio cognitivo e o lingüístico como estruturas isoladas ou correlatas, impedindo o conhecimento do que está mantido ou destruído nas afasias. Se, no viés enunciativo, a metalinguagem é entendida como integrada à linguagem, é preciso buscar um movimento na direção de uma maior compreensão do processo lingüístico-cognitivo, da relação do saber da/sobre a língua e do saber do mundo.

Conceitos como subjetividade, práticas discursivas, heterogeneidade enunciativa e competência pragmática podem ser incluídos na armadura teórica da Neurolingüística para enfrentar a questão complexa da metalinguagem. Tais conceitos, salientados no interior da perspectiva enunciativa, redimensionam a questão, permitindo que se possa entender linguagem e cognição não enquanto sistemas abstratos, mas como um conjunto de processos definidos por uma comunidade de usuários imersos em múltiplas atividades psico-sociais.

ANEXO: DADOS DE SUJEITOS QUE FORAM CITADOS NESTE ESTUDO

MS – Trata-se de um senhor alagoano de 65 anos de idade, diabético, funcionário aposentado do DETRAN, com escolaridade básica (até quinta série do primeiro grau), que, em dezembro de 1997 sofreu um infarto fronto-têmporo-parietal esquerdo (região da artéria cerebral média), decorrendo disso uma afasia expressiva e déficit facial leve à esquerda. A afasia de MS caracteriza-se por dificuldades de encontrar palavras, fala telegráfica (com omissões de palavras funcionais), parafasias (fonológicas e, especialmente, semânticas), hesitações e perseverações; além disso, MS também apresenta alterações na linguagem escrita (paralexias e paragrafias), quando consegue escrever. MS frequenta o CCA desde 1998.

SP - Trata-se de um senhor de 63 anos, de origem italiana, que, aos dois meses de idade, mudou-se para o sul da França (região de imigrantes italianos). Desde os 20 anos, SP vive no Brasil, tendo se casado com uma brasileira; aos 36 anos sofreu um Acidente Vascular Cerebral isquêmico (afetando a área do lobo temporal e núcleo da base parcialmente), que o deixou severamente afásico e com uma hemiplegia à direita.

Segundo SP, o terceiro de uma irmandade de oito, todos falavam francês, tanto em casa como fora dela, isto é, na escola ou em outras práticas sociais no país em que passaram a viver. De acordo com os dados obtidos em entrevista anamnésica, SP tem o francês como língua materna, embora a mãe fosse italiana. Passou a praticar o português aos 20 anos, quando veio para o Brasil junto com a família, apesar de já ter tido contato com a língua portuguesa por influência de seu pai, que morara por algum tempo no país. Ainda que após o AVC SP tenha recuperado parcialmente sua capacidade de expressão e compreensão do francês – e seja o francês a sua “língua do pensamento”- é o português a língua com a qual mais se comunica (com a esposa, amigos e outros integrantes do CCA). Quando fala o português, a afasia de SP é compatível com as formas essenciais das afasias ditas motoras: hesitações e prolongamentos, dificuldades de repetição, perseverações e iterações, parafasias verbais e fonológicas *etc.* No francês, embora suas dificuldades sejam menores e sua desenvoltura mais notória, observa-se a presença da mesma constelação semiológica. Embora tenha boa compreensão de texto escrito em francês e em português, a tradução é difícil de uma língua para outra, sobretudo do português para o francês. SP frequenta o CCA desde 1995.

CL – Trata-se de uma senhora de 85 anos (nascida em 14/06/1913), viúva, paulista, professora primária (e dona de casa a partir do casamento), com 3 filhas casadas. Hipertensa, em 1995 sofreu um AVC trombótico (região fronto-temporal do hemisfério esquerdo). Disso resultou uma afasia de predomínio expressivo, que se caracteriza especialmente por alterações fonético-fonológicas (presentes tanto na fala quanto na escrita), dificuldades fono-articulatórias, dificuldades de encontrar palavras, perseverações e discreta assimetria facial, além de dispraxia construcional. Além disso, CL apresenta tremor senil (movimentos involuntários anormais) e discreta perda da força muscular. CL frequenta o CCA desde 1995.

SM – Trata-se de um rapaz paulista de 22 anos que aos 4 sofreu um traumatismo crânio-encefálico (TCE) que afetou bilateralmente a região anterior do córtex cerebral. Paulista, estudante (supletivo), atualmente trabalhando com um tio em uma granja em Capivari, onde mora com os pais e dois irmãos, SM apresenta ainda como seqüela desse TCE uma disartria e um déficit motor à direita (escreve com a mão esquerda apesar de destro), com predomínio crural. SM frequenta o CCA desde 1991.

CI – É um senhor paulista de 43 anos de idade, casado e pai de três filhas, residente em Hortolândia (SP). Chagásico, CI sofreu um Acidente Vascular Cerebral cardio-embólico em fevereiro de 1996, do qual resultou um quadro de afasia (de predomínio expressivo – com parafasias fonético-fonológicas e semânticas, alteração prosódica, iterações e perseverações, além de dispraxia buco-facial-, embora ele inicialmente apresentasse discalculia e dificuldades para compreender o que lhe era dito) e uma hemiplegia à direita (de predomínio braquial). Tendo feito os cursos de Administração de Empresas e Contabilidade, CI foi dispensado da firma em que trabalhava (exercendo a função de “especialista de qualidade”, ministrando palestras a funcionários de diversas regiões do País) à época do episódio neurológico. Hoje em dia CI está sem ocupação específica. Frequenta o CCA desde 1996.

ABSTRACT

The idea of metalanguage, of logical origin, was introduced into the aphasiological studies by JAKOBSON (1954, 1956, 1960) to explain the linguistic problems manifested by aphasic subjects. Subsequently, LEBRUN (1983) also uses this idea motivated by the effort to lift the weight of the inherited concept of classic Aphasiology that aphasia might be a problem of “inner speech”, that is, considered to be in the mental dominion.

This dissertation proposes to reopen the discussion of the idea of metalanguage in the field of Neurolinguistics, focussing specifically on the study of aphasias.

For this movement, firstly, it is necessary to point out the theoretical context in which the concept was first used in the studies of aphasia and the implications that resulted in a greater understanding of the aphasic occurrence.

Secondly, it intends to corroborate, starting with current enunciative studies and the vygotskian postulates about language and the relationship between language and cognition, the idea may be reinterpreted, suggesting new elements for the comprehension of the aphasic occurrence and to orient the view one has of the language of persons with aphasic problems in an environment of evaluation and therapeutic participation.

To accomplish this, besides pointing out how this idea was dealt with in linguistic studies in the 80's of the XX century, reflections in the area of Psicolinguistics are reviewed since the topic in this area has been connected to the growing interest about language in children.

In order to illustrate the reflections about metalanguage as seen through the angle of the enunciative perspective of language and of the relationship between language and cognition, examples are used with data already recorded by researches in the area of Neurolinguistics in the Department of Linguistics of the Institute of Language Studies of UNICAMP.

BIBLIOGRAFIA

- Arrivé, M (1994). *Lingüística e Psicanálise – Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo: Edusp.
- Authier-Révuz, J. (1977) Paroles tenues à distance. In: *Matérialités discursives*. CONEIN, B. et al. Presses Universitaires de Lille, pp. 127-142.
- _____ (1982/90) Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19 (25-42), IEL-UNICAMP.
- _____ (1998) *Palavras Incertas – As não-coincidências do dizer*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Bakhtin, M. (1977) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Ballet, G. (1888) *La langage intérieure et les diverses formes de l'aphasie*. Paris: Felix Alcan.
- Benveniste, É. (1966/91) *Problemas de lingüística geral I* – Campinas: Pontes.
- _____ (1974/89) *Problemas de lingüística geral II* – Campinas: Pontes.
- _____ (1970) L'appareil formel de l'énonciation. In: *Langages*, 17. Paris: Didier-Larousse (12-7).
- Bialystok, E., Ryan, E. B. (1985a) A metacognitive framework for the development of first and second language skills. In: *Metacognition, cognition and human performance*. D. L. Forrest-Pressley, G. E. Mackinnon and T. G. Waller (eds). Vol. 1. New York: Academic Press.
- _____ & Ryan, E. B. (1985b) Toward a definition of metalinguistic skill. In: *Merrill Palmer Quarterly*, 31, 229-5.
- _____ (1986b) Factors in the growth of linguistic awareness. *Child Development*. 57, 498-510.
- Birman, J. (1993) *Ensaio de Teoria Psicanalítica*. 1. Parte: Metapsicologia, Pulsão, Linguagem, Inconsciente e Sexualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bonnet, C. & Tamine-Gardes, J. (1984) *Quand l'enfant parle du langage: Connaissance et conscience du langage chez l'enfant*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Bouillaud, J.B. (1825) Recherches cliniques propes à démontrer que la perte de la parole correspond à la lésion des lobules antérieurs, et à confirmer l'opinion de M. Gall sur le siege de l'organe du langage articulé. *Archives générales de Médecine*, IIIe. anné, t.8 (republicado em

Hécaen & Dubois (eds) 1969).

- Broca, P. (1861b) Perte de la parole, ramollissement chronique et destruction partielle du lobe antérieur gauche du cerveau. *Bulletin de la Société d'Anthropologie*. t.II, (235-237) (republicado em Hécaen & Dubois (eds), 1969)
- Boutet, J., Gauthier, F., Saint-Pierre, M. (1983) Savoir dire sur la phrase. *Archives de psychologie*. 51, 205-28.
- Bredart, S., Rondal, J.A. (1982) *L'analyse du langage chez l'enfant: les activités métalinguistiques*. Brussels: Mardaga.
- Cazden, C. B. (1976) Play with language and metalinguistic awareness: One dimension of language experience. In: *Play: Its role in development and evolution*. J. S. Bruner, A. Jolly and K. Silva (eds). New York: Basic Books.
- Cazelato, S.E.O. (1998) Estudo de formas meta-enunciativas em sujeitos afásicos: A enunciação proverbial – Projeto de iniciação científica – FAPESP nº97/11110-7 – Sob orientação da Profª. Drª. Edwiges Maria Morato.
- Chomsky, C. (1979) *The acquisition of syntax in children from 5 to 10*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. (1998) *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Clark, E.V. (1978) Awareness of language: Some evidence from what children say and do. In: *The child's conception of language*. A. Sinclair et al. (eds). Berlin: Springer-Verlag (16-44).
- Coudry, M.I.H. (1986) *Diário de Narciso – Discurso e Afasia*. Tese de Doutorado
Campinas: IEL/UNICAMP - Publicada em 1988, São Paulo: Martins Fontes
- _____ & Morato, E.M. (1988) A ação reguladora da interlocução e de operações epilingüísticas sobre objetos lingüísticos – In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 15 (117-135) IEL-UNICAMP.
- _____ (1993) Neuropsicologia: Aspectos biológicos e sociais. In: *Temas em Neuropsicologia e Neurolingüística -Vol. 1* (38-57). Rodrigues, N. & Mansur, L.L. (eds). São Paulo: Tec Art.
- _____ (1997a) Língua, discurso e lógica da linguagem patológica. In: *Cadernos da FFC*. Editora da UNESP. Marília, S.P., vol.6 (131-148).
- _____ (1997b) Questões enunciativas no contexto patológico. In: *Estudos lingüísticos, Anais de seminários do GEL*, vol. XXVI (322-327), Taubaté/SP.
- _____ (1999) Processos de subjetivação e trabalho lingüístico. In: *Estudos lingüísticos*,

Anais de seminários do GEL, vol. XXVIII (151-155).

- Culioli, A. (1968) La formalisation en Linguistique. In: *Cahiers pour l'analyse*, 9 (106-117)
- _____ (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation*. HLD, Ophrys.
- Eco, U. (1973) Geração de mensagens estéticas numa língua edênica. In: *As formas do conteúdo*. São Paulo, p.116.
- Dascal, M. (1978) *La semiologie de Leibniz*. Paris: Aubier Montaigne.
- _____ (1982) Duas tribos e muitos círculos. In: *Crítica XIV* – 40 (3-33).
- De Bleser, Cubelli e Luzzatti (1993) – Conduction aphasia, misrepresentations and word representations. In: *Brain and language*, 45.
- De Certeau, M. (1990) *A invenção do quotidiano; as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- De Lemos, C.T.G. (1982) Sobre a aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. In: *Boletim da ABRALIN* – 3 (97-126).
- _____ (1991) Saber a língua e o saber da língua – Aula inaugural proferida no IEL/UNICAMP.
- _____ (1997) Native speaker's intuitions and metalinguistic abilities: What do they have in common from the point of view of language acquisition? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 33 (5-14) - IEL- UNICAMP.
- _____ (2000) Questioning the notion of development: The case of language acquisition. In: *Culture & Psychology* –Vol. 6 (2):169-182, SAGE Publications.
- Downing, J. (1979) *Reading and reasoning*. Edinburgh: Chambers.
- Ducrot, O. (1980) *Les mots du discours*. Paris: Éditions de Minuit.
- Eling, P. (1994) *Reader in the history of aphasia*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Figueira, R.A. (1996) O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição de linguagem. In: *O método e o dado no estudo da linguagem*. Castro, M.F.P. (Ed.) Campinas: Unicamp.
- _____ (1997) Children's riddles: What do they tell us about change in language acquisition? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 33 (15-26) – IEL- UNICAMP.
- Finkelburg, F.C. (1870) *Über aphasie*. Berl. Klin. Wschr, 7 (449-450, 460-462).
- Fleck, L. (1979) *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: The University Press.
- Franchi, C. (1977) Linguagem – Atividade constitutiva. In: *Almanaque* 5 (9-26).
- _____ (1987) Criatividade e gramática. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, 9 (5-45)

IEL/UNICAMP.

- Françoço, E. (1987) *Linguagem interna e afasia*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- Freitas, M.S. (1997) *Alterações fono-articulatórias nas afasias motoras: Um estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL, UNICAMP.
- Geraldi, J.W. (1991) *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Goldstein, K. (1948) *Language and language disturbances*. New York: Grune & Stratton.
- Gombert, J.E. (1992) *Metalinguistic development*. Chicago: University of Chicago Press.
- Greimas, A. (1960) Os provérbios e os ditados. In: *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes. pp.288-295.
- Haegeman, L. (1991) *Introduction to government and binding theory*. Oxford UK & Cambridge: Blackwell.
- Hakes, D.T. (1982) The development of metalinguistic abilities: What develops? In: *Language Development: Language thought and culture*. S.A.Kuczaj (ed). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Head, H. (1926) *Aphasia and kindred disorders of speech*. New York: Mcmillan.
- Humboldt, W. (1836/1972) *Linguistic variability & intellectual development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Jackson, J.H. (1874) On the nature of the duality of the brain. *Medical Press and Circular*, 19 (41-63) (republicado em Taylor, 1958).
- Jakobson, R. (1954) Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *Lingüística e Comunicação*, (34-62), São Paulo: Cultrix, 1981.
- _____ (1956) El metalenguaje como problema lingüístico. *El marco del lenguaje*, (81-91) México: Fondo de Cultura Económica, 1988 (título original, 1980)
- _____ (1960) Lingüística e Poética. *Lingüística e Comunicação*, (118-162), São Paulo: Cultrix, 1981.
- _____ (1963) Towards a linguistic typology of aphasic impairments. In: *Studies on child language and aphasia*. Paris: Mouton, 1971.
- _____ (1971) Sobre las perturbaciones afásicas desde el punto de vista lingüístico. In: *El Marco del Lenguaje*, (93-107), México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- _____ (1978) Sobre el enfoque lingüístico del problema de la conciencia y el inconsciente. In: *El Marco del Lenguaje*, (111-128), México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- Kolinsky, R. (1986) L' émergence des habiletés métalinguistiques. In: *Cahiers de Psychologie*

cognitive, 6, 379-404.

Kussmaul, A. (1876) *Die Storungen der sprache*. Leipzig.

Lahud, M. (1977) Alguns mistérios da lingüística. In: *Almanaque*, nº 5 (28-37). São Paulo.

Landi, R. (1994) Com Jakobson, sobre a afasia. In: *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*.

(Maria Francisca Lier-De Vitto org.), (91-102). São Paulo: Cortez Editora.

Lebrun, Y. (1983) *Tratado da afasia*. São Paulo: Panamed editorial.

Levelt, W.J.M., A. Sinclair & R.J. Jarvella (1978) Causes and functions of linguistic awareness in

language acquisition. In: *The child's conception of language*. A. Sinclair, R.J. Jarvella &

W.J.M. Levelt (eds). Berlin: Springer-Verlag (1-16).

Lichtheim, L. (1885) On aphasia. *Brain*, 7 (433-484) (citado em Ellis *et al.*, 1983)

Luria, A.R. (1966) *Human brain and psychological processes*. New York/ London: Harper & Row.

_____ (1976) *Basic problems of Neurolinguistics*. The Hague: Mouton.

Lyons, J. (1970) *As idéias de Chomsky*. São Paulo: Editora Cultrix.

_____ (1977) *Semântica*. Vol.I – Editorial Presença –Martins Fontes.

Martlew, M. (1983) Problems and difficulties: Cognitive and communicative aspects of writing. In:

The Psychology of Written Language. M.Martlew (ed.). New York: Wiley.

Menyuk, P. (1985) *Wherefore metalinguistic skills? A commentary on Bialystok and Ryan*. In:

Merrill-Palmer Quarterly, 31, 253-9.

Morato, E.M. (1995a) Significação e Neurolinguística: In: *Temas em Neuropsicologia e*

Neurolinguística (Damasceno, B.P. & Coudry, M.I.H., eds.) Vol. 4 (26-31) - São Paulo:

SBNp.

_____ (1995b) *Um estudo da confabulação no contexto neuropsicológico: O discurso à*

deriva ou as sem-razões do sentido. Tese de Doutorado. UNICAMP.

_____ (1995c) Produção e organização do sentido no contexto de atividades discursivas:

relato de experiência de um Centro de Convivência de Afásicos. Texto apresentado no IV

Congresso Latino-americano de Neuropsicologia, Cartagena, Colômbia.

_____ (1996) *Linguagem e cognição: as reflexões de L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora*

da linguagem. São Paulo: Plexus Editora.

_____ (1997) Processos de Significação e pesquisa neurolingüística In: *Cadernos de Estudos*

Lingüísticos 32 (25-35), IEL – UNICAMP.

_____ (1999) A construção meta-enunciativa no discurso de sujeitos com afasia e

neurodegenerescência: Subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de um protocolo de investigação neurolinguística (Projeto de Pesquisa/CNPq- nº 301396/96-5).

_____ (2000) Vigotski e a perspectiva enunciativa da relação entre linguagem, cognição e mundo social. In: *Educação & Sociedade* – ano XXI, nº 71 (149-165).

_____ (2001) Neurolinguística – In: *Introdução à Lingüística. Domínios e fronteiras* – Vol.2. Mussalim, F. & Bentes, A.C. São Paulo: Cortez Editora.

_____ (2001a) A construção meta-enunciativa na linguagem de sujeitos afásicos: subsídios para um protocolo de investigação neurolinguística.- Relatório Parcial da Pesquisa (CNPq) nº301396/96-5 (NV) Nível 2B-modalidade: PQ.

_____ (2001b) Referenciação e heterogeneidade enunciativa: Análise de formas meta-enunciativas no discurso de sujeitos afásicos- Texto apresentado no II Congresso Internacional da ABRALIN.

_____ (2001c) Referenciação e heterogeneidade enunciativa no contexto patológico: análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos com afasia e neurodegenerescência. Projeto de pós-doutorado.

Possenti, S. (1988) *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1992) Metalinguagem, tem! In: *Anais de Seminários do GEL*, vol. XXI (1123-1130), Franca/SP.

_____ (1999a) Metaenunciação: Uma questão de interdiscurso e de relevância. Texto apresentado no III Colóquio latinoamericano de analistas do discurso.

_____ (1999b) O sujeito e a distância de si e do discurso. In: *Estudos Lingüísticos, Anais de Seminários do GEL*, vol. XXVIII (156-161), São José do Rio Preto/SP.

Pratt, C. & Grieve, R. (1984b) The development of metalinguistic awareness: An introduction.

In: *Metalinguistic awareness in children*. W.E. Tunmer, C. Pratt and M.L. Herriman (eds). Berlin: Springer-Verlag.

Pratt, C., Tunmer, W.E., Bowey, J.A. (1984) Children's capacity to correct grammatical violations in sentences. *Journal of Child Language*, 11(129-41).

Raposo, E.P. (1992) *Teoria da Gramática – A Faculdade da linguagem* – Lisboa: Caminho

Read, C. (1978) Children's awareness of language, with emphasis on sound system. In: *The child's conception of language*. A.Sinclair, R.J. Jarvella and W.J.M. Levelt (eds). Berlin: Springer-Verlag.

- Rey-Debove, J. (1978/1986) *Le Métalangage*. Paris: Le Robert.
- Saussure, F. de (1960) *Course on general linguistics*. (W. Baskin, Trans.). London: Peter Owen.
(publicado originalmente em 1916).
- Tunmer, W. F., Bowey, J.A. (1984) Metalinguistic awareness and reading acquisition. In:
Metalinguistic awareness in children. W.E.Tunmer, C. Pratt and M.L. Herriman, (eds.).
Berlin: Springer-Verlag.
- Tunmer, W.E., Herriman, M.L. (1984) The development of metalinguistic awareness: a conceptual
overview. In: *Metalinguistic awareness in children*. W.E. Tunmer, C.Pratt and
M.L.Herriman (eds.). Berlin: Springer-Verlag.
- Van Kleeck, A. (1982) The emergence of linguistic awareness: A cognitive framework. In: *Merrill-
Palmer Quarterly*, 28, 237-65.
- Vygotsky, L. S. (1987) *Thinking and speech – The collected works of L.S. Vygotsky* (Vol. I:
Problems of general psychology (Rieber, R. & Carton, A., eds.). New York: Plenum Press.
_____ (1987) *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução de “Thought
and language” (1962), Cambridge: M.I.T. Press. Original russo de 1934).
- Wernicke, C. (1874) *Der aphasische symptomcomplex*. Breslau: Cohn & Weigart (citado em
Ellis *et al.*, 1983).